



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura

Número: 63

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 15 de outubro de 2025

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

Presidente: *Deputado Luís Garcia (substituído no decorrer da sessão pelo Vice-Presidente, Deputado Joaquim Machado)*

Secretários: *Deputada Cecília Estácio (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Nídia Inácio) e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 2 minutos.

Feita a chamada dos Deputados, deu-se início ao período reservado ao tratamento de assuntos políticos, com a apresentação de diversos votos conforme abaixo se descreve:

- [Voto de Congratulação pelos 50 Anos do Hospital da Horta](#), apresentado pela Deputada Salomé Matos (PSD), tendo-se pronunciado sobre o mesmo os Deputados Inês Sá (PS) e Pedro Pinto (CDS-PP). O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação à Atleta Paralímpica Ana Margarida Filipe, pelos títulos alcançados no Campeonato do Mundo VIRTUS](#), cuja apresentação coube à Deputada Isabel Berbereia (PS), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação a Ana Filipe Campeonato do Mundo de Atletismo VIRTUS](#), cuja apresentação coube ao Deputado Paulo Gomes (PSD), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação à atleta Ana Filipe pelas medalhas conquistadas no Campeonato do Mundo de Atletismo VIRTUS](#), cuja apresentação coube ao Deputado Pedro Pinto (CDS-PP), tendo o mesmo

sido aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação ao Corpo Nacional de Escutas pelos 100 Anos desde a chegada do escutismo católico aos Açores](#), o qual foi apresentado pelo Deputado Luís Raposo (PSD), seguindo-se uma intervenção da Deputada Joana Pombo Tavares (PS). Submetido a votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação à jovem atleta Isis Machado Botelho, pela conquista do título de Campeã Regional de Benjamins em patinagem artística](#), cuja apresentação coube à Deputada Patrícia Miranda (PS), tendo apenas usado da palavra o Deputado José Leal (PSD). O referido voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação às atletas Mafalda Valadão e Carolina Oliveira do Centro Hípico da Ilha Terceira](#), tendo o mesmo sido apresentado pela Deputada Nídia Inácio (PSD), seguindo-se no uso da palavra o Deputado José Miguel Toste (PS). O voto em referência foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação a Rodrigo José da Silva Garcia pela conquista no Campeonato de Motocross em MX-50](#), tendo o mesmo sido apresentado pelo Deputado Lúcio Rodrigues (PS), tendo-se pronunciado também sobre o mesmo a Deputada Salomé Matos (PSD). O voto em questão foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação à realização do Azores Bravos Trail 2025](#), cuja apresentação coube ao Deputado Pedro Pinto (CDS-PP), tendo usado da palavra os Deputados Paulo Gomes (PSD) e Marco Martins (PS). O voto em referência foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Saudação pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a Maria Corina Machado](#), apresentado pela Deputada Délia Melo (PSD), sobre o qual usaram da palavra os Deputados Francisco Lima (CH), António Lima (BE), Pedro Pinto (CDS-PP) e João Vasco Costa (PS), tendo o mesmo sido aprovado por maioria.

- [Voto de Pesar pelo falecimento do médico pneumologista Dr. Carlos Pavão de Matos](#), apresentado pelo Deputado Flávio Soares (PSD), tendo usado da palavra a Deputada Cristina Calisto (PS). O referido voto foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Pesar pelo falecimento de Tomás Daniel Bernardo Vultão](#), cuja apresentação coube à Deputada Patrícia Miranda (PS), tendo usado da palavra os Deputados José Leal (PSD) e José Pacheco (CH).

Após um curto intervalo, teve lugar uma [declaração política do Grupo Parlamentar do PS](#), da responsabilidade da Deputada Marlene Damião (PS), tendo a mesma despoletado um debate no qual intervieram os Deputados José Pacheco (CH), António Lima (BE), Délia Melo (PSD), Nuno Barata (IL), Pedro Neves (PAN), e, para interpelação à Mesa, o Deputado Joaquim Machado (PSD), bem como a Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro).

A pedido do Deputado João Mendonça (PPM), foi concedido um intervalo regimental, tendo o Presidente dado por interrompidos os trabalhos para almoço quando eram 12 horas e 44 minutos.

Já no período da tarde, teve lugar o cumprimento da agenda parlamentar, tendo-se iniciado pelo ponto n.º 1, [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XIII – “Dignificação e Valorização dos Assistentes Técnicos da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres dos Açores”](#), cuja apresentação coube ao Deputado António Lima (BE), ao qual se seguiram, para pronúncia sobre o mesmo, os Deputados João Vasco Costa (PS), Pedro Neves (PAN), Olivéria Santos (CH), Sabrina Furtado (PSD), Nuno Barata (IL), Pedro Pinto (CDS-PP), João Mendonça (PPM), bem como o

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão). A iniciativa em apreço foi rejeitada por maioria.

Seguiu-se a análise e votação da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XIII – “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2026 a 2029”](#), cuja apresentação coube ao Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas). No debate subsequente que se gerou sobre esta Proposta, intervieram os Deputados Carlos Silva (PS), Francisco Lima (CH), Nuno Barata (IL), António Lima (BE), Joaquim Machado (PSD) e ainda novamente o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas) na prestação de esclarecimentos. A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XIII em discussão foi aprovada por maioria.

Debateu-se, de seguida, o [Pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XIII – “Quarta Alteração ao Regulamento de Concurso de Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário”](#), apresentado pela Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

O ponto seguinte da agenda tratou-se de um [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 54/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a implementação urgente de medidas de combate à vespa-das-galhas-do-castanheiro”](#), cuja apresentação coube ao Deputado Francisco Lima (CH), tendo proferido também intervenções os Deputados Pedro Neves (PAN), Luís Soares (PSD), António Lima (BE) e Patrícia Miranda (PS). O Pedido de urgência em apreço foi rejeitado.

Seguidamente, procedeu-se à análise e votação de um [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 55/XIII – “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço do efetivo da polícia de segurança pública na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Deputado Nuno Barata (IL), tendo recebido a aprovação por maioria do plenário.

Seguiu-se um [Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 14/XIII – “Regime de Arrendamento Seguro”](#), da autoria do partido CHEGA, sendo que a sua apresentação foi feita pelo Deputado Francisco Lima (CH), seguindo-se no uso da palavra o Deputado Pedro Neves (PAN). O Pedido de urgência em referência foi aprovado por maioria.

O ponto seguinte submetido a análise e votação, tratou-se de um [Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 56/XIII – “Recomenda a realização de esforços diplomáticos para regularização dos salários dos trabalhadores das USFORAZORES”](#) (BE), sendo que, após a sua apresentação feita pelo Deputado António Lima, pronunciaram-se sobre o mesmo os Deputados Nuno Barata (IL) e José Pacheco (CH). Este Pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Perante a aprovação do ponto anterior, teve então lugar o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 56/XIII – “Recomenda a realização de esforços diplomáticos para regularização dos salários dos trabalhadores das USFORAZORES”](#) em que intervieram, primeiramente, o proponente, Deputado António Lima (BE), seguido dos Deputados Pedro Pinto (CDS-PP), Francisco Lima (CH), Nuno Barata (IL), Andreia Cardoso (PS), Pedro Neves (PAN) e João Bruto da Costa (PSD), bem como o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão). O Projeto de Resolução em discussão foi aprovado por maioria.

Por fim, foi posto à votação o [Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade Parlamentar para que o Deputado José Eduardo da Cunha Pacheco possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do processo n.º 2721/25.6T9PDL](#), tendo o mesmo sido aprovado por

unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 15 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Nídia Manuela Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo Cabral

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Isabel Maria Diniz **Berbereia**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José **Miguel** de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Marco Euclides Lemos **Martins**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta **Ávila** **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa** **Dias**

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais, esta manhã dos nossos trabalhos está reservada ao **período de tratamento dos assuntos políticos**.

Vamos iniciar com os votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelos 50 anos do Hospital da Horta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
Pelos 50 Anos do Hospital da Horta

O Hospital da Horta constitui um pilar fundamental do sistema de saúde nos Açores, em particular na ilha do Faial, abrangendo igualmente a população das ilhas do Corvo, Flores, Pico e São Jorge.

A história do Hospital da Horta remonta ao século XIX, quando a ilha do Faial começou a organizar estruturas rudimentares de assistência médica e hospitalar, refletindo a preocupação das autoridades e da sociedade civil com a saúde pública.

Inicialmente na alçada da Santa Casa da Misericórdia da Horta, que teve um papel central no cuidado dos doentes no asilo de mendicidade, ao longo dos séculos, as estruturas hospitalares ocuparam diferentes locais, mas é no início do século XX que a população faialense assiste à construção do primeiro hospital de raiz junto à Torre do Relógio, com enfermarias inauguradas em 1903.

Nas décadas que se seguiram, houve necessidade de se proceder à adaptação de novos espaços para cumprir novas funções hospitalares.

Após o 25 de abril de 1974, o Hospital da Horta passou a integrar a rede nacional hospitalar, já que até então encontrava-se na esfera das Misericórdias. O marco que este ano se assinala remete-nos para o dia 30 de setembro de 1975, quando o então Governador Civil Rui Sá Vaz dá posse à primeira Comissão

Instaladora do Hospital Distrital da Horta, assumindo-se esta data como o Dia do Hospital.

Ao longo dos anos, o Hospital da Horta passou por vários edifícios, tendo sido o primeiro o Hospital Walter Bensaúde, passando depois para as infraestruturas existentes na Vista Alegre, ocupando finalmente o edifício na Estrada Príncipe Alberto do Mónaco, inaugurado em 1985 com novos equipamentos, novas especialidades, maior e mais robusta capacidade.

Nas últimas décadas, o Hospital da Horta evoluiu continuamente, acompanhando os avanços da medicina e reforçando a sua importância como unidade hospitalar de referência no contexto do Serviço Regional de Saúde dos Açores, seja através da beneficiação das infraestruturas, seja através da desmaterialização dos processos com a implementação de sistemas de informação e gestão clínica informatizados, da capacitação dos seus recursos humanos, contando atualmente com mais de 500 profissionais ou através dos investimentos recentes em termos de equipamentos clínicos e não clínicos modernizados.

A 30 de setembro de 2025, o Conselho de Administração do Hospital da Horta, presidido desde 2022 por Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, não só assinalou o marco de meio século como deu início ao programa que decorrerá durante o próximo ano e que contará com a organização de diversas atividades com vista a confluir a população faialense em torno desta unidade de saúde.

Ao longo destas cinco décadas, o Hospital da Horta tem assegurado, com empenho e qualidade, serviços nas mais diversas áreas, correspondendo às necessidades da população local e das ilhas vizinhas.

Este percurso de 50 anos é marcado pelo profissionalismo, dedicação e espírito de missão de todos os seus trabalhadores que diariamente contribuem para garantir um serviço de saúde humanizado e de excelência.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de outubro de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Hospital da Horta pela passagem do seu 50.º aniversário como reconhecimento público a todos os profissionais e dirigentes, passados e presentes, que honraram a história de metade de um século de serviço e dedicação do Hospital da Horta e do esforço diário de todos os profissionais que contribuem para a saúde de todos os Açorianos.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao Conselho de Administração do Hospital da Horta, à Direção Regional da Saúde e à Secretaria Regional da Saúde.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este Voto de Congratulação pelos 50 anos do Hospital da Horta, pelo que irá apresentar um voto de igual teor.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito bom dia.

Associamo-nos a este voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD aos 50 anos do Hospital da Horta, pelo significado que tem a existência deste hospital numa região arquipelágica espalhada no meio do Oceano Atlântico, com nove ilhas e com nove realidades demográficas diferentes.

É importante que haja cuidados de saúde de proximidade. E, portanto, ao longo destes 50 anos, todos os profissionais que exerceram neste hospital, e os que atualmente exercem, merecem o nosso reconhecimento, porque trazem à proximidade dos habitantes os cuidados de saúde mais evoluídos, tecnologicamente avançados, dentro daquilo que são os padrões da medicina ocidental onde nos incluímos. E, portanto, a existência deste hospital, como dos outros dois hospitais na Região, são a prova de que a complementaridade entre as unidades de saúde, e sobretudo ao nível hospitalar, é importante numa região arquipelágica como a nossa.

Somos apenas e só 253 mil habitantes. E se fôssemos olhar, apenas e só, para a questão matemática do rácio de profissionais de saúde ou de unidades de saúde por habitante, poderíamos concluir que, nos Açores, temos um número demasiado elevado de unidades de saúde e de profissionais de saúde. Mas a realidade arquipelágica e a dispersão geográfica deitam por terra toda essa lógica matemática. E, assim sendo, estão de parabéns aqueles que, no passado, criaram o hospital e merecem o nosso reconhecimento todos quantos, ao longo destes anos, trabalharam e prestaram cuidados de saúde altamente diferenciados a todos aqueles que deles necessitaram.

Muito obrigado.

Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 50 anos do Hospital da Horta foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, à atleta paralímpica Ana Margarida Filipe.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Berbereia.

Deputada Isabel Berbereia (PS): Bom dia. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Atleta Paralímpica Ana Margarida Filipe, pelos títulos alcançados no Campeonato do Mundo VIRTUS

Ana Margarida Filipe, jovem terceirense de 26 anos de idade, atleta de alto rendimento em desporto adaptado, pelo Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade, através da Federação Portuguesa de Atletismo, junto com a sua mentora e treinadora Ana Paula Costa, integrou a equipa de 6 atletas que representaram Portugal no Campeonato do Mundo VIRTUS que decorreu em Brisbane, na Austrália, entre 11 e 14 de outubro.

Foi consagrada a melhor atleta feminina deste Campeonato onde conquistou três medalhas de ouro, em 100m barreiras, salto em altura e triplo salto e uma

de prata, em salto em comprimento, tornando-se de novo Campeã Mundial Classe T20.

É notável o seu percurso e extraordinário o alcance das suas vitórias, como já foi reconhecido outras vezes por esta Assembleia.

Iniciou as participações internacionais no ano de 2015, no Campeonato do Mundo de São Petersburgo na Rússia, onde conquistou duas medalhas de bronze e três medalhas de ouro, seguindo-se depois várias participações em diversos Campeonatos do Mundo e da Europa, e nos Jogos Paralímpicos, tendo conquistado medalhas de ouro, prata e bronze nas diversas modalidades e batido recordes nacionais e mundiais.

A Ana Filipe é já uma jovem adulta mas, ao longo do tempo, tem sido constante o seu exemplo de resiliência, perseverança, superação e talento.

No desporto e em todo o seu percurso de vida, desde o nascimento, partiu em desvantagem. Etapa por etapa, foi atingindo cada objetivo e vencendo cada novo desafio. É, por isso, uma heroína, símbolo e referência para os jovens da nossa Região e para o País.

É um exemplo feliz de como a combinação entre o trabalho intenso, a ambição, o apoio permanente de técnicos especializados e o bom suporte das instituições, resulta em sucesso para as crianças e jovens das nossas ilhas e Região.

A conquista do título mundial na Austrália vem lembrar-nos o potencial das crianças e jovens dos Açores, quando lhes são dedicados os melhores recursos de forma integrada e complementar e apoios aos diferentes níveis: proteção social, educação, desporto, saúde e igualdade de oportunidades.

Reconhecemos o valor desportivo destas vitórias, mas também o significado que elas representam para a própria e para quem a prepara e acompanha de perto, a sua treinadora, e para as Instituições de enquadramento e suporte, a Associação Cristã da Mocidade e a Irmandade Nossa Senhora do Livramento.

Este feito e todo o seu percurso de excelência, constitui um grande orgulho para os Açores e para Portugal. Reforça o compromisso político e coletivo de zelar e mobilizar, sempre, recursos humanos, financeiros e logísticos, em quantidade e qualidade, que garantam condições particulares e individuais à efetiva igualdade de oportunidades, à inclusão social, à educação e formação, à saúde e ao desporto para todos.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 15 de outubro de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Ana Margarida Filipe, pelos títulos mundiais alcançados no Campeonato do Mundo VIRTUS, realizado em 2025 na Austrália.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à atleta, à sua mentora e treinadora, Ana Paula Costa, ao Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade, à Irmandade Nossa Senhora do Livramento, à Câmara e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e à Federação Portuguesa de Atletismo.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Creio não existirem.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à atleta paralímpica Ana Margarida Filipe, pelos títulos alcançados no Campeonato do Mundo VIRTUS, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Congratulação, também à atleta Ana Margarida Filipe, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes do Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A Ana Filipe Campeonato do Mundo de Atletismo VIRTUS

Ana Margarida Filipe, atleta do Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, continua a trilhar um percurso desportivo de enorme sucesso, obtendo títulos regionais, nacionais e internacionais e elevando o nome dos Açores na modalidade de Atletismo.

De 11 a 15 de outubro, realizou-se o Campeonato do Mundo de Atletismo VIRTUS, em Brisbane, na Austrália, onde a atleta açoriana conquistou três medalhas de ouro, nas provas dos 100 metros barreiras, salto em altura e no triplo salto. Conseguiu ainda a medalha de prata no salto em comprimento, tendo sido eleita a melhor atleta feminina da competição.

Já nos passados dias 4 e 5 de outubro, Ana Margarida Filipe participou no Campeonato do Mundo de Atletismo World For Athletics, em Nova Déli, na Índia, tendo alcançado o 7.º lugar no salto em comprimento.

Ana Margarida Filipe tem sido um orgulho para os Açores e um exemplo para os mais jovens, através da sua resiliência e dedicação.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos

Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Ana Margarida Filipe pelas três medalhas de ouro e uma medalha de prata obtidas no Campeonato do Mundo de Atletismo VIRTUS.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira, à Direção Regional do Desporto, à Associação de Atletismo da Ilha Terceira e à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Creio não existirem inscrições. Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação a Ana Margarida Filipe - Campeonato do Mundo de Atletismo VIRTUS, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a apresentação de um Voto de Congratulação também à atleta Ana Filipe.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**À atleta Ana Filipe pelas medalhas conquistadas nos Campeonatos do
Mundo de Atletismo VIRTUS**

O Grupo Parlamentar do CDS-PP congratula a notável prestação da atleta açoriana Ana Filipe, do ACM Clube da Terceira, que voltou a elevar bem alto o nome dos Açores e de Portugal no desporto internacional.

Nos Campeonatos do Mundo de Atletismo VIRTUS, que teve início no dia 8 deste mês, em Brisbane, Ana Filipe sagrou-se campeã mundial no triplo salto, alcançando a marca de 11,01 metros, resultado que se somou a um conjunto excepcional de conquistas ao longo da competição.

A atleta conquistou ainda duas medalhas de ouro nas provas de 100 metros barreiras e salto em altura, bem como uma medalha de prata no salto em comprimento, encerrando a sua participação com um total de quatro medalhas e o prestigiado título de “Melhor Atleta Feminina” dos Campeonatos do Mundo VIRTUS.

Estes resultados confirmam o percurso de excelência da atleta, que já havia alcançado títulos mundiais em 2024 nas disciplinas de triplo salto, salto em comprimento e 60 metros, consolidando-se como uma das maiores referências do atletismo adaptado nacional e internacional, tendo conquistado ainda um honroso 7.º lugar no Salto em Comprimento, nos Jogos Paralímpicos de Paris, em 2024.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação à atleta Ana Filipe pela conquista de duas medalhas de ouro nos Campeonatos do Mundo de Atletismo VIRTUS.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à própria, à Associação Cristã da Mocidade da Ilha Terceira, à Federação Portuguesa do Atletismo, à Associação de Atletismo da Ilha Terceira e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Creio que também não existirão intervenções. Vamos passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à atleta Ana Filipe, pelas medalhas conquistadas nos campeonatos do mundo de atletismo VIRTUS, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao próximo Voto de Congratulação pelos 100 anos do Corpo Nacional de Escutas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo.

Deputado Luís Raposo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Corpo Nacional de Escutas pelos 100 anos desde a chegada do escutismo católico aos Açores

Os escuteiros nos Açores celebram, este ano, o centenário da chegada do escutismo católico à Região, com evento principal realizado na Ilha Terceira, entre 22 e 25 de agosto, precisamente onde tudo começou, com a fundação do primeiro agrupamento escutista açoriano a 25 de agosto de 1925.

As comemorações incluíram um desfile, uma missa na Sé de Angra, o lançamento de um selo comemorativo e atividades que reuniram mais de 500 escuteiros e diversas entidades oficiais.

O Corpo Nacional de Escutas (CNE) celebra este ano o seu centenário nos Açores, um marco histórico que assinala cem anos de presença, serviço e educação de jovens na Região.

O escutismo é um movimento que dá muito à sociedade, com relevada importância, com impacto positivo e com um papel transformador que o CNE tem tido, ao longo das últimas décadas, na formação de jovens açorianos.

O programa do Centenário contou com a participação de mais de 500 escuteiros de toda a Região Autónoma dos Açores. Esta iniciativa pretendeu não só celebrar o passado, mas também fortalecer o futuro do movimento, com o objetivo arrojado de reunir uma representação de todos os 73 agrupamentos da Região, com pelo menos um elemento presente na missa e no desfile comemorativo.

O escutismo nos Açores enfrentou altos e baixos ao longo de um século de história. Destacam-se momentos de grande crescimento, como na década de 80 do século XX, mas também reconhece-se os desafios atuais, com a diminuição do número de jovens e a falta de dirigentes em atividade.

O compromisso do Corpo Nacional de Escutas passa também pela segurança e proteção das crianças e jovens, sem nunca esquecer o investimento na formação dos dirigentes.

O CNE foi a primeira instituição da Igreja Católica em Portugal a implementar um plano estruturado de proteção de crianças e jovens. Foi criado um movimento seguro, com formação obrigatória para todos os dirigentes.

São 100 anos de milhares de atividades e de milhares de sementes de esperança lançadas junto da juventude açoriana. Na Região Autónoma dos Açores, existem 73 grupos, cerca de 500 dirigentes e mais de 4000 escuteiros. Os agrupamentos mais antigos e recentes são da ilha Terceira: o Agrupamento 23 da Praia da Vitória e o de Porto Martins, respetivamente.

O escutismo ensina o espírito de serviço, a cidadania, a democracia e a responsabilidade comunitária. Num tempo em que os jovens estão cada vez mais isolados, também fruto das tecnologias, o escutismo promove o contato

humano, o trabalho em equipa e o compromisso com a comunidade. A educação não formal deve ser, por isso, preservada.

O Centenário do escutismo nos Açores é um momento de orgulho e um desafio para o futuro para todos, desde escuteiros, à classe política e à sociedade em geral.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de outubro de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação pela comemoração dos 100 anos da chegada do escutismo católico aos Açores.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao Corpo Nacional de Escutas, à Igreja Católica em Portugal, à Associação de Municípios dos Açores e aos Governos dos Açores e de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo.

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Congratulação pelos 100 anos do CNE nos Açores, relembrando que este movimento escutista foi fundado por Baden Powell, em 1907, na Inglaterra e nasce realmente com o propósito de transmitir os conhecimentos de primeiros socorros, de observação da vida na cidade e na natureza.

Em Portugal, também já foram celebrados os 100 anos da chegada do CNE, em 1923, (foi celebrado em 2023) e que nós anunciámos quando foi apresentado aqui o Voto de Congratulação dos 50 anos do CNE em Santa Maria. E esta é, sem dúvida, a maior associação de jovens a nível de Portugal, com 67 000

membros e que chegou aos Açores, como disse o Sr. Deputado, e muito bem, em 1925.

Inspirados pelos ensinamentos de Baden Powell, os escuteiros procuram constantemente os novos caminhos, enfrentam desafios, vivem experiências e fortalecem o seu carácter de espírito de grupo, formando cidadãos ativos, solidários e participativos.

Gostaria imenso de destacar e de saudar os dirigentes escutistas que, de forma voluntária e exemplar, assumem esta nobre missão de orientar, tocar e inspirar estes jovens que fazem parte destes agrupamentos, transmitindo valores e princípios que estão na base escutista.

Estes princípios e os ensinamentos despertam nos escuteiros um olhar atento sobre o mundo que nos rodeia. Como neta de fundador do Agrupamento 394 do Aeroporto, o primeiro em Santa Maria, testemunho que esses ensinamentos marcam-nos para a vida, como qualquer escuteiro que também esteja nesta Casa e que sabe que estes ensinamentos marcam-nos, quer durante a vida de escuteiro quer para toda a vida, contribuindo para uma sociedade mais justa, mais humana e responsável.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao Corpo Nacional de Escutas pelos 100 anos desde a chegada do escutismo católico aos Açores foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda para a apresentação de um Voto de Congratulação à jovem atleta Ísis Machado Botelho.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À jovem atleta Isis Machado Botelho, pela conquista do título de Campeã Regional de Benjamins 2025 em patinagem artística

A Isis é uma menina de 9 anos que, com o seu notável desempenho, conquistou o título de Campeã Regional de Benjamins 2025 em patinagem artística, ao serviço do Clube de Patinagem de São Vicente Ferreira.

Iniciou o seu percurso no Clube a 15 de outubro de 2023, revelando desde cedo um admirável talento, dedicação e sensibilidade artística. Além do desporto, destaca-se também pelo excelente aproveitamento escolar e pela paixão pela música e pelas artes. Desde os seis anos, encanta palcos com a sua voz. Gosta de desenhar, pintar, moldar e sonhar e é nesse universo criativo que floresce o seu brilho.

Como nos lembra *O Príncipezinho*, “só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos.” E é com o coração que a Isis nos mostra que a verdadeira beleza do talento está não só na vitória, mas na coragem de sonhar, na disciplina de aprender e na doçura com que transforma cada passo numa forma de arte.

Que este reconhecimento sirva de incentivo para que continue a trilhar o seu caminho com a mesma alegria, humildade e autenticidade que a distinguem.

Felicitemos igualmente a sua família e o Clube de Patinagem de São Vicente Ferreira pelo apoio e incentivo que têm proporcionado à jovem atleta.

O exemplo da Isis relembra-nos que o desporto é uma das mais belas formas de educação e de crescimento pessoal, porque ensina valores essenciais como o esforço, o respeito, o trabalho em equipa e a superação. É através do desporto que muitos dos nossos jovens descobrem o poder da perseverança e da confiança, construindo alicerces sólidos para o seu futuro.

Nós estaremos sempre aqui para aplaudir, incentivar e apoiar jovens como a Isis, porque os jovens açorianos são o presente que molda o nosso futuro e é neles que reside a esperança de uma Região mais justa, mais confiante e mais inspiradora.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de outubro, aprove o presente Voto de Congratulação.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, ao Clube de Patinagem de São Vicente Ferreira, à Junta de Freguesia de Santo António e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Leal, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Sr. Presidente e restantes membros da Mesa desta Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo aqui presentes:

O PSD não pode deixar de solidarizar-se com este Voto de Congratulação à atleta Ísis que, com 9 anos, tornou-se campeã regional de benjamins e vai-nos

representar no final deste mês nos campeonatos nacionais que vão decorrer no continente.

É uma prova de que o mérito não tem idade, não tem freguesia, nem cidade. O mérito está espalhado e está ao alcance de todos. E a Ísis é a prova disso, ou seja, a prova de que, em Santo António ou em São Vicente, podemos também ter campeões, como temos em Angra, Ponta Delgada ou Lagoa. Portanto, depende do talento e da capacidade de cada um. Além disso, a Ísis está bem acompanhada, está no Clube de São Vicente Ferreira e tem um treinador que esteve no topo nacional dos clubes de patinagem artística, o Geraldo de Andrade, que é da Lagoa e é uma pessoa que já foi campeão nacional. Uma saudação para ele e também uma saudação para a Sra. Presidente do Clube de São Vicente Ferreira, Ana Braga.

É realmente uma satisfação poder contar com estes atletas jovens que nos dão esperança, mais uma vez digo, em relação ao futuro. Vamos dar, obviamente, o nosso voto favorável.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição. Creio não existir.

Vamos então votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à jovem atleta Ísis Machado Botelho, pela conquista do título de campeã regional de benjamins 2025 em patinagem artística, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação às atletas Mafalda Valadão e Carolina Oliveira é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nídia Inácio para a sua apresentação.

Deputada Nídia Inácio (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO
às atletas Mafalda Valadão e Carolina Oliveira
do Centro Hípico da Ilha Terceira

Fundado em 1986, o Centro Hípico da Ilha Terceira (CHIT) tem desempenhado um papel fundamental na promoção da equitação nos Açores, sendo reconhecido como escola de referência pela qualidade da formação proporcionada a muitas crianças e jovens.

O clube tem intensificado a aposta na vertente competitiva, destacando-se especialmente na disciplina de *dressage*, com presença assídua nas finais nacionais e com múltiplos lugares de destaque, tanto a nível individual como coletivo.

Nos últimos 5 anos, o Clube Hípico da Ilha Terceira consolidou-se na elite nacional, marcando presença em todas as finais nacionais de *dressage*: no Campeonato de Portugal, na Taça de Portugal, no Troféu de Campeões Regionais e no Troféu *Dressage* de Póneis.

Destaca-se, ainda, o primeiro lugar coletivo, em 2023, e o segundo lugar, em 2024, na competição por escolas de formação até ao escalão de juvenis em póneis.

Este ano, aquele emblema voltou a estar representado em todas as finais nacionais, com 23 conjuntos cavalo/cavaleiro, demonstrando a vitalidade e o espírito competitivo que caracterizam o Clube Hípico da Ilha Terceira.

Com apenas 14 anos, Mafalda Valadão iniciou-se na Equitação aos 3 anos e, desde os 8 anos, dedica-se à competição de *dressage*. A sua determinação e talento valeram-lhe o título de Campeã Nacional de *Dressage* no escalão de juvenis, em 2025, montando *Viena Valse*, num feito inédito para o clube e para os Açores.

O seu percurso competitivo inclui ainda um segundo lugar no Campeonato de Portugal de *Dressage* em 2022 (iniciados), um quinto lugar em 2023 (juvenis) e múltiplos pódios no Troféu *Dressage* Pôneis, com destaque para os primeiros lugares em 2021, 2023 (iniciados) e 2024 (juvenis).

Carolina Oliveira, atualmente com 13 anos, iniciou a sua trajetória equestre também aos 3 anos e começou a competir em *dressage* aos 11. Em 2025, Carolina conquistou o terceiro lugar no Campeonato de Portugal de *Dressage*, no escalão de juvenis, montando *Las Vegas*.

O seu percurso inclui ainda o segundo lugar na Final do Troféu dos Campeões Regionais de *Dressage* (escalão elementar), em 2024, e o sexto lugar no Troféu *Dressage* Pôneis (iniciados) em 2023.

O percurso das duas jovens atletas é motivo de orgulho para o Centro Hípico da Ilha Terceira, para a sua ilha e para toda a Região Autónoma dos Açores. A dedicação, o esforço e o espírito desportivo de Mafalda Valadão e Carolina Oliveira são exemplo para as novas gerações de atletas e inspiração para toda a comunidade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação às atletas Mafalda Valadão e Carolina Oliveira, bem como ao Centro Hípico da Ilha Terceira, por todo o trabalho desenvolvido, os resultados alcançados e o contributo inestimável para o desenvolvimento do desporto equestre nos Açores.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Centro Hípico da Ilha Terceira, às famílias das atletas, à Direção Regional do Desporto e à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Miguel Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, às atletas Mafalda Valadão e Carolina Oliveira, ambas do Centro Hípico da ilha Terceira, pelos feitos que conseguiram este ano de 2025, designadamente pelo facto da atleta Mafalda Valadão ter conseguido sagrar-se campeã nacional de *dressage* do escalão de juvenis, bem como a atleta Carolina Oliveira ter alcançado o terceiro lugar no Campeonato Nacional de *Dressage*.

Este desporto e esta prática desportiva têm uma natureza individual, no entanto, os clubes têm toda uma logística inerente que quase se torna uma prática coletiva. E, portanto, é merecido não só o destaque da atleta que ficou em primeiro lugar — e que bom é ver jovens açorianos nos lugares cimeiros do desporto nacional — mas também àqueles que a acompanharam e participaram nas provas, apesar de não terem conseguido alcançar lugares cimeiros. A logística inerente à equitação é complexa e, tal como foi referido pelo próprio Centro Hípico da Ilha Terceira, aquando da nota pública enviada às redações que visava destacar este feito, dando eu aqui voz ao que foi afirmado pelo Centro Hípico da Ilha Terceira, “toda a logística inerente à participação de conjuntos açorianos nas finais nacionais de provas equestres, torna esta tarefa hercúlea apenas ao alcance de quem se entrega de corpo e alma a esta paixão que é o desporto equestre e tem uma resiliência muito própria de ser açoriana. As dificuldades com a deslocação marítima dos cavalos e o alojamento destes no território continental por períodos de tempo nunca inferiores a 3 semanas, conforme disponibilidade dos barcos para as viagens marítimas, em que os cavaleiros ficam privados de treinar com a assiduidade exigida para uma prova

deste calibre, torna a participação, por si só, digna dos maiores elogios.” E é isto que esta Câmara faz hoje: um dos maiores elogios que se pode fazer a estas atletas.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição. Não havendo, vamos votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação às atletas Mafalda Valadão e Carolina Oliveira, do Centro Hípico da Ilha Terceira, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues para a apresentação de um Voto de Congratulação a Rodrigo José da Silva Garcia.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

a Rodrigo José da Silva Garcia pela Conquista do Campeonato de Motocross em MX50

Filho de Marco Garcia (referência do motocross açoriano, multicampeão regional e campeão nacional de Enduro), o Rodrigo José da Silva Garcia, natural da ilha do Faial e piloto do Clube Amigos das Motas, começou a

competir muito novo e ficou associado ao pioneirismo do E-Motocross em Portugal.

Em 2023, com apenas 5 anos de idade, tornou-se o primeiro piloto a pontuar no Campeonato Nacional de Motocross, com uma moto elétrica, num 10.º lugar em Lustosa na classe MX50.

O jovem faialense Rodrigo Garcia, agora com 7 anos de idade, sagrou-se campeão nacional de motocross na categoria MX50 na penúltima prova do campeonato, realizada em Ferreira do Ave, tendo, no passado dia 12 de outubro, sido consagrado oficialmente na última prova da competição em Aveiras de Baixo. Rodrigo Garcia venceu oito das doze mangas realizadas durante a temporada de 2025. Aliás, esta tem sido uma época de sonho para o jovem Rodrigo Garcia que, em julho passado, em França, venceu o MX Master Kids, um dos maiores eventos mundiais de motocross juvenil, tendo obtido três vitórias nas quatro mangas realizadas, obtendo também a primeira vitória de sempre de Portugal neste evento.

Rodrigo Garcia é já uma promessa no desporto motorizado da Região Autónoma dos Açores, com um palmarés já muito relevante e com uma margem de progressão, vai traduzir-se em mais títulos nos próximos anos.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista felicita calorosamente o jovem Rodrigo, o seu clube, os seus patrocinadores e a sua família. Que os próximos anos continuem a ser de conquistas e de promoção do desporto na nossa Região.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 15 de outubro de 2025, aprova um Voto de Congratulação pela conquista do campeonato nacional de motocross em MX50.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio e à sua família, aos órgãos sociais do Clube Amigos das Motas e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se ao Voto de Congratulação ao jovem Rodrigo Garcia.

O seu longo currículo desportivo, que contrasta com o seu curto percurso de vida — uma vez que conta atualmente apenas com 7 anos — é, de facto, digno de registo. É incentivado e apoiado pela sua família, em particular pelo seu pai, uma referência do motocross açoriano, como aqui foi referido. É, de facto, de felicitar.

Aproveito também esta oportunidade para deixar uma palavra de apreço a todas aquelas famílias que, tal como a família do Rodrigo, muitas vezes com sacrifício, tudo fazem para prestar o seu apoio e são determinantes para o sucesso destes jovens.

Ao Rodrigo, o Grupo Parlamentar do PSD endereça os seus parabéns e votos de muitas conquistas futuras.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais algum pedido de intervenção.

Creio não existir. Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação a Rodrigo José da Silva Garcia pela conquista do Campeonato de Motocross em MX-50, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto para a apresentação de um Voto de Congratulação à realização do Azores Bravos Trail 2025.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO À realização do Azores Bravos Trail 2025

O Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores congratula organização e os participantes do Azores Bravos Trail 2025, um evento desportivo que, na sua 6.^a edição, reafirmou a Ilha Terceira e a Região Autónoma dos Açores como referência nacional e internacional no panorama do *trail running* e do turismo de natureza.

Realizado no dia 4 de outubro de 2025, o Azores Bravos Trail reuniu cerca de 750 atletas oriundos de diversas regiões do país e do estrangeiro, que percorreram trilhos emblemáticos e desafiantes da ilha Terceira, numa experiência que alia o desporto à natureza.

O Azores Bravos Trail 2025, integrado nos circuitos regional, nacional e internacional de *trail running*, distingue-se pelo seu elevado nível técnico e pela rigorosa organização assegurada pela Associação de Atletismo da Ilha Terceira, em estreita cooperação com o Governo Regional e os municípios de Angra do Heroísmo e da Praia da Vitória. Para além da dimensão desportiva, o evento afirma-se também pelos seus valores éticos e ambientais, incentivando o respeito pela natureza, o *fair-play* e a solidariedade, através de uma fase de inscrição cujas receitas revertem a favor de uma instituição de solidariedade social.

O Azores Bravos Trail 2025 apresentou um conjunto de percursos cuidadosamente desenhados para diferentes níveis de preparação física e

experiência, desde o percurso mais exigente, com cerca de 100km e mais de 3500m de desnível positivo, até provas intermédias de 65km, passando por um percurso de 15km e uma caminhada de cerca de 10km, pensada para a participação de todos. O evento incluiu ainda uma vertente dedicada às camadas mais jovens, através do “Kids Trail”, promovendo o espírito desportivo e o gosto pela natureza desde tenra idade.

Os trajetos levaram os participantes a percorrer paisagens de excecional beleza, atravessando florestas de criptomérias, ribeiras, áreas de basalto negro e zonas de pastagem, subindo à imponente Caldeira de Guilherme Moniz, passando pela Serra do Morião e culminando no centro histórico de Angra do Heroísmo, Património Mundial da UNESCO. Um percurso que, pela sua diversidade e exigência, é também um tributo à riqueza natural e patrimonial da Ilha Terceira. O evento destacou-se igualmente pelo seu forte compromisso com a sustentabilidade ambiental, promovendo boas práticas de respeito pela natureza, como a utilização de recipientes reutilizáveis e a proibição do abandono de resíduos ao longo dos trilhos, reforçando a imagem dos Açores como destino de excelência em turismo ativo e sustentável.

Além da sua dimensão desportiva, o Azores Bravos Trail 2025 representou um importante contributo económico, social e promocional para a ilha Terceira, atraindo visitantes, dinamizando o comércio local e projetando, uma vez mais, o nome dos Açores no panorama internacional.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação à realização do Azores Bravos Trail 2025.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Federação Portuguesa de Atletismo, à Associação Trail Running de Portugal, à Associação de Atletismo

da Ilha Terceira, à Direção Regional do Desporto, à Câmara Municipal da Praia da Vitória e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se este voto.

Trata-se de uma prova e de um evento que já vai na sua 6.^a edição, um acontecimento muito importante por diversos motivos, nomeadamente a componente desportiva, económica e ambiental. Tem tido também uma organização de excelência. É uma prova e um evento que tem vindo a crescer, ano após ano, e tem vindo a consolidar-se. Esperamos que a organização continue por muitos e bons anos a promover esta prova, a ilha Terceira e a Região Autónoma dos Açores.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Martins.

(*) **Deputado Marco Martins (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, obviamente, a este voto. Importa termos presente que este é um evento que está a ter uma importância cada vez mais afirmativa no panorama não apenas desportivo, da Região Autónoma dos Açores; que conta, e contou, este ano com cerca de 750 atletas oriundos não apenas da Região Autónoma dos Açores e da região continental do País, mas também de várias paragens e de vários países.

De facto, aliás como o voto bem expressa, tem uma componente que vai muito para além da parte desportiva; tem uma componente turística, de natureza social e económica bastante evidente e vincada.

É um evento, cuja organização estando a cargo da Associação de Atletismo da Ilha Terceira, conta com a parceria, como não poderia deixar de ser, do Governo Regional, mas também dos Municípios de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, constituindo um bom exemplo da necessidade de se criar sinergias e o apoio vir de múltiplas áreas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista releva a importância deste evento, destaca as suas várias componentes e os seus vários eixos e faz votos para que novas edições tenham o mesmo sucesso que teve a presente.

Obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não existindo, vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à realização do Azores Bravos Trail 2025 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo é um Voto de Saudação, pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a Maria Corina Machado e é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

**pela atribuição do Prémio Nobel da Paz
a Maria Corina Machado**

O Comité Nobel Norueguês, entidade eleita pelo Parlamento da Noruega responsável por atribuir o Prémio Nobel da Paz, anunciou no passado dia 10 de outubro a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Maria Corina Machado.

O galardão, que será concedido a 10 de dezembro, deve-se ao valoroso trabalho de Maria Corina Machado, pela promoção dos direitos humanos na Venezuela e pela sua luta para alcançar uma transição justa e pacífica da ditadura para a democracia.

Maria Corina Machado tem dedicado a sua vida à oposição democrática na Venezuela, à defesa da transparência eleitoral, da separação de poderes e de liberdades fundamentais, enfrentando um regime autoritário com coragem, firmeza e determinação.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nascida a 7 de outubro de 1967, em Caracas, numa família ligada à indústria siderúrgica, Maria Corina Machado teve uma educação de prestígio, sendo formada em Engenharia Industrial pela Universidade Católica *Andrés Bello* em 1989, com especialidade em Finanças pelo Instituto de Estudos Superiores de Administração.

Com uma carreira empresarial que moldou a sua visão liberal da economia e defesa do livre mercado, Maria Corina Machado ganhou destaque na vida cívica e política durante a crise de 2002, num momento de profunda polarização sob o Governo de Hugo Chávez, tendo fundado a *Súmate* – uma organização voluntária da sociedade civil que se tornou essencial para a defesa do direito ao voto e à participação cívica.

Em setembro de 2010, Maria Corina Machado foi eleita deputada à Assembleia Nacional, tendo desempenhado um mandato marcado por discursos

contundentes e confrontativos, tendo denunciado a violação de direitos humanos, a corrupção governamental e a deterioração das instituições democráticas, o que lhe trouxe o reconhecimento como uma das vozes mais combativas da oposição a Chávez.

Em 2013, fundou o *Vente Venezuela*, um partido político de orientação liberal, no qual consolidou a sua principal plataforma de oposição democrática, exercendo uma liderança marcante, assente na promoção da liberdade económica e política, no respeito pelos direitos humanos e na rejeição inequívoca do modelo socialista.

Em 2023, o regime de Maduro tentou afastar Maria Corina Machado da disputa presidencial, inabilitando-a politicamente. A decisão, porém, não impediu que ela vencesse de forma avassaladora as primárias da oposição. Impedida de concorrer, apoiou Edmundo González Urrutia, a quem conferiu legitimidade e orientação estratégica.

Maria Corina Machado vive em local seguro, mas na clandestinidade, por ser alvo de perseguição por parte do regime de Nicolás Maduro. Perante estas condições extraordinariamente adversas, tornou-se uma das figuras mais emblemáticas da resistência venezuelana e da defesa dos direitos humanos, das liberdades civis e de um sistema democrático pluralista.

O Prémio Nobel da Paz, atribuído a Maria Corina Machado, é o reconhecimento internacional e de excelência, deste percurso de vida singular e inspirador, marcado pela integridade, pela luta pacífica e pela defesa inabalável da democracia na Venezuela.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de outubro de 2025, a aprovação de um Voto de Saudação pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a Maria Corina Machado.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Representante da República, ao Comité Nobel Norueguês e deve ser feita nota pública desta Assembleia, atendendo à impossibilidade de se estabelecer contato com a homenageada.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aqui está um voto de congratulação com o qual nos congratulamos e vamos acompanhar. Nunca é demais referir o mal que o socialismo e o comunismo — de uma certa forma é a mesma coisa...

Deputado José Miguel Toste (PS): Não é nada!

O Orador: ... aliás, o socialismo é o caminho para o comunismo — fazem à humanidade. Muito bem fez a União Europeia, com a sua Decisão n.º 2819, de 2019, que condenou e considerou que o nazismo e o comunismo são a mesma coisa. E, portanto, ainda há aqui alguns partidos (e por todo o lado) que enaltecem o regime de Maduro, dizendo que não se passa nada lá, nem se passa nada em Cuba. E é bom que a gente, de vez em quando, confronte essas pessoas (e as pessoas que votam nessas pessoas) com a realidade, porque são regimes completamente totalitários que destroem a economia. De referir que a Venezuela era um dos países mais desenvolvidos e, neste momento, é um atraso de vida, é o que a gente vê, com perseguições. Aliás, Juan Guaidó, que foi quem precedeu a Maria Corina Machado, está exilado, teve de fugir. E, portanto, estamos a falar de um país que é o que é. E quando criticam também o Sr. Trump, por tudo e por nada, também há de ser o Sr. Trump que irá pôr

ordem na casa. E se a gente todos acreditar naquilo que ele diz (por vezes até falha nalgumas áreas), ele aqui irá pôr fim a este regime comunista e fascista que é uma desgraça.

Nesse sentido, vamos naturalmente associar-nos a este voto.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção sobre este voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O regime de Nicolás Maduro na Venezuela há muito que deixou de cumprir quaisquer critérios para ser considerado uma democracia. O regime entrou numa deriva autoritária e a oposição venezuelana é uma oposição plural, da qual faz parte a agora agraciada Maria Corina Machado. Faz parte (de uma parte) da oposição venezuelana que, como disse, é plural, é tradicionalmente aliada dos Estados Unidos e agora da administração Trump que, neste momento, está a enveredar por uma escalada de tensões militares no mar do Caribe, em águas internacionais, junto à Venezuela, bombardeando e destruindo embarcações que, sem qualquer evidência apresentada, afirma serem embarcações de traficantes, sendo que ainda ontem sucedeu um novo ataque. Esta situação representa claramente uma escalada militar que em nada contribui para a paz. E o Nobel da Paz atribuído a Maria Corina Machado, neste contexto, vem, por isso, reforçar a posição de Nicolás Maduro e a sua argumentação de

que toda a oposição é apoiante de Trump e dos Estados Unidos. Nesse contexto, este Prémio Nobel da Paz atribuído a Maria Corina Machado em nada contribui para o escalar das tensões, em nada contribui para a paz, é até contraproducente, porque reforça o regime de Maduro.

Apartes inaudíveis de Deputados das bancadas do PSD e CH.

O Orador: Neste sentido, o Bloco de Esquerda irá abster-se na votação deste voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todas as formas de ditadura, sejam elas de esquerda, de direita, do centro, de cima ou de baixo, são inadmissíveis...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque as ditaduras significam a opressão dos direitos mais elementares do ser humano e, portanto, condenamos qualquer tipo de ditadura.

O que temos aqui é um voto que saúda o reconhecimento de um percurso político de uma cidadã que luta contra a opressão política no seu País, contra a opressão da liberdade e das liberdades mais básicas, como seja a liberdade de expressão. E, portanto, luta pela dignidade humana. É isso que aqui está em causa e a atribuição deste Prémio Nobel da Paz reconhece esse percurso de luta que, nos dias de hoje, no século XXI, em 2025, já não deveria acontecer.

O regime democrático, plural e pluripartidário, pode não ser o melhor regime político à face da Terra mas, perante as opções alternativas, que eventualmente

possam existir, ainda é o melhor regime político que podemos ter. E, portanto, cabe-nos, enquanto representantes eleitos numa região democrática, plural e pluripartidária, defender os valores da democracia, da pluralidade, do respeito dos seres humanos uns pelos outros.

Este voto enaltece esses valores e, obviamente, nos associamos a ele e estamos muito felizes por ter sido atribuído o Prémio Nobel da Paz a alguém que luta e que, infelizmente, nesta era em que vivemos, ainda tem necessidade de lutar por aquilo que, por exemplo, aqui nos Açores temos como garantido. Por isso, todos os dias, temos de lutar pela democracia, porque a Venezuela também já foi uma democracia e hoje é o que é. Este voto convoca-nos a meditar sobre o que pode acontecer quando deixamos de lutar pelos valores mais básicos da dignidade humana.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este voto que o Partido Social Democrata aqui nos apresenta remete-nos para as lutas pela liberdade, pela democracia e pela justiça social. São valores que norteiam o Partido Socialista e nos quais nos revemos. E não temos, portanto, a mínima dúvida em considerar que este é um voto que merece o nosso apoio. Por isso, associamo-nos a ele, dizendo também que o mesmo tem um duplo mérito, no nosso entendimento: trata-se de uma lutadora e sendo este prémio atribuído a uma mulher, tem também essa parte muito importante, que é reconhecer que as mulheres são muito importantes e conseguem ser lutadoras em prol da liberdade e da democracia.

Eu não entraria pelos delírios políticos do Sr. Deputado Francisco Lima, mas também devo dizer o seguinte: se o socialismo é o caminho para o comunismo,

a extrema-direita é o caminho para uma ditadura autoritária que nós não queremos nem pretendemos. E, aliás, reconheço e parabenizo o Sr. Deputado Pedro Pinto, pela referência que fez à abominável existência de regimes totalitários sejam eles de esquerda ou de direita.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Assim sendo, o Partido Socialista associa-se a este voto apresentado pelo Partido Social Democrata, à lutadora Maria Corina Machado.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma intervenção.

Pausa.

Não havendo, vamos passar à votação deste voto de saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Saudação pela atribuição do Prémio Nobel da Paz a Maria Corina Machado foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 1 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Vamos então avançar agora para os votos de pesar. O primeiro é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD pelo falecimento de Carlos Pavão de Matos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares.

Deputado Flávio Soares (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento do médico pneumologista Dr. Carlos Pavão de Matos

Carlos José Pavão de Matos, médico pneumologista e diretor do serviço de pneumologia do Hospital do Divino Espírito Santo, em Ponta Delgada, faleceu a 10 de agosto de 2025, vítima de doença prolongada, aos 66 anos de idade.

Um homem, cuja vida profissional se pautou pela dedicação aos seus pacientes, tem merecido várias homenagens dos seus pares que o recordam com estima pela entrega exemplar à medicina pública, privada, com competência e abnegação.

Era também acarinhado pelos seus pacientes pelo seu humanismo, pela forma com que sempre os acompanhou em situações de urgência, mesmo quando eram atendidos por outros colegas em contexto hospitalar, amparando-os e reconfortando-os.

Em novembro de 2024, o Serviço de Pneumologia do Hospital do Divino Espírito Santo — do qual era diretor desde 2 de junho de 2021 — homenageou-o pelos 40 anos de funções, destacando o seu trabalho pela liderança exemplar, dedicação aos doentes e incansável compromisso com a qualidade dos cuidados prestados.

Na altura, já havia sido elogiado pela sua visão e empenho, fundamentais para o crescimento e excelência do serviço, bem como por inspirar equipas e formar profissionais, num percurso marcado pelo rigor.

Carlos Pavão de Matos iniciou o internato geral no Hospital de Ponta Delgada a 1 de fevereiro de 1984, ingressando no internato complementar de pneumologia

a 19 de junho de 1987, passando a assistente eventual de pneumologia a 25 de janeiro de 1992.

Volvido um ano, foi nomeado assistente hospitalar de pneumologia, transitando em 1999 a assistente graduado de pneumologia. A 30 de setembro de 2016, foi promovido a assistente graduado sénior de pneumologia.

Ao longo do seu trajeto profissional abraçou outras causas em prol da saúde, distinguindo-se como defensor na prevenção e combate às patologias relacionadas com as especialidades de Pneumologia e Medicina do Trabalho.

Foi nomeado, em 18 de dezembro de 2013, membro da Comissão de Antibióticos, bem como, a 6 de novembro de 2014, membro do Grupo de Coordenação Local do Programa de Prevenção e Controlo de Infeções e de Resistência aos Antimicrobianos. Foi ainda membro da Assembleia de Representantes da Ordem dos Médicos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de outubro de 2025, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do pneumologista Carlos Pavão de Matos.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, à Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, ao Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo e à Ordem dos Médicos.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto.

(*) **Deputada Cristina Calisto (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Pesar pelo falecimento do Doutor Carlos Pavão, como era assim conhecido, destacando a sua notável carreira e o seu profundo compromisso com o Sistema Regional de Saúde e com a saúde dos açorianos. Também destacamos a sua disponibilidade para colaborar na definição de políticas públicas de saúde, mesmo no âmbito local. E aqui dou como exemplo a implementação do plano municipal de saúde no Concelho de Lagoa, onde o Doutor Carlos Pavão foi um colaborador imprescindível e um grande parceiro na definição daquelas que seriam as prioridades em saúde nesse município.

Lamentamos, por isso, o seu falecimento precoce, quer junto da família, quer dos amigos e também de todos os seus colegas de trabalho.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não existindo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Voto de Pesar pelo falecimento do médico pneumologista Doutor Carlos Pavão de Matos foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Tomás Daniel Bernardo Vultão, tem a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR**Pelo falecimento de Tomás Daniel Bernardo Vultão**

O Tomás Vultão era presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara, tinha 38 anos – faria amanhã 39 anos.

Partiu cedo demais, deixando um vazio impossível de medir, na família, nos amigos e na comunidade que tanto amava. Era filho, marido e pai dedicado, e, em todas as suas dimensões de vida, viveu com o mesmo espírito: o de cuidar, servir e estar presente.

Homem íntegro, generoso e de sorriso fácil, o Tomás era daqueles que acreditava na política feita com verdade, proximidade e sentido de missão. Como autarca, distinguiu-se pela sua dedicação à sua freguesia, Santa Bárbara, à qual se entregou de corpo e alma. Trabalhou sempre de forma discreta, mas incansável, com um olhar atento aos outros e uma enorme vontade de fazer o bem.

Recandidatava-se à presidência da Junta de Freguesia, com a mesma determinação de quem não se cansa de acreditar que o serviço público é, antes de tudo, um ato de amor às pessoas.

O Tomás foi mais do que um presidente de junta. Foi um amigo sempre disponível, um companheiro leal, um homem de família e uma voz de serenidade em tempos em que a pressa muitas vezes substitui o cuidado. A sua passagem pela vida pública e pessoal foi marcada pela humildade, pela empatia e pela bondade, qualidades que deixam uma marca profunda em todos os que tiveram o privilégio de o conhecer.

Santa Bárbara perde um autarca de referência. Ponta Delgada perde um servidor dedicado. E nós, todos, perdemos um homem bom, daqueles que fazem falta à política e ao mundo.

Mas o Tomás permanece nas sementes que deixou: nas amizades, no exemplo de trabalho, no amor à sua terra e na família que continuará a honrar o seu nome com orgulho.

Expressamos à sua esposa, ao seu filho, à sua mãe, familiares e amigos as mais sentidas condolências, associando-nos ao luto que envolve toda a freguesia de Santa Bárbara.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de outubro, aprove este Voto de Pesar.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à família de Tomás, à Junta de Freguesia de Santa Bárbara e à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Horta, Sala das Sessões, 15 de outubro de 2025.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Leal.

(*) **Deputado José Leal (PSD):** Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vai-se aliar, obviamente, como não poderia deixar de ser, a este Voto de Pesar por um autarca que por acaso era meu amigo pessoal, meu ex-aluno, portista, mas de outro partido. Uma pessoa que tinha uma humildade, uma atitude sempre nobre no trabalho pela sua terra.

A Sra. Deputada Patrícia Miranda salientou aqui muitos aspetos importantes e agradeço por tal. Era um rapaz sempre presente, representava aquilo que o poder local tem que é a proximidade à população, de luta constante pela sua gente, pela sua terra, o Tomás era isso. Às vezes, era também um bocadinho ousado demais — e tive muitas brigas com ele — mas fazia aquilo que era o melhor para a sua terra. E, neste momento, temos de saudar, neste momento,

um homem que independentemente das opções político-ideológicas que tivesse, independentemente do resto, era um homem bom, um homem de lutador, trabalhador e era um homem, um rapaz — se me permitem — que vai ser lembrado por muitos e muitos anos. E é com orgulho que me junto pessoalmente, mas também em nome do meu partido, ao vosso voto de pesar.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA associa-se a este voto de pesar e enaltece o papel que os autarcas têm na sua terra e a dedicação que este senhor tinha também pela sua terra.

Eu digo às vezes em jeito de brincadeira (mas também muito a sério) que os presidentes de junta não têm partidos, os partidos deles são a sua terra. E é assim que deve ser. E esta dedicação e o amor à nossa gente, ele tinha. E sabemos que, independentemente das nossas cores partidárias, quando há uma questão a resolver, não estamos preocupados com o partido de que somos, estamos, sim, preocupados em resolver os problemas. Lidei com vários presidentes de junta, ao longo deste tempo todo que aqui estou, e alguns deles eu nem fazia ideia de qual era o seu partido.

Foi por isto que domingo fomos a votos: defender as nossas terras, porque se nós não as defendermos — e cada vez somos menos — qualquer dia deixamos de ter quem as defenda.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição. Não havendo vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo falecimento de Tomás Daniel Bernardo Vultão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminamos assim a apresentação e votação de votos.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 horas e 50 minutos para prosseguirmos com as declarações políticas.

Eram 11 horas e 26 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os seus lugares.

Eram 11 horas e 54 minutos.

Neste momento, a Deputada Nídia Inácio ocupa o seu lugar na Mesa.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos, entrando nas declarações políticas. O primeiro partido a fazê-lo, neste Plenário, é o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para uma declaração política, tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

Deputada Marlene Damião (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração que hoje apresentamos resulta de um processo de auscultação junto da comunidade educativa da ilha de São Miguel: pais, alunos, comunidades das escolas, que partilharam connosco preocupações reais, sentidas no terreno e que refletem o estado atual da educação na nossa Região.

Os problemas identificados em São Miguel não são casos isolados. São, antes, o espelho de uma realidade transversal às restantes ilhas do arquipélago, que

exige uma resposta concertada, planeada e responsável por parte do Governo Regional.

Vivemos mais um início de ano letivo nos Açores marcado por atrasos, imprevistos e uma preocupante ausência de planeamento estratégico por parte deste Governo Regional.

Um arranque que, em vez de ser um momento de confiança e estabilidade para a comunidade educativa, se transformou num espelho de fragilidades estruturais e da desorganização política que hoje caracterizam a ação governativa na área da educação.

O Partido Socialista não o diz de forma leviana. Fá-lo com base no testemunho de professores, de presidentes de Conselhos Executivos, de pais e de alunos que têm sentido na pele o caos que se instalou nas escolas açorianas.

Deputado Flávio Soares (PSD): “Oh, o caos, um horror!!”

A Oradora: Desde logo, o atraso na entrega dos manuais digitais é um símbolo da incapacidade de execução deste Governo. Num tempo em que a transição digital devia ser um fator de modernização e de igualdade de oportunidades, o Governo Regional falhou redondamente.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Alunos que começaram as aulas sem os meios prometidos, escolas que não receberam o apoio técnico necessário e um sistema que, em vez de facilitar o ensino, criou constrangimentos e desigualdades.

Infelizmente, Srs. Deputados, à data de hoje, 15 de outubro, há alunos que nas nossas escolas ainda não têm o seu manual digital. Não têm manuais digitais e nem têm manuais em papel.

Como é possível admitir-se tal situação?

Como é possível que, numa mesma turma, haja alunos com manual digital e outros sem?

Como é possível que volvido mais de um mês desde o arranque do ano letivo, estejamos a testemunhar a falta de tomadas nas salas de aula para carregar os manuais digitais?

Como é possível que alunos de um curso de multimédia não tenham computadores?

Como é possível docentes não terem autorização para tirar fotocópias para colmatar a falta dos manuais digitais?

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a questão dos direitos de autor! *Dah!!!*

A Oradora: Como é possível serem lançados concursos para a aquisição de manuais digitais e computadores, largas semanas após o arranque do ano letivo? Mas este atraso é apenas a ponta do icebergue, porque, na base, há uma falta gritante de técnicos de informática nas escolas, uma carência que já se previa, mas que o Governo ignorou.

As escolas foram deixadas à sua sorte, sem meios humanos para assegurar o funcionamento dos equipamentos, a manutenção das redes e o apoio ao corpo docente e discente.

Este cenário repete-se ano após ano, e resulta de uma falta de planeamento atempado que se tornou marca deste executivo.

Este é um Governo que não aprende, porque não quer aprender, que não ouve, porque não quer ouvir e, por isso, repete os mesmos erros de sempre.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não. O Partido Socialista é que gosta de dizer sempre a mesma mentira para ver se “cola”!

A Oradora: As decisões chegam tarde, as orientações são confusas e as escolas vivem num permanente estado de incerteza.

O que devia ser preparado com meses de antecedência é decidido à última da hora e quem paga o preço são os alunos e os professores.

A falta de professores é outro problema estrutural que se agravou. Este Governo Regional falhou em garantir um corpo docente estável e completo em todas as ilhas.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Pergunte aos professores se estão contentes ou não!

A Oradora: O sistema de incentivos à fixação de professores, tantas vezes anunciado como solução milagrosa, revelou-se incapaz e inconsequente.

Continuamos a ver escolas sem docentes em áreas fundamentais, turmas que começam o ano sem professores atribuídos e alunos que veem a sua aprendizagem comprometida.

É inadmissível que, passados 5 anos de governação, o executivo continue a tratar o recrutamento e a fixação de professores como uma questão conjuntural, quando é, há muito, um problema estrutural.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como o PS, não!

A Oradora: O Partido Socialista sempre defendeu, e volta a defender, que fixar professores nos Açores exige políticas consistentes: condições salariais adequadas, apoios reais à habitação e uma valorização efetiva da carreira docente.

Srs. Deputados:

O presente ano letivo caracteriza-se também por uma significativa lacuna ao nível do número de bolseiros ocupacionais que cubra as necessidades identificadas por várias escolas, comprometendo, desta forma, a igualdade de oportunidades e o ensino inclusivo. Há relatos de pais e encarregados de educação, nomeadamente na ilha de São Miguel, que veem os seus pedidos indeferidos, colocando em risco o adequado acompanhamento dos educandos com necessidades educativas especiais.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade!

A Oradora: Paralelamente, e à data de hoje, persistem lacunas na informação sobre a implementação do Modelo de Educação Inclusiva na nossa Região.

Muitos alunos com necessidades educativas especiais continuam à espera de respostas adequadas: vagas especializadas, horários compatíveis ou acompanhamento contínuo especializado.

O Partido Socialista apresentou um requerimento, no passado mês de julho, com várias questões sobre a implementação deste modelo, mas ainda não obteve resposta. Já se passaram mais de 3 meses e, mais uma vez, o Governo incumpe com os prazos que define.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Igual cenário existe com a tão proclamada “bolsa de ilha” de assistentes operacionais que continua a não cobrir as necessidades das escolas, colocando em risco a segurança das nossas crianças e o regular funcionamento de alguns estabelecimentos de ensino.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Outro dos grandes fracassos deste Governo é a ausência de uma política de intervenção nas infraestruturas escolares. As escolas continuam a degradar-se, algumas com problemas de segurança, infiltrações, instalações elétricas obsoletas e equipamentos desatualizados.

A título de exemplo, e dos casos mais críticos, destacamos a Escola Secundária de Vila Franca do Campo, o Liceu Antero de Quental, o Conservatório Regional de Ponta Delgada e a Escola Básica Integrada dos Biscoitos.

O executivo anuncia reabilitações e planos de investimento, mas estes raramente saem do papel.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E a Escola de Ponta Garça?!

A Oradora: O que vemos, na prática, é um desinvestimento claro e uma falta de visão estratégica sobre o futuro da rede escolar regional.

E como se tudo isto não bastasse, temos uma falta de comunicação crónica com os conselhos executivos das escolas. Os diretores relatam, vezes sem conta, a ausência de respostas da tutela, a indefinição nas orientações e o vazio de diálogo institucional. Ficam, literalmente, “à nora” e a gerir incertezas, a improvisar soluções e a tentar responder a comunidades educativas que esperam respostas que o Governo não dá.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Educação é o pilar de qualquer sociedade desenvolvida. É através dela que se constrói o futuro, que se combate a desigualdade e que se afirma a coesão social e territorial.

Nos Açores, essa missão é ainda mais exigente, pelas especificidades geográficas e sociais das nossas ilhas.

O que está em causa não é apenas o funcionamento administrativo das escolas — é o direito de cada criança e jovem açoriano a uma educação de qualidade, independentemente da ilha onde viva.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Este Governo Regional prometeu modernização, prometeu eficiência, prometeu resultados, mas o que entregou foi desorganização, promessas adiadas e desresponsabilização política.

A realidade é que os Açores iniciaram mais um ano letivo sem confiança, sem estabilidade e sem rumo. E não é apenas o Partido Socialista que o diz.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa realidade o PS conhece-a bem!

A Oradora: Também o Sindicato Democrático dos Professores e o Sindicato dos Professores da Região Açores fazem um balanço negativo do arranque deste ano letivo.

O Partido Socialista recomenda que o Governo Regional assuma as suas responsabilidades, corrija imediatamente os atrasos, dote as escolas dos recursos humanos e técnicos necessários para estabelecer a normalidade e

mantenha uma relação de diálogo real com os conselhos executivos e com toda a comunidade educativa.

A educação açoriana não pode continuar a ser um campo de improvisos. Precisa de liderança, precisa de planeamento, precisa de visão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): No vosso tempo, o diálogo era “de cima para baixo”!

A Oradora: E é precisamente isso que o Partido Socialista aqui reafirma: estaremos sempre o lado das escolas, dos professores, dos alunos e das famílias — e nunca do lado da falta de planeamento e de estratégia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Está feita a declaração política. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo a já não ficar surpreendido com este discurso da *mea culpa* do Partido Socialista e vejamos porquê.

Deputado José Miguel Toste (PS): Meia! Só meia?!

O Orador: Não é “meia culpa”, é *mea culpa*, em latim. É bater no peito, é dizer que são culpados. Percebam lá. Eu sei que vocês têm alguma dificuldade nisso. Em relação à educação, vou fazer aqui uma analogia que vocês vão achar graça.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ou não!

O Orador: É um bocadinho como mudar um pneu dum carro em andamento, com certeza que é muito difícil, com certeza que sim. E a educação, e não só, é

um desses casos. Nós não podemos parar as escolas, suspender um ano ou dois, resolver uma série de problemas e depois retomar. Não, as escolas têm de continuar a funcionar.

É verdade, a Sra. Deputada falou aqui, e bem, na degradação das escolas. Eu não conheço nenhuma escola que se tenha degradado num ou dois anos. Nós estamos a falar de escolas que estão degradadas há dezenas de anos. O Liceu de Ponta Delgada está há dezenas de anos, a Antero de Quental, onde até caem lá coisas, está há dezenas de anos assim. Enfim, isso não é nenhuma novidade. É o mesmo que dizer que os gerentes dum restaurante — permitam-me a expressão — estão a reclamar da comida, quando foram eles que construíram o menu. Não dá!

É verdade que há aqui questões, e eu tenho dito várias vezes, que reconheço que a Sra. Secretária está a fazer muito esforço. Está a conseguir? Sim, algumas coisas, não está a conseguir outras, porque o “carro continua em andamento”, é difícil. Precisávamos de mais algum empenho, precisávamos de mais dinheiro. E o CHEGA colocou dinheiro, no último orçamento, para a Escola das Laranjeiras, para o Liceu Antero de Quental e para a Escola das Flores. Está feito? Se calhar não! Está estudado? Se calhar não! Há uma planta? Não, não há. Não há um projeto, não há nada.

É verdade, temos de reconhecer que o problema dos manuais digitais resume-se a algo muito simples e o CHEGA já disse: é acabar com eles! Acaba-se com os manuais digitais e é menos um problema para resolver! Eu não percebo essa obsessão — e aí a Sra. Secretária tem muita culpa — com os manuais digitais. É insistir no erro e não temos solução. Perdoe-me a Sra. Secretária, mas está a insistir num erro que não está a resolver coisíssima nenhuma e só está a gerar contestação.

Quanto ao arranque do ano letivo, eu não me lembro — e já tenho 54 anos — de algum ano que tenha arrancado a tempo e que alguém tenha dito: “sim,

senhor, eh pá, este ano foi um espetáculo, correu tudo bem.” É mentira! Todos os anos, há problemas, seja de colocação, seja de uma série de coisas estruturais.

Quanto aos sindicatos, pois fazem o papel deles e devem fazê-lo, devem pressionar o Governo. Devem fazer este papel. Também é verdade que, às vezes, os sindicatos têm de encontrar alguns defeitos para manter os dirigentes na cadeirinha onde estão sentados. É o que é!

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

O Orador: Outro grande problema num arquipélago como o nosso de nove ilhas, é também a deslocação de professores. Nós já assumimos que isso é um problema, também movido pela crise da habitação e pelo preço das rendas. Por mais que um governo apoie a habitação para professores, é sempre curto, porque o preço do arrendamento está a disparar, há pouca oferta. Este é um problema que o Sr. Presidente do Governo diz que vai resolver, mas ainda não resolveu e andamos sempre nisto. A habitação não é só para quem vive na terra, é também para quem se desloca, tais como forças de segurança, enfermeiros, médicos, professores e especialistas de várias áreas. É um problema grave, porque ninguém quer pagar duas casas. Eu, se fosse professor, não queria pagar a minha casa e mais outra onde vou trabalhar. Ou seja, se vou receber muito menos ordenado do que aquele que devia receber, então prefiro ir para outra profissão, ir fazer outra coisa ou esperar por uma colocação mais perto de casa. E há também uma coisa de que pouca gente gosta de falar, é uma questão que temos trazido aqui sobre os professores que, uns por cansaço, outros pela idade avançada, estão a usar as baixas como ferramenta. Não pode ser. Isso são as

baixas fraudulentas, porque quem não está doente, verdadeiramente, não pode usar uma baixa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ai senhor, paciência!

O Orador: Isso é errado, porque trata-se dos nossos alunos!

Se os senhores acharem que isso é mentira, estão a mentir! E estão a mentir a si próprios!

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem!

O Orador: Nós sabemos, toda a gente sabe: como é que há professores que já marcaram férias para aqui e para acolá, em pleno arranque do ano letivo, ou seja, em outubro e novembro? Nós temos relatos disto. Nós estamos a enganar quem?! Estamos-nos a enganar a nós próprios!

Finalmente, há uma coisa de que temos de falar sobre os alunos com necessidades educativas. Têm sido recebidas imensas denúncias de que estes miúdos muitas vezes não têm o apoio necessário. Encher a boca e bater no peito, dizer que somos todos inclusivos e depois cada pai, cada mãe e cada família sofre na pele este drama de ter um filho com necessidades especiais e vê falhar o apoio, é grave, é triste e não devia acontecer na nossa terra!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Deputado Flávio Soares (PSD): O problema são os funcionários, Sr. Deputado. Não estão ao virar da esquina.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agradeço inscrições.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):**Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Decorrido que está cerca de um mês do início do ano letivo, é de facto uma boa altura para se avaliar como decorreu este início de ano letivo. E, lamentavelmente, grande parte dos problemas que temos vindo a identificar ao longo dos últimos anos, são recorrentes em cada ano letivo e não é por falta de alertas das comunidades escolares, dos partidos da oposição, não é por falta de debate sobre estas matérias. E dou alguns exemplos: o ano letivo começou com a crónica falta de pessoal; os assistentes operacionais, aqueles que estão em programas ocupacionais, terminam os programas perto do início do ano letivo; as substituições decorrem quando o ano letivo já está a decorrer e as escolas têm de se desenrascar (literalmente) com essa falta de pessoal. Esse problema, que este Governo não foi capaz e não quis resolver, é um dos maiores problemas do sistema educativo regional. A tal “bolsa de assistentes operacionais”, parece que, de facto, é um caso de engenharia espacial, dado os anos que está para ser implementada. Verificamos escolas que não conseguiram abrir portas a horas, como aconteceu há dias na escola do Ramalho, em Ponta Delgada. Como é que se compreende uma coisa destas?!|

O Governo diz que não está preocupado com o betão e não quer construir betão, mas há escolas onde o betão cai dos tetos, que coloca em risco a segurança dos alunos e de toda a comunidade educativa, como aconteceu recentemente na escola dos Biscoitos, mas já aconteceu anteriormente noutras escolas como a das Laranjeiras.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Era obras “bem feitas”!

O Orador: Temos situações lamentáveis (eu já me abstenho de classificar) com problemas iguais todos os anos e com essa *experiência sociológica* que são os manuais digitais.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): E nem sequer vieram da Venezuela!

O Orador: Uma experiência que serve apenas para gastar o dinheiro do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), sem ter em conta aquilo que são as necessidades dos alunos e a sua educação, que devia estar no centro das prioridades e não apenas gastar o dinheiro do PRR. Um erro político que terá custos enormes para a educação nos Açores e para muitos jovens na Região Autónoma dos Açores. E o Governo continua a “enterrar a cabeça na areia”, perante um dos maiores problemas, a médio e longo prazo, que é a escassez de professores. Não se formam praticamente professores nos Açores para substituir aqueles que se reformam. Não se formam professores no País. E, neste momento, nos Açores, temos muitos professores com condições que são piores do que aquelas que existem a nível nacional. São necessários incentivos à fixação, mas é preciso, desde já, igualar, pelo menos, as condições para os professores deslocados.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Não podemos ter nos Açores um regime pior do que aquele que vigora a nível nacional, no que respeita os apoios à deslocação. Os professores não vão pagar para trabalhar. E, por isso, já anunciámos, e iremos entregar muito em breve, uma proposta para, no mínimo, igualar o apoio à deslocação dos professores com qualquer vínculo, contratados do quadro ou contratados através da BEPA (Bolsa de Emprego Público dos Açores). Esse problema tem de ser atacado, sem prejuízo dos problemas estruturais a nível da formação e dos incentivos à fixação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós, Grupo Parlamentar do PSD, rejeitamos liminarmente as declarações alarmistas da oposição em relação ao início do ano letivo.

Consideramos que, desde o início, para este Governo Regional, a educação sempre foi uma prioridade central da sua ação governativa. E prova disso tem sido todo o trabalho desenvolvido pelo Governo Regional, para poder resolver problemas estruturantes que também vinham do passado. Em relação a isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista fala numa “política caótica.” Ora, uma resposta a essas vossas palavras são os números que não nos deixam mentir: se falarmos da taxa de abandono precoce de educação e formação, quando este Governo tomou posse tínhamos uma taxa de 27 % e desceu para menos de 20 %, com as políticas deste Governo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): “É o caos, é o caos!”

A Oradora: Para além disso, ainda em termos de resultados, podemos dizer, por exemplo, que os alunos açorianos que superaram a média nacional em várias disciplinas. E, portanto, tudo isto é também fruto de todo o trabalho pedagógico que tem sido realizado nas escolas com as equipas docentes, com todas as equipas educativas, fruto das políticas implementadas por este Governo Regional.

Mais: falam de uma ausência de política de planeamento. Sra. Deputada Marlene Damião, devo lembrar que falta de planeamento era o que se assistia no passado. Nunca houve uma análise prospetiva daquilo que seriam as necessidades do mercado, as necessidades das escolas para o futuro, daí nunca se ter investido na educação, na estabilidade do corpo docente e nunca se ter

feito absolutamente nada para prever aquilo que iam ser as necessidades futuras em termos de professores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foi este Governo Regional que fez este trabalho e sabendo exatamente, em cada ano letivo, o número de professores que se poderiam reformar, fora outras circunstâncias que não podemos controlar, fez esta análise e tomou as devidas precauções, digamos assim, e as medidas para evitar problemas futuros. Mas isso é algo que não se consegue ultrapassar num ano, em dois ou três, porque a formação de professores leva o seu tempo.

Deputado António Lima (BE): Qual formação?! Não há formação!

A Oradora: Ainda assim, foi com este Governo que se procedeu à estabilidade do corpo docente nas escolas. É preciso não esquecer a precariedade a que os professores estavam sujeitos e com este Governo encontraram estabilidade, ou seja, foram integrados nos quadros mais de 900 professores.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quantos?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Mais de 900. E falando não só de professores, também tivemos assistentes operacionais a serem integrados nos quadros que era algo que não acontecia, porque estavam a trabalhar a recibos verdes, porque estavam em programas ocupacionais que eram pagos com verbas do Fundo Social Europeu — é preciso não esquecer isso.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Fundos que eram destinados a outros pagamentos, mas o Partido Socialista canalizava para este fim.

Deputado José Ávila (PS): É como a Portos dos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Convém ver o que é que o PRR anda a pagar, Sra. Deputada.

A Oradora: Portanto, é preciso cuidado quando se analisa o presente, porque o passado tem sérias implicações naquilo que é o presente agora vivido.

É preciso lembrar também os mestrados que possibilitam formação de docentes, que também foi uma medida deste Governo Regional; a questão dos estágios integrados, dos alunos que tirassem um curso na área de educação no continente, para poderem ter a possibilidade de estagiar cá. São tudo medidas levadas a cabo por este Governo Regional, para poder colmatar aquilo que é a falta de docentes na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para além disso, temos os próprios incentivos à fixação de pessoal docente que agora estão associados ao regulamento de concurso pessoal docente que, em breve, será analisado também nesta Casa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para terminar, também falaram sobre as infraestruturas. Eu devo relembrar que muito daquilo a que se assiste agora tem a ver com erros crassos da construção dos edifícios escolares e que, obviamente, são da responsabilidade do Partido Socialista.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas, ainda assim, tem sido feito um trabalho, por este Governo Regional, para colmatar esses problemas.

É preciso não esquecer, por exemplo, a derrapagem de 15 milhões de euros na Escola de Ponta Garça, que inicialmente seria 12 milhões de euros e passou para 27 milhões de euros. Se a visitarem, vão ver o estado em que ela está.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

Deputado Flávio Soares (PSD): Chove lá dentro como chove na rua.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Quanto ao amianto que deveria ter sido removido até julho de 2019, os senhores tiveram 10 anos para o fazer e nunca fizeram. É preciso relembrar tudo isto.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

A Oradora: É óbvio que reconhecemos que há desafios. É óbvio que reconhecemos que há muito trabalho a ser feito.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não havia pulgas.

A Oradora: Reconhecemos, sim, que há problemas ao nível de bolseiros, por exemplo. Mas é preciso lembrar que quando este Governo tomou posse, eram 36 os bolseiros nas escolas da Região e esse número já triplicou, ou seja, temos 107 bolseiros nas escolas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: É preciso ir à origem do problema, porque colocar bolseiros não vai ser a solução. Temos de perceber porque é que isto acontece, porque é que há um aumento de alunos com essas necessidades educativas especiais e é preciso fazer um estudo profundo, para podermos intervir na origem do problema, dando naturalmente resposta a quem necessita, mas isso tem sido feito por este Governo, de forma gradual e na medida daquilo que é possível. No entanto, convoca-nos a todos para uma reflexão conjunta, para podermos

perceber o que mais pode ser feito para ajudar todos aqueles que necessitam e que estão nas escolas açorianas.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista traz-nos, hoje aqui para debate, um assunto infelizmente recorrente.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Porque é que eles não querem falar da SATA?

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD.

O Orador: E que, de tão profundo que é, eu diria que não se resolve com recurso à chicana parlamentar. Não deixa de ser, no entanto, importante que ele aqui seja trazido ano a ano e que os parlamentares denunciem os graves problemas do arranque do ano escolar.

Não tenhamos dúvidas de que, neste momento, a questão da colocação de professores é talvez o problema mais complicado de abordar. Seria leviano dizer que é fácil. Seria leviano dizer que ficaram de fora um sem número de professores. Claro que há gente que não concorre no concurso, porque está à espera da BEPA para ver se fica mais perto de casa; cada um faz a gestão do

seu problema familiar ou da sua economia familiar, da forma que melhor entende.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Na Venezuela não!

O Orador: Relativamente aos manuais escolares e ao problema que houve com a falta deles e com o deficiente arranque deste processo, aí já há uma enorme responsabilidade do Governo, não há dúvida. E há uma enorme responsabilidade do Governo, desde logo, porque ele assumiu isto como um desiderato fundamental para o nosso sistema educativo. Nós discordámos na altura, levantámos várias dúvidas mas, infelizmente, o Governo insistiu de forma errada, em nosso entender. E este é um problema que vai ter de decidir, mais tarde ou mais cedo, até porque eu não sei se, depois do fim do Plano de Recuperação e Resiliência, terá recursos para o manter. Mas elencar problemas também é fácil, as soluções é que são mais difíceis. Mas sobre as soluções para o problema das infraestruturas, já aqui foi referido as escolas de Antero de Quental e a dos Biscoitos, mas eu posso falar da escola do Topo e de muitas outras que estão com problemas graves de infraestruturas, problemas que põem em perigo os alunos, professores e auxiliares — a Escola dos Biscoitos é talvez o problema mais gritante. Eu queria lembrar que este Governo está em funções há quase 5 anos — falta pouco, falta um mês para fazer 5 anos; este Governo e o anterior da responsabilidade dessa maioria. E, como bem sabemos e se recordam os Srs. Deputados, no fim de uma visita oficial que fiz à Terceira, perguntei sobre a situação da Escola dos Biscoitos e a Sra. Secretária disse que, até ao final de 2023, aquele assunto estaria resolvido. Ora nós estamos chegando ao final de 2025. É pena.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Portanto, aquilo que o Governo Regional prometeu aos pais, aos professores, aos auxiliares e aos parlamentares, naquela altura, está por cumprir e o problema está bastante agravado. Eu convido os Srs. Deputados da maioria

do Governo a visitarem aquela escola e perceberem o que é que se está a passar lá. Mas, no meio de todo este processo, o Governo Regional dos Açores teve tempo, recursos humanos e recursos financeiros, para pôr em ação aquilo que é o chamado “documento” (muito engraçado)...

Presidente: O Sr. Deputado tem de terminar.

O Orador: ... para a linguagem e o linguajar “inclusivo”. Um verdadeiro atentado aos professores de português e que até faz corar Camões no túmulo!

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política da parte do PS foi pertinente. Obviamente, já estávamos à espera de ouvir que tudo o que está mal, foi feito na altura do Governo anterior e tudo o que está bem, é deste Governo. Já ouvimos esta lengalenga da parte de toda e qualquer Secretaria deste Governo e não conseguimos sequer sentir alguma responsabilidade por parte deste Governo. Ficava-vos bem a humildade democrática em assumir algumas situações.

Falaram sobre as bolsas dos auxiliares, ainda estamos para ver. Mas aquilo que mais me preocupa, e foi notícia na comunicação social, tem a ver com a suposta redução de 12,1 milhões de euros para a Secretaria da Educação. Se a Secretaria da Educação, por si só, no meu ver, acredito que não esteja nos melhores dias, temos grandes dificuldades com os professores, por um lado, que é responsabilidade da Secretaria, por outro, ela está fora da alçada da Secretaria. E temos essa dificuldade não só junto dos professores e auxiliares, é também uma tendência nacional. Mas também sabemos que se tivéssemos mais algum apoio, tanto em termos de deslocações, como também a nível não pecuniário (e também pecuniário), poderíamos alterar alguma coisa. Agora, uma redução tão

drástica numa Secretaria, eu espero que da parte do Governo haja a melhor explicação de sempre de como é que vamos tirar 12 milhões de euros àquilo que é um dos pilares mais importantes de um governo, que é a educação, bem como a saúde.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto** (Sofia Ribeiro):

Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A condução da educação na nossa Região, e a educação em geral, está sempre acompanhada de desafios contínuos e de vicissitudes. E, portanto, cabe-nos a nós podermos identificar e reconhecer esses problemas mas, acima de tudo, apontarmos soluções. E, portanto, lamento a arrogância que aqui se expressou quando se disse que o Governo não quer ouvir isto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Dizer-me isto a mim que tenho estado sentada à mesa negocial, quando nos tempos em que estive em negociações sindicais, eu na posição de sindicalista, na altura, até fui expulsa da Secretaria Regional de Educação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

A Oradora: ... custa um bocadinho ouvir. E se, na educação, nem tudo se resume obviamente aos rácios, porque estamos a falar de pessoas, mas os rácios

são importantíssimos para duas condições: uma para podermos aferir da equidade entre estabelecimentos de ensino, e para não ser como era no passado tudo ao “olhómetro”, em que uns tinham mais e outros tinham menos e não se percebia porquê e, por outro lado, para podermos ter comparabilidade.

Vamos às evidências: começemos pelas obras e pelo parque escolar. De facto, herdámos uma situação muito complexa, de grande degradação do parque escolar, mas, em apenas 5 anos, fizemos intervenções de fundo em Santa Maria...

Deputado João Vasco Costa (PS): Mal feitas!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

A Oradora: ... nas Capelas, Rabo de Peixe, Arrifes, Manuel de Arriaga. Há muito mais a fazer, mas em 5 anos, foram obras muito avultadas, com grandes investimentos, que foram feitas na nossa Região.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Em relação a equipamentos, quando entrámos em funções, havia menos de 4000 equipamentos disponíveis nas nossas escolas num estado razoável. Hoje, existem mais de 30 000 (cerca de 35 000) equipamentos nas nossas escolas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Quanto a técnicos de informática, Sra. Deputada Marlene Damião, eram **nove** nos quadros em 2019/2020.

Deputadas Inês Sá e Marta Matos (PS): Oh senhora, não havia manuais digitais!

A Oradora: Hoje, são **26**. É um processo, é certo, mas é fazer as contas e ver a percentagem de aumento dos nove para os 26.

É preciso também termos em consideração que, nesta comparação, estamos a referir um dado importante: é que este aumento de recursos, sejam eles técnicos, financeiros ou ao nível de pessoal, é acompanhado de uma situação em que nós estamos a perder demograficamente cerca de 4000 alunos nas nossas escolas.

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Secretário das Finanças já disse. E então qual é a reflexão?

A Oradora: E, portanto, é um investimento que acaba por ter um rácio moderado e acrescido.

Quanto a assistentes operacionais, no início quando entrámos em funções, no ano 2019/2020 (para não compararmos com o Covid), tínhamos um rácio de um assistente operacional por cada 26 alunos nas nossas escolas; o nosso rácio, hoje (está a decorrer um concurso hoje) é de 1/19. Melhorámos muito significativamente o número de assistentes operacionais por aluno.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

A Oradora: E está a decorrer um concurso centralizado para a constituição de uma bolsa de ilha...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Aos anos! Misericórdia!!

A Oradora: ... para resolvermos um problema que não tinha solução no passado e que depois se pautava pela dificuldade de se fazer uma substituição rápida de assistentes operacionais. Esse concurso está a decorrer, aliás a prova de conhecimentos será já esta sexta-feira e, portanto, não é um anúncio, é mesmo uma evidência do que está a acontecer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Quanto a bolseiros ocupacionais, utilizando a designação antiga que foi mencionada nesta Casa, embora tenhamos feito uma alteração do regime e do modelo de pagamento a estas pessoas que estão a desempenhar este trabalho, eram 36 nas nossas unidades orgânicas. A Sra. Deputada Délia Melo fez o favor de fazer esta referência. Nós triplicámos o número nas nossas unidades orgânicas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Há necessidades? Sim, claro que há, mas este Governo fez um esforço e aqui estão as evidências.

Relativamente aos professores, há questões que são conjunturais e há questões que são estruturais. E, desde o início, sempre dissemos que o problema da falta de professores na Região é estrutural; é na Região, é no País e no mundo ocidental. Mas temos feito um reforço do número de professores, aumentámos 900 professores a entrarem para o quadro com a revisão do modelo, combatendo a precariedade e já apresentámos à Assembleia Legislativa Regional — esperamos que a urgência passe — uma nova proposta de regulamento de concursos, para podermos ter um novo modelo mais aperfeiçoado, considerando as condições atuais em que este Governo da República está a alterar...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária.

A Oradora: Mas para vos dizer que também aqui neste propósito, alterámos o modelo de estágios profissionais, em que os professores que são estagiários

passam a receber uma remuneração. Concedemos bolsas para cativarmos alunos a fazerem formação em mestrados via ensino. Alterámos as condições da carreira com melhor remuneração, com maior e mais efetiva progressão da carreira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lembrado!

A Oradora: Alterámos as normas que eram altamente penalizadoras, por comparação com o resto da função pública. E, portanto, melhorámos muito as condições.

Em suma, Sras. e Srs. Deputados, o mundo perfeito não existe. Agora, com toda a humildade, vos digo aqui e assumo: diariamente trabalhamos em articulação com os nossos conselhos executivos, não é só na ilha de São Miguel, Sra. Deputada, é de Santa Maria ao Corvo, para identificarmos e, acima de tudo, resolvermos os problemas.

Nos 5 minutos que tinha disponíveis, trouxe aqui um rol de evidências do muito que foi feito por este Governo.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição antes de encerrarmos a declaração política. Creio não existir.

Para encerrar a declaração política, tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião.

(*) **Deputada Marlene Damião (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, com o devido respeito e consideração que tenho por si — porque tenho muita — recordo das suas palavras que já foi dirigente sindical, mas também foi e é mãe como eu sou. E pergunto-lhe, como mãe, como é que a Sra. Secretária reagiria se o seu filho estivesse na turma do 5.º ano da Escola Roberto Ivens e, hoje, ainda não tivesse manual digital? Com certeza, não ia ficar satisfeita.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Não posso responder!

A Oradora: Sra. Secretária, foi dito por si, e também por outros deputados desta Casa, que é preciso apresentar soluções. Ora, o Partido Socialista não está aqui apenas para apontar as falhas. Estamos aqui para identificá-las e tentar encontrar soluções. E posso dar-lhe o exemplo de uma solução — pode ser que a senhora venha a utilizar no futuro. Em relação aos manuais digitais, o ano passado, o ano letivo foi pautado precisamente por este atraso; tiveram um ano para refletir sobre isso. Porque é que este ano o Governo Regional, na sua pessoa, não optou — sejam um bocadinho mais criativos — por fazer uma parceria com uma escola profissional que tenha um curso técnico de informática?

Deputado Flávio Soares (PSD): Olha a criatividade!

A Oradora: Ou com a Universidade dos Açores. Ou com os técnicos de informática de todas as Secretarias do Governo Regional que, durante o verão, numa cedência de trabalhos ou num protocolo, tivessem resolvido, tivessem equipado e formatado os computadores de todas as escolas?

Apartes inaudíveis dos Deputados João Bruto da Costa e Joaquim Machado.

A Oradora: Quando os senhores sabem que não têm dinheiro — não têm, porque já o gastaram — para poder disponibilizar às escolas aquilo que elas precisam.

Nós sabemos que a Sra. Secretária não governa sozinha. Aliás, grande parte da responsabilidade dos assuntos que foram aqui trazidos é do Sr. Presidente do Governo. Não fosse o Sr. Presidente do Governo aquele que em 2023 — e só em 2023! — anunciou duas medidas:

Primeira – “Presidente do Governo garante que a Escola Secundária Antero de Quental terá ampliação significativa” — em 2023. Onde é que está a ampliação? Não somos nós que promovemos, divulgámos e anunciámos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora que ninguém pode responder é que a senhora faz perguntas!

A Oradora: Em 2023: “Presidente do Governo garante que o Conservatório Regional de Ponta Delgada representa investimento nas pessoas.” — um investimento de 4 milhões. Onde é que está esse investimento?

Temos todos a perfeita noção de que as infraestruturas não são duradouras, mas pergunto, pedindo, por favor, que esta Casa pare de invocar o passado, como se isso fosse a escapatória.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Não, não!!

A Oradora: Os senhores esquecem-se que estão no Governo há 5 anos. E agora peço que me digam, se invocar o passado, como demonstra esta imagem...

Ruído na sala.

... é responsabilidade do passado? Não é e vou-vos dizer porquê. Neste momento, a Escola Secundária Antero de Quental está sem elevador. Tem um dos balneários femininos encerrados. Digam-me: isto é uma herança do passado

ou é claramente um desinvestimento que este Governo promove no setor da educação que sempre foi um dos pilares desta governação?!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: Sra. Secretária, nega que foi publicado recentemente em Jornal Oficial um anúncio para aquisição de computadores e de manuais digitais após o arranque do ano letivo? Sra. Secretária, isto é responsabilidade do passado ou é deste Governo?!

Sra. Secretária, se é certo que há indicadores e medidas que são positivos, também é certo sugerir que nos foquemos naquilo que está mal e que tem de ser melhorado. Não basta celebrar o que corre bem, quando há tanto para continuar a resolver. Portanto, o que nós podemos referir, Sra. Secretária, é que estas falhas têm de ser resolvidas, não são uma desculpa baseada no passado. O passado já lá vai e não podem continuar a celebrar o que fazem de bem, ignorando aquilo que permanentemente persistem em deixar mal.

Obrigada.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está encerrada a declaração política.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para uma interpelação? Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

A minha interpelação é para dar nota a V. Exa. de que farei chegar à Mesa um conjunto de fotografias, que não pode ser trazido a este debate, porque o

Regimento assim determina que cada grupo parlamentar apenas possa intervir uma vez. Mas há uma fotografia tirada quatro meses depois do início de funções do Governo Regional da coligação, em que a malha de ferro da Escola Básica da Lagoa está à vista.

Deputada Andreia Cardoso (PS): “É o drama, o horror, é o caos!”

O Orador: Foi tirada no dia 11 de março de 2021 e evidencia bem o estado das instalações escolares. Também farei a entrega ao Sr. Presidente...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Assim que a Mesa rececionar as fotografias, fá-las-á distribuir. O senhor não pode descrever as fotografias todas agora.

O Orador: É que eu ainda não tive oportunidade de dizer ao Sr. Presidente que não farei a descrição, mas os açorianos e os Srs. Deputados todos terão oportunidade de verificar o estado calamitoso em que as coisas estavam. Não vou fazer essa descrição, porque melhor do que eu, as próprias fotografias o fazem.

Entregarei também fotografias de outra escola – a Escola de Ponta Garça - que estando orçamentada em 12 milhões de euros, custou 27 milhões. Mas que passado um ano de funções...

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor sabe tão bem quanto eu que isso não é uma interpelação.

O Orador: Farei a entrega de tudo isso, pedindo que distribua.

Obrigado.

Presidente: Obrigado.

O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares pede a palavra para uma interpelação? Tem a palavra.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, é apenas para dizer que estes trabalhos estão a ser transmitidos para todos os açorianos e foram aqui colocadas perguntas ao

Governo Regional, nomeadamente à Sra. Secretária Regional da Educação (até como mãe) e esperam-se respostas.

Eu pergunto a V. Exa. se o Governo pode responder? Nós teríamos todo o gosto em responder às questões que foram colocadas, mas eu pergunto se do ponto de vista regimental é possível?

Presidente: Não, não é possível, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marlene Damião para uma interpelação.

(*) **Deputada Marlene Damião (PS):** Sr. Presidente, prescindo.

Presidente: Agradeço a sua compreensão. E está encerrada esta declaração política. Vamos avançar para a próxima.

Sr. Deputado João Mendonça, pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Mendonça (PPM):** É para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Vamos encerrar, assim, os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 44 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 15 horas e 6 minutos.

Vamos prosseguir na nossa agenda, entrando no ponto 6 – **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XIII – “Dignificação e Valorização dos Assistentes Técnicos da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres dos Açores”**. É uma iniciativa da Representação Parlamentar do Bloco de

Esquerda. Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima, para a sua apresentação.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trazemos, hoje, a esta Assembleia um Projeto de Administrativo Regional que representa uma proposta de exigência e de justiça social.

Trata-se da dignificação e valorização dos assistentes técnicos da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres dos Açores, trabalhadores que há anos sustentam o funcionamento do serviço público essencial, sem que o seu esforço e trabalho tenha sido devidamente reconhecido.

Desde 2018, estes profissionais têm desenvolvido uma luta persistente e determinada pela sua valorização profissional, mas têm recebido em troca silêncio, portas fechadas e pareceres negativos.

Estes trabalhadores não são meramente executantes, lidam com processos administrativos e legais complexos, com contraordenações, registos, licenças, notificações, com cidadãos em situações de tensão, com tribunais e entidades autuantes.

São também eles que garantem que o Estado funciona, que a lei se cumpre, que os direitos dos cidadãos são respeitados. No entanto, continuam a receber salários estagnados, a ver as suas carreiras esmagadas e a acumular funções exigentes sem o devido reconhecimento. Embora, o Governo Regional continue a repetir que não há enquadramento legal para esse reconhecimento, na realidade ele existe e está previsto na lei.

A realidade é que os assistentes técnicos da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres dos Açores exercem funções que exigem competências técnicas, responsabilidade jurídica e polivalência funcional que não se enquadra devidamente no conteúdo funcional típico da carreira de assistente técnico, prevista na Lei de Trabalho em Funções Públicas.

Além disso, a remuneração base destes trabalhadores não reflete as condições específicas e mais exigentes a que estão sujeitos, o que fundamenta a atribuição de um suplemento remuneratório, tal como previsto no Decreto-Lei nº 25/2015, de 6 de fevereiro.

Critérios como o manuseamento e guarda de valores, o risco funcional, o manuseamento de documentos representativos de valores, entre outros critérios, justificam a atribuição de suplemento remuneratório com carácter permanente e muitos estão presentes nas tarefas destes trabalhadores.

Portanto, os argumentos utilizados pelo Governo, por exemplo, na audição em Comissão, não correspondem à realidade. O enquadramento legal existe, é claro e é aplicável, o que nos mostra que aquilo que falta não é a lei, mas sim a falta de vontade política para reconhecer o mérito de quem trabalha e corrigir uma injustiça que se arrasta há anos.

O Governo Regional tem, pois, de ser coerente e aplicar os mesmos critérios a situações que são equivalentes. Negar o reconhecimento aos trabalhadores da Subdireção Regional de Transportes, cujas funções são exigentes, é perpetuar uma injustiça.

Sras. e Srs. Deputados, a proposta que o Bloco de Esquerda traz a esta Assembleia é clara: a atribuição de um suplemento remuneratório de 20 % aos assistentes técnicos da Subdireção Regional de Transportes Terrestres, enquanto perdurarem as condições que o justifiquem.

Esta proposta é justa, porque reconhece a especificidade e exigência das funções que estes trabalhadores desempenham. É legal porque se enquadra nos fundamentos previstos no artigo 2.º do Decreto-Lei 25/2015 e é urgente porque estes trabalhadores não podem esperar mais.

Sabemos que há quem defenda, e também defendemos, uma valorização mais abrangente da carreira de assistente técnico. Mas não aceitar esta proposta por não abranger todos é perpetuar uma injustiça para alguns destes trabalhadores.

A luta destes trabalhadores é legítima e merece uma resposta positiva, porque quem trabalha merece esse respeito.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa, estão aberta as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Decreto Legislativo Regional n.º 30/2025 resulta de uma reivindicação antiga, datada de 2018, por parte dos assistentes técnicos da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres que reclamam o reconhecimento da especificidade e complexidade das suas funções através da atribuição de um suplemento remuneratório de 20 %.

Esta proposta visa corrigir uma situação de desigualdade face a trabalhadores da RIAC (Rede Integrada de Apoio ao Cidadão) que já beneficiam de um suplemento semelhante. Trata-se, portanto, de uma luta persistente desses profissionais que, ao longo dos anos, recorreram a greves, petições e pedidos de negociação, exigindo que a valorização do seu trabalho fosse traduzida em medidas concretas.

Nas audições parlamentares, o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública e da Segurança Social da Região Autónoma dos Açores defendeu que o suplemento deveria abranger todos os assistentes técnicos do serviço e não apenas aqueles que exercem funções de atendimento ao público, evitando divisões dentro da própria estrutura.

Já o SINTAP Açores (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e

de Entidades com Fins Públicos) manifestou concordância com a medida, mas advertiu para o risco de injustiças, se a valorização for atribuída de forma exclusiva a um grupo restrito de trabalhadores, como já aconteceu no passado.

Por sua vez, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas reafirmou os pareceres técnicos negativos emitidos ao longo dos anos, argumentando que as funções em causa inserem-se nas carreiras gerais da administração pública e que, por isso, não existe fundamento legal para a criação do suplemento específico.

Ainda assim, reconheceu a relevância do trabalho desenvolvido por estes profissionais, sublinhou que houve diálogo com os trabalhadores e admitiu abertura à negociação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, este debate coloca-nos perante um dilema essencial: como garantir justiça e equidade dentro da administração pública regional, sem gerar novas desigualdades entre trabalhadores com funções semelhantes?

A reivindicação em causa é legítima, mas exige uma resposta equilibrada, juridicamente sustentada e socialmente justa que valorize estes profissionais sem comprometer a coerência do sistema de carreiras.

O desafio que temos pela frente é encontrar um caminho que reconheça o mérito dos assistentes técnicos da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres, que não se nega, antes pelo contrário se reconhece, o seu brio, a sua competência e a sua dedicação, mas tem de se assegurar simultaneamente a equidade e a consistência das regras que regem a administração pública regional.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Agora?!

O Orador: Seria assim fácil, muito fácil até e quase demagógico, aprovar sem mais esta iniciativa, até porque concordamos que sempre que possível se deve valorizar e dignificar todas as carreiras da administração pública regional.

Contudo, uma postura responsável, como aquela que o Partido Socialista tem, implica que devemos considerar necessário que tal valorização resulte de uma justa e equitativa ponderação do aumento de custos financeiros para a Região, bem como dos impactos de tais medidas e do seu equilíbrio nos critérios que são usados como a equidade, a justiça e a transparência.

Todos reconhecemos a relevância do trabalho — como foi dito há pouco — prestado por esses profissionais. A verdade é que, se fizermos fé, embora relativamente àquilo que diz a Sra. Secretária Regional da Mobilidade, Transportes e Turismo, eu seja mais ateu do que um homem de fé, mas fazendo fé e assim esperamos, se existiu conversações ou negociações e está aberto ao diálogo, nós entendemos que devemos dar esse benefício da dúvida ao Governo, que encete as negociações que entender e o diálogo que entender com esses profissionais para chegar à conclusão que lhe for mais pertinente.

E, portanto, na nossa opinião, devem ser asseguradas as valorizações de todos os trabalhadores, sem dúvida nenhuma, e isso deve assentar em critérios de equidade e de justiça também. E, portanto, é o que temos para dizer de momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós bem sabemos que isto é uma reivindicação antiga, mais antiga ainda do que a da própria RIAC, que recebeu um suplemento remuneratório extra. Sei que

aquilo que vou dizer não é politicamente correto e não ficará muito bem, mas esta iniciativa cria um monstro de injustiça daquilo que é gerir uma equipa em que haja uma diferença, haja uma injustiça dentro de um setor, isso pode rebentar qualquer setor em termos de recursos humanos.

Nós somos a favor que todos recebam um suplemento remuneratório. Não podemos ser a favor que apenas um punhado tenha uma diferença remuneratória, relativamente a outros que têm uma profissão, exatamente, com a mesma exigência, por isso, nós iremos votar contra.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Para o CHEGA, é sempre justo que cada trabalhador seja reconhecido pelo esforço do seu trabalho, desde logo pela valorização dos seus trabalhos. Isto é um ponto assente e acredito que toda a gente pensa, exatamente, da mesma maneira.

No âmbito da Administração Pública Regional, foram criados suplementos remuneratórios próprios por razões diversas que significaram um acréscimo no salário dos trabalhadores, que, no exercício das suas funções, apresentam condições mais exigentes. Foi o caso, por exemplo, dos trabalhadores da RIAC. O presente diploma que nos traz, hoje, o Bloco de Esquerda visa estabelecer a atribuição de um suplemento remuneratório que, segundo o Bloco de Esquerda, reflita as efetivas e exigentes condições de trabalho realizadas pelos assistentes técnicos da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres, promovendo a justiça e a equidade no âmbito das carreiras da Administração Pública Regional. Ora, reconhecendo que, em toda a Administração Pública Regional, há casos que efetivamente necessitam de revisão das tabelas salariais, entendemos que devemos olhar para esses casos de forma individual, avaliando com cautela

todas as situações, para não se cair no erro de estarmos aqui a criar injustiças, que é o que nos parece que a proposta do Bloco vem criar: injustiças laborais.

No âmbito das audições da Comissão que apreciou esta proposta, este foi precisamente um alerta deixado pela representante do SINTAP Açores, que disse que, a aprovar-se esta medida, ela poderia ser discriminatória para com os restantes trabalhadores da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres. Aliás, esta dirigente sindical considerou até esta proposta com alguma perigosidade, precisamente por causa disso, por criar discriminação entre colegas.

Sem dúvida que é muito importante que todos os trabalhadores sejam ressarcidos justamente pelo seu trabalho, pois esses trabalhadores, todos sabemos também, são essenciais para o normal funcionamento do sítio onde trabalham, mas a valorizar-se e a criar-se um suplemento remuneratório, então que seja para todos os trabalhadores, sem excluir ninguém, mas que isto seja feito de uma forma moderada, progressiva e responsável. Não nos podemos esquecer do tamanho que está a nossa dívida e creio que o Governo Regional sabe muito bem como é que está.

Sem qualquer dúvida que as reivindicações por melhores condições remuneratórias dos trabalhadores são justas, mas isso tem de ser feito com responsabilidade e olhando para o todo da Administração Pública Regional e não apenas só para alguns.

Não podem trabalhadores que desempenham as mesmas funções terem salários diferentes dos restantes colegas, levando à tal discriminação que eu acabei de falar. Apesar de ter sido criado um suplemento remuneratório para os trabalhadores da RIAC — abriu-se um precedente, como é óbvio — isto não quer dizer que seja obrigatório que agora todas as carreiras tenham de ter um suplemento remuneratório. Isto não faz qualquer sentido. É preciso ver as condições, é preciso ver os motivos que levaram a estes suplementos

remuneratórios.

Não me parece que seja razoável estarmos agora a comparar as carreiras e a dar um suplemento remuneratório a todas as carreiras da Administração Pública apenas só porque sim, ou porque a gente se lembrou, ou então porque, se uns têm, então os outros também têm de ter.

A nosso ver, isso não faz sentido, é um mau princípio. Pelo que o CHEGA entende que não é assim que se deve proceder, a bem da justiça e a bem da verdade.

É um facto também — não podemos negá-lo — que o Governo Regional tem dado alguns passos pequeninos, minúsculos neste sentido. É certo que tem vindo a valorizar a carreira de alguns trabalhadores na Administração Pública, mas este, de facto, é um caminho longo, é um caminho que não se faz todo de uma vez, está longe de ser concluído. Pelo que aproveito também a ocasião para alertar o Governo Regional que não deixe esse caminho, que continue neste caminho da valorização das carreiras da Administração Pública porque precisam, urgentemente, de serem revistas e de serem valorizadas.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, quero fazer uma declaração: é óbvio que todos nós respeitamos todos os trabalhadores da Administração Pública Regional e também de outros sectores, do privado obviamente, mas não é isso agora que está aqui em causa. E custa-me muito ouvir que todos os trabalhadores merecem ser valorizados,

merecem ser respeitados, como se nós não os respeitássemos de toda a forma e mais alguma.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, deixar aqui bem claro que não está em causa, nem nunca esteve em causa, o respeito por qualquer trabalhador, que temos a certeza que sai da sua casa todos os dias para dar o seu melhor no seu local de trabalho.

Depois, dizer que estamos aqui perante mais uma iniciativa do Bloco de Esquerda, como já nos habituou, que olha para mais uma árvore. Nós temos de nos habituar a ver a floresta toda, porque hoje olhamos para uma árvore, depois amanhã, há outra árvore, depois de amanhã, há mais outra árvore e assim, através de iniciativas que até são generosas, o Bloco de Esquerda o que tem feito mais nos últimos meses é promover a desigualdade entre trabalhadores e tratamento de remunerações aos trabalhadores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Se quer agora um suplemento remuneratório para estes trabalhadores, é natural que, com toda a legitimidade, todos os outros trabalhadores se dirijam à Assembleia.

Aparte impercetível do Deputado António Lima (BE).

A Oradora: Eu ouvi-o com muita atenção e paciência e peço-lhe o mesmo respeito. Eu também tive de ter paciência para o ouvir.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, daqui a pouco estamos todos a receber nesta Casa reivindicações justas e coerentes de outros e de outros e de outros trabalhadores. E dizem-me: “Ah, mas os trabalhadores da RIAC tiveram ...”. Acho muito feio comparar trabalhadores. Não contem com o Grupo Parlamentar do PSD para comparar trabalhadores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Cada um tem as suas competências e os seus deveres e os seus direitos no trabalho que executa. Como já foi dito aqui nas intervenções que me antecederam — tenho de ser justa também e dizer que, todas elas, de forma global, tiveram muita coerência — e nas audições, na Comissão, também foi dito isso, por sindicatos, que esta seria uma proposta ferida de alguma perigosidade, exatamente por isto: nós não estamos disponíveis para promover qualquer injustiça comparativa entre trabalhadores na Administração Pública dos Açores. Se quisermos falar a médio ou um pouco mais longo prazo de rever salários, de aumentos salariais para todos, na mesma categoria, tudo bem. Promover uns para fazer uma *capinha* de jornal em vez de olhar para todos, isso nós não estamos disponíveis.

Obrigada

Deputado António Lima (BE): *Capinha* de jornal!?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projeto de DLR que o Bloco de Esquerda traz a esta Casa, hoje, é uma espoleta perigosa, no contexto da Administração Pública Regional.

E digo espoleta perigosa precisamente porque vem fulminar um setor

massacrado, ao longo dos últimos anos, por uma depreciação dos seus rendimentos — todos nós o reconhecemos — mas que viria a provocar mais uma injustiça e provocar falta de equidade de forma irreparável no contexto daquela que é a Administração Pública Regional.

E sim — concordo com a Sra. Deputada Sabrina Furtado — comparar trabalhadores é mau. Mas ainda assim, aquilo que fizemos com os trabalhadores da RIAC é bem diferente disso que se pretende agora. Os trabalhadores da RIAC tinham e têm funções multidisciplinares que não são propriamente funções específicas como têm estes trabalhadores.

Eu reconheço, e acho que todos os Srs. Deputados e Membros do Governo e jornalistas aqui presentes reconhecerão, que as funções de atendimento ao público estão cada vez mais difíceis, porque as pessoas se tornaram impacientes, descarregam as suas ansiedades no primeiro funcionário que encontram pela frente. Eles pagam pelos erros dos membros do Governo, eles pagam pelas falhas dos Srs. Deputados. Eles pagam por tudo e por mais alguma coisa, até por o Benfica ter perdido, ou ter a seleção de Portugal empatado com a Hungria.

E portanto, o atendimento ao público é hoje uma função, eu diria, de risco até. No entanto, não são os únicos que têm atendimento ao público da Administração Pública Regional e não são os únicos que lidam com questões como estas que estão aqui elencadas no Projeto de Decreto Legislativo Regional, que o Bloco nos trouxe.

E, neste ponto de vista, eu não me sinto à vontade, em nome da Iniciativa Liberal, de votar favoravelmente este documento precisamente por isso: por ser perigoso no contexto da estabilidade social que os Açores precisam neste momento; por ser um risco de cometer injustiças e por ser também, aqui, uma tentativa do Bloco de Esquerda, eu não diria de uma *capinha* de jornal, mas de ter um meme no Facebook daqueles que têm muitas visualizações e muitos

likes.

É verdade que todos nós o fazemos, todos nós promovemos as nossas iniciativas, mas obviamente, há alguns que promovem iniciativas para serem chumbadas, para depois dizer que os outros não queriam.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É perfeitamente legítimo que cada trabalhador, seja funcionário público, seja trabalhador de uma empresa privada, queira e ambicione ter melhores salários, melhores condições de trabalho, eventualmente não exercer as tarefas que lhe são mais desagradáveis. Isso é perfeitamente legítimo. E, portanto, obviamente, aceitamos a legitimidade destes trabalhadores ambicionarem uma remuneração ou um suplemento remuneratório para a sua atividade. No entanto, nós, enquanto responsáveis políticos, temos de zelar pelo equilíbrio da nossa sociedade. E temos de olhar para este caso em particular e verificar se, efetivamente, as funções que estes funcionários exercem vão para além daquilo que são as funções que supostamente deveriam fazer e que estão bem descritas na lei.

E, portanto, os trabalhos da Comissão comprovaram que o conjunto de tarefas realizado por estes trabalhadores está perfeitamente enquadrado na lei da sua categoria profissional. Logo, não vemos aqui uma matéria jurídica que nos dê segurança para podermos decidir de uma forma inequívoca de que o nível de tarefas ultrapassa largamente aquilo que são as suas responsabilidades tipificadas em lei e, portanto, por essa via mereçam algum suplemento.

Por outro lado, não podemos começar, por tudo e por nada, a desvirtuar as carreiras, nomeadamente as carreiras da função pública. Reconhecer, hoje, a

esta vintena de trabalhadores o direito a um suplemento pelas tarefas que executam seria dizer a todos os trabalhadores que têm legitimidade para se dirigir ao Parlamento e pedirem também para eles suplementos porque as suas tarefas também são muito específicas e diferentes dos trabalhadores da porta ao lado.

As carreiras são o que são, as tarefas estão definidas em lei, no caso dos trabalhadores da função pública, as tarefas na atividade privada estão definidas também em lei ou em contratos coletivos de trabalho. Portanto, há mecanismos jurídicos e legais que definem aquilo que são as tarefas dos trabalhadores e, com base nisso, são, obviamente, atribuídas carreiras e salários diferentes para cada carreira.

E, portanto, nessa matéria, não podemos acompanhar esta proposta do Bloco de Esquerda, porque seria o começo da desregulação das carreiras da função pública.

Relativamente à comparação com a RIAC, efetivamente alguns trabalhadores recebem o suplemento, mas apenas e só enquanto trabalham no *front office*. Se um trabalhador que, hoje, trabalhe no *front office* da RIAC, amanhã ou para a semana ou para o mês que vem, deixar de trabalhar no *front office* da RIAC, perde o direito ao suplemento que recebe. Isto não foi um suplemento atribuído *ad eternum* a todos os trabalhadores da RIAC, foi, no caso, o reconhecimento da complexidade que estes trabalhadores têm no exercício das suas funções numa determinada e específica área da sua entidade empregadora, que é o *front office*, que é o balcão de atendimento ao público da RIAC.

E, portanto, também nessa matéria ficou bem especificada a natureza do suplemento. Logo, não podemos acompanhar esta iniciativa do Bloco, e o Bloco poderá então fazer as suas publicações nas redes sociais a dizer que os maus da direita estão contra os trabalhadores, isto é terrível, e que têm é que votar no Bloco de Esquerda.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda apresenta uma proposta que, sob o argumento da valorização profissional, cria um tratamento diferenciado para um grupo restrito de trabalhadores. Não acompanhamos esta visão.

A valorização das carreiras na administração pública regional deve obedecer a critérios de justiça e de coerência e não a soluções pontuais que fomentam a desigualdade.

Defendemos que estes processos devem ser sempre concretizados de forma integrada com a avaliação ampla, rigorosa e abrangente, garantindo a equidade entre todos os trabalhadores e a sustentabilidade das decisões públicas.

O PPM vota contra isto, contra este projeto. Não porque rejeita a valorização dos trabalhadores, mas porque entende que essa valorização deve resultar de um processo justo, estruturado e coerente.

Disse.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muitas vezes, no atual ambiente político que se vive no nosso país e nos Açores, junto de alguma opinião pública, nomeadamente, também naquela que é lida nas redes sociais, é sempre hiperbólica, há uma desvalorização deste Parlamento em que se lhe atribui um conjunto de intervenções e de ações que terão um carácter demagógico.

A verdade é que este debate demonstra bem o sentido de responsabilidade dos Srs. Deputados, dos diversos partidos, em que teria sido fácil, mais uma vez, deliberar em relação a uma determinada reivindicação — esta mesmo que estamos a discutir — e que isso permitiria, de facto, que esse conjunto de pessoas que têm essa reivindicação fiquem contentes com o partido A ou partido B.

Portanto, quero aqui referenciar o facto de as intervenções terem a natureza e o carácter que tiveram, quer do Sr. Deputado João Vasco Costa, quer do Sr. Deputado Pedro Neves, quer da Sra. Deputada Olivéria Santos, da Sra. Deputada Sabrina Furtado, do Sr. Deputado Nuno Barata, do Sr. Deputado Pedro Pinto e do Sr. Deputado João Mendonça, porque foram realizadas com responsabilidade, com justiça, com uma análise ponderada. Evidentemente, revejo-me no conjunto das intervenções que aqui foram realizadas, tirando algumas picardias e adjetivações, que essas não, obviamente, o Governo não se pode rever nesse tipo de intervenção, mas, em relação ao seu conteúdo, revemo-nos plenamente, em relação ao conjunto de argumentos que aqui foram aduzidos pelos diversos intervenientes e pelos diversos partidos políticos que já tiveram oportunidade de descrever aquela que é a sua posição sobre esta matéria.

Eu gostava de dizer também que um dos propósitos do Bloco de Esquerda — com certeza, um propósito de todos — é que os trabalhadores devem ser valorizados e o Governo Regional e o Parlamento dos Açores também subscrevem essa visão de valorização dos trabalhadores, tanto que aqui foram tomadas decisões, nos últimos anos, por iniciativas de diversos partidos políticos que, de facto, foram aprovadas no Parlamento e que significaram uma valorização muito grande das carreiras no âmbito da administração pública.

É preciso ter em conta, por exemplo, o efeito do fim das quotas, o acelerador de carreiras, E, vejam bem, em relação às valorizações remuneratórias, posso dizer-vos que os trabalhadores com 6 pontos já são 2200, trabalhadores com aceleradores de carreiras 3303 e depois o encargo financeiro total, de 2024 e 2025, das melhorias que foram introduzidas, por parte deste Parlamento, já somam um total de mais de 53 milhões de euros.

E, portanto, isto significa que o conjunto de decisões que os órgãos do Governo próprio e da Região têm vindo a tomar representa uma valorização muito significativa do ponto de vista da administração pública regional.

O Governo Regional tem esta perspetiva, tem estes números, temos também esse objetivo e não é justo dizer-se que, ao longo destes anos em que os Srs. Deputados aqui se sentam e este Governo Regional também, que essa valorização não tem vindo a ocorrer.

Em relação a outros números que vos posso apresentar que vão no mesmo sentido, relativamente às mobilidades intercarreiras e intercategorias, é preciso dizer também que, em agosto de 2025, já contávamos com 678 e que o encargo financeiro é de, praticamente, 2 milhões de euros. Portanto, estes números demonstram bem aquela que tem sido a preocupação dos órgãos do Governo próprio e da Região, no sentido de valorização das carreiras. Em relação à questão de facto e a questão mais específica que aqui se discute, que é se as condições e os fatores em que está a ser exercido o conjunto de competências

atribuídas a estes trabalhadores são elementos realmente diferenciadores do resto da administração pública regional, a opinião do Governo é que não são. Portanto, não faz sentido que se possa aqui diferenciar este conjunto de trabalhadores dos restantes trabalhadores da administração pública regional que exercem também tarefas complexas e um conjunto de tarefas diversificadas em muitas situações.

E, portanto, a pior coisa que se pode fazer é criar uma injustiça, uma diferenciação que não se justifica de facto e uma diferenciação que, beneficiando uns quantos, prejudica todos os outros. Porque, evidentemente, passa a existir um elemento comparativo, um elemento de privilégio que não se justifica de todo.

E, por isso, a opinião do Governo coincide com as diversas intervenções realizadas, menos do proponente, mas que nós consideramos que são intervenções ajuizadas, são intervenções que, de facto, têm em conta aqueles que são os interesses da administração pública regional, aquela que tem vindo a ser a sua progressiva valorização e também a sua importância para o desenvolvimento social e económico da Região Autónoma dos Açores. Mas não se podem criar injustiças relativas no âmbito da administração pública regional e, de facto, aquela que é a análise do Governo é que este conjunto diversificado de tarefas e de competências são exercidas também em muitos outros setores da administração pública regional.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta fase do debate, gostaria de salientar dois ou três aspetos.

Em primeiro lugar, esta reivindicação dos trabalhadores em causa da Subdireção Regional dos Transportes é uma reivindicação dos trabalhadores e dos seus representantes.

Nós trazemo-la a este plenário e a este Parlamento porque, efetivamente, não tem havido, segundo os próprios, nenhuma abertura por parte do Governo Regional para negociar esta questão com os trabalhadores.

E não é de agora, este é um processo que dura desde 2018 e é natural que, perante um bloqueio total em qualquer negociação, seja necessário o Parlamento, na nossa opinião, dar resposta a estes trabalhadores. E se este debate servir para alguma coisa, que sirva para o Governo também começar a olhar de forma diferente para esta reivindicação e para outras, eventualmente. O Governo não pode simplesmente dizer que não e não procurar negociar e não procurar encontrar soluções.

Outro aspeto também que percorre os argumentos que foram levantados pelas várias bancadas e pelo Governo é de que se estará ou não a criar injustiças relativas. Esse é um argumento que tem de ser tido em conta e que não estou a dizer que não é um argumento que possa ser trazido a debate e foi e nada tenho contra. Esta questão não deve ser tida em conta e não deve ser olhada apenas no sentido da injustiça relativa. Mas, o que se deve olhar é para a questão formal, se esses trabalhadores cumprem ou não critérios de lhes serem atribuído um suplemento remuneratório, como há noutras carreiras e noutros serviços. Já foi aqui, , referido o exemplo da RIAC, aliás, trazido pela coligação e que, na

altura, não teve nenhum problema com as possíveis injustiças relativas, mas aquilo que se avaliou foi se as funções específicas justificavam ou não esse suplemento. Aí, não houve nenhuma preocupação com a injustiça relativa, avaliou-se, e bem, a questão dos critérios e praticamente todas as bancadas aprovaram.

Não houve nenhuma preocupação com a injustiça relativa. No passado, e já nesta legislatura, também se criaram novos suplementos. Eles existem em várias categorias profissionais, nos matadouros, na Inspeção Regional de Educação, nos trabalhadores da Aerogare Civil das Lajes. Esse não é um caso inédito e esses trabalhadores não se lembraram, nem os sindicatos, de reivindicar este suplemento por obra e graça. Lembraram-se porque ele está previsto na lei e porque as suas funções estão adequadas àquilo que diz o decreto-lei, por exemplo, o manuseamento ou guarda de valores de numerário, títulos ou documentos representativos. Está previsto no decreto-lei esta função específica que pode justificar a criação do suplemento.

Por isso, o enquadramento legal existe. Existindo, na nossa opinião, ele pode e deve ser criado. É legítimo discordarem, mas nós achamos que deve ser criado.

Lamentamos que a câmara não acompanhe a reivindicação, não acompanhe a proposta, mas naturalmente, fica o registo e, certamente, pelo menos, deveria haver da parte do Governo abertura para negociar, por uma vez, com estes trabalhadores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu dava o debate, da nossa parte, por terminado, mas não posso deixar passar em branco a ideia de que o Governo não está disponível para negociar, nem

com os sindicatos, nem com os trabalhadores da administração pública.

Aliás, foi este Governo que voltou a pôr ativo o Conselho Regional da Administração Pública, Sr. Deputado, justamente para que sempre que se apresentasse qualquer diploma que se dirigisse à Administração Pública Regional fosse antes feito um conselho prévio, fosse feita a audição dos sindicatos.

E, portanto, não é de todo uma declaração justa em relação às prioridades e à forma como o Governo Regional dos Açores tem feito estas matérias, aliás, de forma amplamente consensual com todos.

Depois, Sr. Deputado António Lima, devo neste momento também dirigir-me, obviamente, a estes trabalhadores para que fique bem claro que não é o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda que está a favor deles e, por acaso, neste aspeto, todo o restante Parlamento está contra estes trabalhadores. Isto não é assim e isto não é verdade.

O que o Sr. Deputado António Lima também não pode querer fazer é arrastar-nos todos à força para a sua flotilha ideológica, porque isto não vai acontecer.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: E, portanto, Sr. Deputado António Lima, com todo o respeito que tenho por si, e o senhor sabe que tenho, acho que devemos cuidar todos estes assuntos com muita atenção e rigor, porque é de pessoas que estamos a falar e também não contem connosco para criar expectativas que depois são defraudadas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Eu prefiro sempre que o Governo, ou por proposta dos grupos parlamentares da coligação, apresentem uma boa surpresa para estes trabalhadores do que depois dizer alguma coisa que não vai acontecer, como era no passado.

Isto nós não fazemos.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça a favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Correspondendo ao desafio que foi lançado pelo Sr. Deputado, proponente desta iniciativa, dizer-lhe apenas que, obviamente, o Governo está sempre disponível para trabalhar em conjunto com os trabalhadores e analisar este tipo de questões e problemáticas.

Portanto, em relação ao diálogo, o Governo está sempre disponível, pura e simplesmente, na apreciação que fazemos, a apreciação do Governo é de que os trabalhadores em causa não se enquadram nas condições específicas, expressamente previstas no artigo 159.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que determina que os suplementos remuneratórios só devem ser atribuídos quando o exercício de funções implique condições mais exigentes do que as dos outros postos na mesma carreira e categoria.

Portanto, esta é a apreciação jurídica que o Governo Regional faz e, depois, ter o cuidado de fazer esta referência, que considero que é muito justa, é que são

trabalhadores que o Governo Regional valoriza muito, percebe o conjunto de competências que têm e são trabalhadores que nós queremos sempre dignificar. A verdade é que, em relação a esta reivindicação específica, o Governo não concorda. E o pior que pode existir é um Governo que faz de conta ou que cria expectativas, em relação a esta matéria ou é dúbio nas suas tomadas de posição.

Deputado António Lima (BE): É uma opção.

O Orador: A nossa posição, em relação a esta matéria, é uma posição muito assertiva. Nós consideramos que esta reivindicação não se enquadra na lei e não é, de todo, justificável. O que não significa que não se valorize muito estes trabalhadores, como os restantes da Administração Pública Regional, que, como já vimos, ao longo destes anos em que V. Ex^a está aqui, também este Governo e muitos outros Srs. Deputados que aqui estão, foram, de facto, tomadas decisões que muito valorizaram as carreiras da Administração Pública e aquela que é a remuneração dos trabalhadores.

Ainda não é aquilo que é justo, ainda não é aquilo que é necessário, ainda não é aquilo que nós gostaríamos de fazer. Mas, uma Região como a nossa, e julgo que qualquer país ou qualquer região, está sempre limitada pelo conjunto de recursos que dispõe. De nada serve assumir um conjunto de responsabilidades, de responder positivamente a muitas expectativas que as pessoas têm, se depois não temos a capacidade de poder cumprir essas expectativas e de poder dar uma resposta efetiva ao aumento de despesas que este tipo de decisões acarreta. Portanto, ao longo destes anos, foram tomadas decisões de valorização das carreiras, mas aquilo que é possível, e como lhe referi, — e vou voltar a referenciar porque é um número extraordinário — estamos a falar de 53 milhões e 300 mil euros, o que significa um esforço muito, muito grande, num período tão curto de tempo, ou seja, estamos a falar de 2024 e 2025, e é um esforço sem precedentes, Sr. Deputado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tudo já foi dito sobre este assunto, no entanto parece que se concretizou o que eu vaticinei há pouco, de que o Bloco de Esquerda se aproveitaria para apontar o dedo àqueles que estão contra a sua pretensão, a sua proposta, para dizer que somos os maus da fita, estamos contra os funcionários. Nada disso.

E, portanto, faço uma declaração dizendo que, obviamente, todos os funcionários públicos e todos os trabalhadores da Região Autónoma dos Açores merecem o nosso respeito e a nossa consideração. E, portanto, não há uns mais e outros menos. Agora, enquanto decisores políticos, temos o dever de, com as nossas decisões, manter o equilíbrio da nossa sociedade.

E, neste sentido, aquilo que foi decidido há uns tempos, relativamente a alguns, e não todos, os funcionários da RIAC, em nosso entender, não se aplica, neste caso, a estes funcionários, tal como o Bloco de Esquerda pretende.

Tal como eu já disse, nem todos os funcionários da RIAC recebem o suplemento. E um funcionário da RIAC que hoje recebe, se for transferido para outras funções, para outro departamento que não seja o atendimento ao público, deixa de receber esse suplemento.

Logo, é um suplemento que não é atribuído a todos e só é atribuído enquanto e só executam determinadas funções. E, portanto, as funções que são executadas por estes funcionários, alvo desta iniciativa do Bloco de Esquerda, têm as suas funções bem tipificadas na lei. E não são funções que tenham vindo a ser adicionadas às suas tarefas. Eles foram admitidos para aquelas funções e

sempre fizeram e sempre executaram aquelas tarefas.

Coisa diferente se passa na RIAC.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

O Orador: A RIAC tem vindo a aumentar o número de serviços que presta aos cidadãos e, portanto, isso significa que há um acréscimo de tarefas no atendimento ao público nos balcões da RIAC.

E aqui, sim, há uma diferenciação. E foi com base nesta diferenciação, apenas e só no balcão de atendimento, que este Parlamento decidiu atribuir um suplemento.

E, portanto, são situações que não são comparáveis e merecia este esclarecimento, porque aqui não há os bons, nem há os maus. E cada um já pôde manifestar aquilo que pensa sobre o assunto. Se tivéssemos uma *árvore das patacas* aí no jardim, se tivéssemos minas de ouro e não nos faltasse dinheiro, pois eu acho que devíamos, não era dar suplementos, era triplicar, quintuplicar, multiplicar por 100 os salários de toda a gente na Região. Era distribuir! Agora, a realidade é o que é. E, portanto, vivemos no país em que vivemos e, por isso, temos de, com responsabilidade, tomar as melhores decisões a favor daqueles que representamos, mas com o dever institucional de manter o equilíbrio.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição para este diploma.

Pausa.

Creio não existir. Vamos passar à votação na generalidade do projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XIII – Dignificação e valorização dos assistentes técnicos da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres dos Açores.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XIII foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN, com 21 votos de abstenção do PS e 1 voto a favor do BE.

Presidente: Vamos avançar para o ponto 7 da nossa agenda, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XIII – “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2026 a 2029”**.

É uma proposta do Governo Regional dos Açores. Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que aqui hoje discutimos foi entregue no Parlamento a 27 de maio, cumprindo aquilo que a legislação obriga, a entrega do quadro plurianual até ao final do mês 5 de cada ano. Tenta responder, naturalmente, com as informações que à data tínhamos – repito, com as informações que à data tínhamos – tenta cumprir as obrigações decorrentes da prestação da informação e compromisso das finanças públicas, alinhado naturalmente com os princípios de transparência

e rigor orçamental. E, à semelhança de outros anos que aqui discutimos, nomeadamente o ano passado, esta apresentação e discussão decorre também de uma recomendação do Tribunal de Contas, cumprindo a exigência do artigo 17.º e 20.º da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, nomeadamente no ponto 5 do artigo 20.º, diz que o quadro plurianual de programação orçamental define os limites de despesa para cada programa orçamental, para cada agrupamento de programas e para o conjunto de todos os programas, os quais são vinculativos, respetivamente, para o primeiro, para cada programa orçamental, para o segundo, para o agrupamento de programas e para o terceiro e quarto anos económicos seguintes.

É um quadro importante para definir a gestão financeira equilibrada e sustentada e, seguindo também a orientação do Tribunal de Contas, este quadro é apresentado por programa orçamental e não por departamento do Governo, aliás, com estrutura idêntica à do Orçamento de Estado.

Naturalmente, tal como fizemos no ano passado, fica aqui mais um registo para a importância de uma futura revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, para podermos ter aqui uma abordagem mais pragmática e próxima daquilo que é o interesse deste quadro plurianual, naquilo que o articulado da Lei das Finanças vier a prever.

Os dados dos mapas refletem os valores aprovados, naturalmente, nas orientações de médio prazo de 2024-2028 e abrangem todo o perímetro de consolidação, isto é, administração pública, direta e indireta e também as entidades públicas classificadas.

Este quadro reflete a totalidade da despesa da administração regional e prevê, com as informações que tínhamos àquela data, uma evolução conservadora das receitas próprias da Região.

Não está, naturalmente, neste quadro, espelhado as últimas alterações e as últimas informações que temos para já, porque não houve alteração da Lei das

Finanças das Regiões Autónomas, mas também não está espelhado aqui o que está previsto no Orçamento de Estado e que é público desde a semana passada. Este quadro plurianual também tenta responder àquilo que é um desígnio dos Açores e de Portugal, no cumprimento das obrigações decorrentes da execução do PRR e, naturalmente, também da execução dos programas operacionais, no caso do Açores 2030, quer um quer outro, tem períodos decisivos este ano e, em particular, no próximo ano e, nesse sentido, também aqui se tenta — com as informações que existiam na altura — dar resposta a estas obrigações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, permita-me discordar daquilo que referiu quando diz, desde logo, que o quadro que aqui é apresentado cumpre com aquela que é a Lei das Finanças Regionais e, claramente, o artigo 20.º, no número 5, diz que deve ser vinculativo para cada agrupamento de programas, para o conjunto de todos os programas, mas aquilo que o senhor apresenta aqui, em anexo ao Decreto Legislativo Regional, não cumpre exatamente aquilo que está preconizado na lei.

Desde logo, nós não sabemos, por exemplo, para o ano de 2028, qual é que é o subtotal para o agrupamento da soberania. Nós não sabemos qual é que é o subtotal para o agrupamento social, para 2028 e 2029. Nós não sabemos, para a

área económica também, qual é que é o subtotal, nem para 2027, nem para 2028, nem para 2029. E, portanto, não há o cumprimento daquilo que está previsto na lei e, portanto, mais uma vez, o Governo não cumpre com aquilo que está na Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

E aquilo que resulta, também, da leitura do documento que é apresentado, nem é legível, nós nem conseguimos compreender bem quais são os valores que estamos aqui a discutir e o Sr. Secretário, em comissão, comprometeu-se a enviar um quadro que fosse legível, pelo menos, e nem isso fez. O que traduz-se aqui é um desmazelo na prestação de contas e responsabilidade orçamental, porque aquilo que o Sr. Secretário disse, há poucos dias, não se traduz no documento que está aqui refletido. O Sr. Secretário disse que o ano 2026 seria o maior orçamento de sempre e nós compreendemos isso, por via do investimento no PRR, é natural que assim seja, e disse que o plano de 2027 teria uma redução muito significativa, porque, obviamente, o maior investimento estará em 2026. Como é que, então, aquilo que é apresentado para 2027 representa um aumento da despesa pública? Como é que o ano 2028 tem novamente mais um aumento da despesa pública? Como é que em 2029 tem mais um aumento da despesa pública?

Não é possível vir aqui dizer que nós vamos aprovar uma iniciativa para o controle da despesa pública e até reduzir, e apresentarmos um quadro que é incoerente com tudo aquilo que tem sido dito. Além do desmazelo na prestação de contas, há uma irresponsabilidade orçamental, obviamente, porque não tem em conta os constrangimentos que a Região enfrenta, ao nível financeiro, e há também uma resignação da sua parte, que é óbvia. O senhor limita-se a tentar cumprir o mínimo e, mesmo assim, não o consegue fazer, e não cumpre, por exemplo, com as recomendações do Conselho Económico e Social, quando diz que é preciso informação mais aprofundada, mais detalhada, é preciso ir mais longe e dar informação sobre o *déficit* e sobre a dívida, pelo menos evolução

para os próximos anos.

Eu sei que essa parte não está na lei, mas foi o Governo que disse que teria todo o interesse na prestação de contas, na transparência, no rigor orçamental, e dar informação a este Parlamento sobre as perspetivas macroeconómicas para os próximos anos. Perde aqui, uma vez mais, uma possibilidade de o fazer.

E, portanto, o documento que aqui é apresentado é muito *poucochinho*, Sr. Secretário, nem cumpre com aquilo que está na lei, vir apenas a alterar o artigo em que dizia que era indicativo e passa a cumprir com o número 5, não complementando o quadro com a informação necessária para que os valores sejam, efetivamente, vinculativos conforme preconiza a lei e o Tribunal de Contas, não é suficiente e, portanto, nós não podemos acompanhar a votação favorável deste diploma.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este quadro, isto é mais ou menos como o *Melhoral*: não faz bem, nem faz mal. Portanto, não serve para nada, até porque fala em 2026 a 2029. Ora, um Governo do CHEGA, em 2029, não se quer vincular a isto.

E, portanto, tem aspetos positivos, nomeadamente cumpriu o prazo da apresentação, coisa que no ano anterior não tinha cumprido. De resto, não vou falar muito da qualidade gráfica que realmente já foi aqui referido. E tudo o

resto é uma manifestação de intenções, o papel aceita o que lá se põe. Tem o Orçamento de Estado, tem tantas variáveis aqui ... Vamos ser honestos, isto não serve absolutamente para nada. É uma obrigação legal, mas não serve absolutamente para nada e como não serve para nada, votar numa coisa que não serve para nada, a gente tem aqui alguma relutância. Também votar contra uma coisa que não serve para nada, também ficaríamos na mesma. E, portanto, a gente, por acaso, nesta questão aqui, provavelmente vamos ficar em cima do muro, porque nada disso serve para nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu não quero *fazer chover no molhado*, mas, de facto, isto é um documento que, desde logo, pela forma como ele nos chegou, reflete que a Secretaria Regional do Sr. Secretário Paulo Estêvão precisa de comprar umas máquinas digitalizadoras novas ou, então, substituir o funcionário que faz isso, para nós recebermos isto de uma forma mais legível.

Mas, indo, ao que interessa, ou melhor, ao que não tem interesse absolutamente nenhum, este é mais um daqueles casos em que nós aqui andamos de trás para a frente a falar do assunto, caímos na ratoeira do Tribunal de Contas e do Governo Regional de em vez de estarmos resolvendo os problemas dos Açorianos, estarmos tratando de um papel que não serve para nada e que tem um artigo terceiro que é, mais ou menos, como um artigo quinto do Orçamento. Nós aprovemos o que aprovemos aqui, chumbemos o que chumbemos aqui, o

Governo faz o que quer e que lhe apetece.

Se têm reparado, ao longo das últimas discussões e votações dos documentos análogos, a Iniciativa Liberal tem sempre se absterido, porque, de facto, não serve de nada votar contra e de nada serve votar a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O quadro plurianual de programação orçamental tem sido, nos últimos anos, um documento com pouca utilidade porque, de facto... ainda por cima nesta altura em que o debatemos, será alterado já daqui a um mês, com a aprovação do próximo Orçamento e, assim, é um documento que trará alguma previsibilidade quanto ao futuro próximo.

Ainda assim, como tenho lido, recentemente, por parte de um economista do nosso país que atenta a estas questões, os Orçamentos valem o que valem e são sempre meros documentos provisionais e nós temos de olhar, muitas vezes, pelo retrovisor, para o passado recente, para perceber aquilo que os Governos, efetivamente, fazem ou deixam de fazer, que investimentos realizam, que despesas fazem, que dívida contraem, etc.

E, neste caso, uma vez que estamos a falar de Orçamento, e este é um debate sobre Orçamento, porque não pode ser de outra forma, é um quadro de Programação Orçamental e, no Orçamento, cabe tudo: cabe o Orçamento e cabe a sua execução. E eu não posso deixar, Sr. Secretário, de aproveitar este momento para questionar sobre as notícias que dão conta, da parte do Tribunal de Contas, de uma auditoria que acusa o Governo Regional, ou conclui que o Governo Regional realizou a desorçamentação de despesas através da Portos

dos Açores. E eu recordo aqui inúmeros debates sobre este tipo de atuação, sobre a Saudaçor, ainda por cima de uma forma que não está correta, porque a Saudaçor já estava até no perímetro orçamental. O que não acontece com a Portos dos Açores, que sim, está fora do perímetro orçamental, que não consolida, não conta para a dívida ou para o *déficit* da Região.

E aqui eu gostaria de uma explicação, Sr. Secretário, que nós ainda não tivemos acesso a essa auditoria, é como é que se explica essa situação, de 50 milhões de euros de dívida, que não deviam estar, mas estão, na Portos dos Açores e que devia ter sido o Governo Regional e a Região diretamente a assumir.

E também pergunto, Sr. Secretário, se isso significará o risco de o Instituto Nacional de Estatística (INE) rever os *déficits* dos anos anteriores, nomeadamente 2024 e 2023, eventualmente? Ou seja, se perante esta auditoria há ou não o risco de o Instituto Nacional de Estatística agravar os *déficits* dos anos anteriores? É porque esta situação não é uma brincadeira. É grave. É grave aquilo que foi noticiado e é grave, ainda mais grave politicamente, tendo em conta aquelas que eram as acusações do PSD, da coligação e do Governo aos governos anteriores do Partido Socialista. É muito grave.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é grave é o senhor usar este ponto da agenda para usar outro assunto que não diz respeito a este ponto. Isso é deslealdade institucional!

O Orador: Porque, pelos vistos, fazem pior do que aquilo que criticavam ao Partido Socialista.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Duas questões que gostaria de aqui clarificar.

Renovo, e isto é um debate que já é recorrente, que no entendimento do Governo estamos a cumprir, estritamente, aquilo que está previsto na Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Isto é um debate que já tivemos aqui e, aliás, estamos a cumprir mais até do que acontecia no passado. A formulação, como apresentamos, é aquela que o Tribunal de Contas e a Lei preveem.

De resto, em relação àquilo que o Sr. Deputado António Lima aqui colocou relativamente ao Tribunal de Contas, este tem a sua opinião, não quer dizer que o Governo concorde com o Tribunal de Contas.

Não é o primeiro Governo que não concorda com o Tribunal de Contas.

Deputado António Lima (BE): Mas é o Tribunal de Contas!

O Orador: Posso dizer-lhe que não é o primeiro Governo que não concorda com o Tribunal de Contas, como o Governo também não concorda com a abordagem que o INE e o Eurostat fizeram em relação à SATA Air Açores e à SATA-SGA. Nós não concordamos e achamos que temos argumentos válidos e tentámos apresentá-los. Mas essas entidades é que têm a capacidade para dizer o que têm a dizer e nós, é evidente, não vamos concordar com o que o Tribunal de Contas nos diz se não concordamos.

Deputado António Lima (BE): Mas quais são as consequências?

O Orador: Ou mesmo do Eurostat ou do INE. Dou-lhe um exemplo. Vamos à Portos dos Açores. A Portos dos Açores – é bom que se retenham estes valores — tinha, a 31 de dezembro de 2024, uma dívida de 133 milhões de euros. Sabem quanto é tinha a 31 de dezembro de 2020? Eram 74,4 milhões de euros.

Deputado Carlos Silva (PS): E agora, quanto é que é?

O Orador: Isto é, isto é, o crescimento de 74,4 para 133 é menor que os 60 milhões que foi autorizado a endividar-se por via do furacão Lorenzo e, portanto, já houve verbas dessas que foram pagas. Portanto, o crescimento, à data de 31 de dezembro, é menor do que aquilo que foi pedido para fazer face às verbas do furacão Lorenzo.

E dos 74 que estavam em dívida a 31 de dezembro de 2020, sabem quanto é que estavam em dívida ainda das Portas do Mar? Mais de 20 milhões. Mais de 20 milhões que estão a ser pagos agora e que foram inaugurados na altura, sabemos bem por quem.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Isso é normal!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): 20 milhões é muito dinheiro. O que faríamos com esse dinheiro.

O Orador: Tal como as SCUT (Sem Custos para os Utilizadores) e tal como o Hospital de Angra. Estão a ser pagos agora e foram inaugurados, sabemos bem por quem.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E portanto, em relação a estas matérias, também cumpre dar estas referências. Mas, como isto é um debate relativamente recorrente, o Sr. Deputado Carlos Silva ainda não falou no prazo médio de pagamentos a fornecedores. Normalmente, a primeira parte da intervenção é idêntica à que fez, mas não falou no prazo médio de pagamentos a fornecedores. Por que será?

Eu posso dar nota também a esta Casa e às Açorianas e Açorianos que, no terceiro trimestre de 2025, o prazo médio de pagamentos a fornecedores é de 135 dias; ainda não desceu suficientemente, porque isto tem a ver com a média dos últimos quatro trimestres e aquilo que foi pago das dívidas da saúde —

como eu já tive a oportunidade de explicar — ainda não se reflete completamente neste trimestre, vai-se ir refletindo nos próximos. Mas, ainda assim, são menos cinco dias, do que era no anterior trimestre.

Mas, vamos aos prazos médios de pagamentos a fornecedores em 2020 e 2019. Certamente, pelas críticas que o Partido Socialista faz, deviam ter prazos médios de pagamentos a fornecedores muito mais baixos do que isto, certamente.

Ora, vamos lá ver: em 2019, no terceiro trimestre, eram 139 dias. Portanto, mais do que agora. Mas, no quarto trimestre de 2020, eram 179 dias, mais 44 dias do que agora. Estamos satisfeitos? Não estamos. Mas, há que ser um bocadinho coerente. Se, hoje, ainda não estamos na posição ideal, quem fazia pior não pode estar a reclamar. É tão simples quanto isto.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isto é matemática. São dias. Eu repito, são menos 44 dias do que em relação ao quarto trimestre de 2020, que eram 179 dias. E, portanto, é bom nós sabermos do que é que estamos a falar.

Mas, atenção, o prazo médio de pagamentos a fornecedores, repito, está muito influenciado pelas dívidas da saúde, que só agora é que vão sustentadamente começar a influenciar, a baixar o prazo médio de pagamentos a fornecedores.

Porque se não contássemos com as dívidas da saúde, estávamos abaixo dos 60 dias na administração pública direta. Estamos abaixo dos 60 dias. E, portanto, é bom que tenhamos isto em atenção e é feito um enorme esforço do Governo para conseguir, não ainda o ideal, mas para caminharmos para uma melhor situação. Aliás, é compromisso deste Governo, num quadro, num acordo inédito, histórico, com os parceiros sociais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado.

O Orador: É compromisso deste Governo passar este prazo médio de

pagamentos, até ao final de 2026, para 60 dias. Nós estamos a trabalhar para isto, mas isto é um compromisso deste Governo com a sociedade civil, organizada pela primeira vez num acordo histórico que se fez com os parceiros sociais.

E, para terminarmos, em relação a esta matéria e ao dinamismo que estas situações têm.

Deputado Carlos Silva (PS): Dinamismo?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ou dinamite?

O Orador: Dinamismo, sim. Por exemplo, aqui, neste quadro, tínhamos previsto para o Parlamento Regional 16,7 milhões de euros. Sabem quanto é que na anteproposta de orçamento? São já 17,8. Há dinâmicas a que nós temos de responder. O mesmo se passa relativamente a outras áreas. Isto é, sim, estes dinamismos.

Deputado António Lima (BE): Isto é um ataque ao Parlamento.

O Orador: Mas, outro dinamismo que acho que os senhores vão concordar e vão certamente não só concordar, mas eventualmente até vão aplaudir esta informação que vos vou dar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vamos certamente.

O Orador: Estava previsto na anteproposta e no relatório do orçamento...

Ruído na sala.

Sra. Deputada, posso? Mas eu vou dizer-lhe que é para poder escutar bem porque, certamente, a Sra. Deputada Andreia Cardoso vai aplaudir isto que eu vou referir. É que nós tínhamos previsto, no quadro de financiamento do orçamento que estava estabelecido na anteproposta que foi entregue ao Conselho Económico e Social e aos Conselhos de Ilha, com o relatório do orçamento, transferências do orçamento de Estado de 349,1 milhões. Ora, vão

vir 351,2, isto é, vão vir mais 2,1 de transferências do orçamento de Estado.

Dizem-me: “ah, isso advém da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.” É verdade, mas é este dinamismo.

Mas, atenção, nós tínhamos previsto transferências extraordinárias do orçamento de Estado de 75 milhões de euros, como em 2025. E o que é que vai acontecer? Não vão ser 75, vão ser 150! Vão ser 150!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E isto vai permitir que o endividamento previsto para 2026, em vez de 150 milhões de euros, seja só de 75 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Certamente, Sra. Deputada, a senhora, como qualquer deputado nesta Casa, vão ficar e estarão satisfeitos com isto que foi conseguido por obra do Sr. Presidente do Governo, com o diálogo institucional com a República e que vai permitir não só termos o dobro de transferências extraordinárias que tínhamos estimado, mas até diminuir a nossa necessidade de endividamento para metade.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário das Finanças, eu percebi bem a sua tentativa de desviar as atenções, dizendo que a Assembleia é uma gastadora, que as Portas do Mar é que têm culpa... Sr. Secretário, eu fiz uma pergunta muito concreta. Pode-se concordar ou discordar e achar que devia ser de outra forma. Mas a verdade é que há tribunais, o Tribunal de Contas é um órgão de soberania, o Instituto Nacional de Estatística e a Autoridade de Estatística Nacional e as suas decisões são para cumprir e têm consequências. Os tribunais são órgãos de soberania.

E, por isso, gostaria de perguntar qual é a consequência desta auditoria e se há ou não o risco de o *déficit* dos anos anteriores ser revisto pelo Instituto Nacional de Estatística. É uma pergunta tão simples e gostaria que me respondesse. Tenho todo o gosto em conhecer o prazo dos pagamentos em atraso na Administração Regional. Tenho todo o gosto em ouvir as histórias das Portas do Mar que nós todos já conhecemos. Agora, esta história, eu não conheço e gostaria de conhecer a resposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem ninguém inscrito.

Pausa.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, é falso que diga que este decreto legislativo e o quadro em particular de Programação Orçamental cumpra com aquilo que está disposto

no artigo 20.º, n.º 5 da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. E vou repetir: “O quadro plurianual de Programação Orçamental define ainda os limites de despesa para cada programa orçamental (nesta parte cumpre, Sr. Secretário, assumo e é verdade), para cada agrupamento de programas (não cumpre), para o conjunto de todos os programas (também não cumpre)”. Não, não. Os quais são vinculativos... Calma, Sr. Secretário. Respetivamente para o primeiro, para o segundo, para o terceiro e para o quarto. Para o primeiro e para o segundo, cumpre. Para o terceiro e para o quarto, diga-nos lá onde é que está. Onde é que estão os valores, Sr. Secretário? Não apresenta valores para os subtotais de 2028 e 2029. Como é que cumpre? Como é que cumpre? No primeiro, nós nem conseguimos ler os valores bem e segundo, não tem lá valores para 2028 e 2029. E portanto, como é que o Sr. Secretário pode dizer que cumpre? Não cumpre.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Respetivamente, leia o respetivamente.

O Orador: Naquilo que também aqui referiu sobre a Portos dos Açores, Sr. Secretário, causa-me alguma apreensão ver o seu regozijo com o facto de a dívida da Portos dos Açores ter passado de 74 milhões de euros em 2020 para 134 em 2024. Não é motivo de satisfação, porque o Governo Regional também não cumpriu com as suas obrigações nas transferências e no pagamento dos contratos-programa com a empresa. O que obriga a empresa a endividar-se e a pagar juros que são considerados pelo Tribunal de Contas como a situação financeira da empresa insustentável, nos próximos anos. Isso é motivo de satisfação da sua parte? Não é? Sr. Secretário, não é aceitável.

E depois, vir aqui fazer um Estado da Região, do ponto de vista financeiro, como se estivesse tudo bem, omitindo, por exemplo, que a dívida pública da Região passou de 2,4 mil milhões em 2020, para 3,7 nos dados recentes de 2025. Isso é um aumento de quase 53 %, são mais 1300 mil milhões de euros.

Isso é estar tudo bem?

Houve uma redução do prazo de pagamento a fornecedores. Ótimo. É Motivo de satisfação, Sr. Secretário. Ainda bem.

Mas omite dados tão relevantes como esses. Não cumpre com aquilo que está na lei e nas recomendações do Tribunal de Contas. Não cumpre no que diz respeito ao pagamento do contrato-programa com a Portos dos Açores. E contrariam, obviamente, a sua narrativa quando é o Sr. Presidente do Governo que dizia, já aqui foi referido, é bom lembrar: “Governo açoriano avisa: ‘empresas públicas não podem ser barrigas de aluguer de endividamento’”. O Sr. Presidente do Governo está aqui, referiu essa afirmação em outubro de 2022.

Reversou que as empresas do setor público e empresarial regional têm de estar ao serviço dos empresários açorianos. Ainda ontem, tivemos a Associação de Comerciantes de Pescado a criticar a SATA por não estar ao serviço das empresas e aumentar as taxas.

Temos a Portos dos Açores que está a endividar-se de forma galopante e a servir de barriga de aluguer ao endividamento do Governo e o Sr. Secretário Regional ou está resignado ou está satisfeito com o aumento da dívida. Nós não estamos e iremos usar essa informação assim que for necessário, as vezes que forem necessárias, porque não é motivo de satisfação, é motivo de grande preocupação.

Além do mais, os 150 milhões de euros que estão no Orçamento de Estado para 2026 têm uma finalidade muito específica e o senhor não referiu, que é financiar as necessidades adicionais do PRR. E porque é que a Região precisa desse dinheiro, Sr. Secretário? Explique aos açorianos. Supostamente o PRR é financiado a 100 %. Onde é que está o dinheiro dos adiantamentos que já foram gastos? Onde é que estão os adiantamentos que já foram gastos? Para pagar a despesa corrente. Para pagar a despesa corrente e para financiar os *déficits*

sucessivos. Esse é que é o grande problema. Por isso é que a Região está, constantemente, a pedir junto da República o aumento de transferências de verbas e já abandonou a reivindicação que tinha que era uma alteração da Lei de Finanças Regionais, que configurasse, anualmente, um aumento dos 150 milhões de euros. Nós agora já ficamos satisfeitos com os 150, só para financiar o PRR, porque já gastámos o dinheiro dos adiantamentos.

Esse é o estado da Região que o senhor criou.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Sou tentado a concordar com alguns dos Srs. Deputados que intervieram e que, de algum modo, manifestado livremente a sua opinião, não atribuíam grande significado e grande importância a este diploma que estamos aqui a discutir, o Quadro Plurianual de Programação Orçamental, porque, de facto, do ponto de vista prático, o tempo tem confirmado que ele não tem uma relevância tão grande quanto, porventura, estaria no espírito do legislador da Lei de Finanças Regionais.

Mas, se mais virtude, porventura, este diploma não tem, já teve a virtude, não só de termos tido aqui alguma informação adicional, mas também de, mais uma vez, se comprovar que as boas notícias para os Açores são sempre uma má notícia para o Partido Socialista que fica agastado com elas.

Em vez de termos 75 milhões, a título extraordinário, como tivemos o ano passado, vamos ter 150 milhões. O Partido Socialista, em vez de sentir que isso

é uma ajuda que concorre para que a situação da Região possa ser alavancada para patamares superiores, fica aborrecido, desvaloriza e acha que isso, de facto, não é coisa boa.

Vamos ao Quadro Plurianual de Programação Orçamental que, nas críticas feitas pelo Partido Socialista, até nos cria a ideia de que o Partido Socialista cumpria com aquilo que está determinado na Lei de Finanças Regionais, relativamente a esta matéria. Desde logo, uma coisa que o Sr. Deputado Carlos Silva hoje não referiu: a questão dos prazos, não foi só relativamente aos prazos de pagamento, é também quanto ao prazo de apresentação deste diploma. É verdade que o Governo do ano passado não o fez em tempo. Mas o Partido Socialista, em 2017, fê-lo através do Orçamento da Região, portanto não o fez até o dia 31 de maio. O Partido Socialista, em 2019, fê-lo através do Orçamento Regional, portanto não o fez até o dia 31 de maio. Portanto, quem hoje aponta o dedo, é exatamente quem tem este histórico. E, portanto, não tem autoridade política, não tem autoridade moral para fazer a crítica no sentido em que a fez.

Mas mais, o Partido Socialista, quando diz que há insuficiência de informação neste quadro que integra o diploma que estamos a aprovar, até também, mais uma vez, quer insinuar que a informação que o Partido Socialista colocava nos quadros correspondentes aos diplomas que teve de produzir ao longo do tempo em que foi governação, que eram valores, de facto, rigorosamente cumpridos.

Deputado Carlos Silva (PS): O vosso padrão são os nossos erros!

O Orador: Eu vou dar um exemplo: em 2 anos e meio, de fevereiro de 2017, a outubro de 2019, em 2 anos e meio, a dotação inscrita pelo Partido Socialista para o ano de 2020 — não tem nada a ver com a pandemia, porque foi em outubro de 2019 — o valor alterou-se cinco vezes; em 2 anos e meio, o valor inscrito pelo Partido Socialista, para o ano de 2020, alterou-se cinco vezes, e a variação foi só 111 milhões de euros.

E, portanto, quem hoje reclama mais informação, mais detalhe, o carácter

vinculativo desta informação, é quem tem este histórico.

Eu julgo que a motivação está explicada.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma resposta, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado António Lima, que colocou uma questão direta e cristalina e que merece uma resposta também direta e cristalina. A resposta, Sr. Deputado António Lima, é que o Governo não tem receio de a Portos dos Açores ser considerado para o *déficit*. E, não tem receio, porque não há nenhuma indicação nesse sentido, nunca, além de que, como eu comprovei, a dívida que foi contraída depois de 2020, os 60 milhões, já está a menos de 60 milhões, já está a ser paga. E os contratos-programa vão ser pagos também à Portos dos Açores e esta vai seguir o seu caminho, como tem vindo a seguir. É evidente que nós temos, em certos momentos, que acudir a outras necessidades mais prementes, aconteceu, como é sabido, com alguma frequência, com o Grupo SATA, mas, naturalmente, a Região, perante o setor público empresarial regional, vai responder devidamente.

De resto, sobre este debate recorrente, aquilo que dizem o CHEGA, a Iniciativa Liberal e o Partido Socialista também não se pode dizer muito mais. E pela simplicidade que foi colocada, nomeadamente, Sr. Deputado Francisco Lima, nós, em síntese, concordamos com essa abordagem.

De resto, em relação às transferências extraordinárias do Orçamento de Estado, é sabido que a Região defende uma revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Mas, enquanto essa revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas não acontece, nem é repristinada a componente de pagamento do IVA *per capita*, sem haver a retenção, o Orçamento de Estado, através de transferências extraordinárias, têm vindo a apoiar o Orçamento Regional, também porque não houve esta revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Eu faço lembrar — não sei se ecoa na memória de alguns dos que aqui estão — há uns anos, houve um Presidente do Governo, o Presidente Carlos César, que dizia, acerca do dinheiro da República, que até se punha a questão de ser legal ou não: “Legal ou ilegal”, dizia Carlos César, “eu quero é que venha o dinheiro para os Açores”. O que é feito deste Partido Socialista, Sras. e Srs. Deputados? O que é feito deste Partido Socialista?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Agora, a questão não se põe de ser legal ou ilegal, a questão é cristalina. Está prevista, no Orçamento de Estado, a verba para transferências extraordinárias para o Orçamento Regional. E, portanto, eu pensava, sinceramente, que a informação que eu tinha dado, de termos o dobro das transferências, necessariamente, vamos pedir apenas metade do que estava previsto, eu pensava que esta informação, mais a diminuição do prazo médio de pagamentos a fornecedores ia trazer algum júbilo, alguma alegria a este Parlamento, mas parece que parte do Parlamento fica contrariado. Como ficam contrariados, também, com a situação económica robusta e ímpar da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade.

Protestos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: O melhor preço de leite de sempre, o melhor preço da carne de sempre, o melhor turismo de sempre, o melhor emprego de sempre, a melhor população ativa de sempre, o maior crescimento de sempre.

Isto incomoda quem? Não incomoda os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Incomoda, certamente, aqueles que não querem reconhecer o mérito do Governo nesta tarefa.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional não ouviu, da nossa parte, dizer que mais dinheiro para os Açores é algo mau. Pelo contrário, é positivo, obviamente que sim. Nós não vamos é branquear a realidade. Isto é diferente, Sr. Secretário. Nós não nos esquecemos daquilo que o Sr. Secretário nos referiu há poucos meses, nem das reivindicações do Sr. Presidente do Governo, nem de uma famosa cimeira que iria acontecer e que nunca aconteceu. Nós não nos esquecemos dessa parte.

E, portanto, quando falamos de reduzir a ambição, tem a ver com isso.

O Sr. Secretário nada disse sobre o que é que foi feito com o dinheiro dos adiantamentos do PRR. Isto é que suscita, obviamente, a necessidade de cobrir

as necessidades adicionais que agora estão no Orçamento de Estado. São necessárias, efetivamente, porque a Região tem graves dificuldades financeiras. Conforme comprova, o maior *déficit* que temos neste momento é de cerca de 250 milhões de euros e o ano ainda não terminou. É motivo de satisfação? Não, não é. E o Sr. Secretário fica satisfeito com isso.

Temos a maior dívida de sempre. É motivo de satisfação? Não, é motivo de preocupação e reiteramos essa preocupação e apresentaremos, obviamente, medidas que possam ajudar a controlar o ritmo de endividamento e o *déficit* estrutural da Região.

Mas, há algo também relevante das suas afirmações, Sr. Secretário. O Sr. Secretário deu a entender que o incumprimento do contrato-programa com a Portos dos Açores e com a necessidade de endividamento adicional resultava de um esforço adicional orçamental com a SATA — pelo menos foi isso que eu percebi das suas afirmações. Eu gostaria de perguntar, Sr. Secretário Regional, qual é que foi o esforço orçamental adicional que a Região teve, em 2025, que inviabilizasse o pagamento do contrato-programa com a Portos dos Açores porque, segundo me recorde, a Região está proibida de injetar dinheiro na Azores Airlines e, portanto, era importante clarificar este Parlamento, qual é que foi esse esforço financeiro que foi feito com a SATA Internacional?

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre os adiantamentos do PRR — penso que já o referi aqui, penso que seria do conhecimento global — cada reembolso que é feito deduz aquilo que foi o adiantamento. Isto é assim. Portanto, a maior parte dos adiantamentos que foram feitos já foram acomodados nesses reembolsos.

Ao contrário do que aconteceu, por exemplo, em 2020, quando, por via do covid, o Governo Socialista pediu 285 milhões de empréstimos e, segundo o Tribunal de Contas, que os senhores agora citam, só gastou 77 no covid. E o resto, para onde é que foi?

Deputado Carlos Silva (PS): Pergunte ao seu antecessor?

O Orador: Se é para irmos por aí — estamos a falar de mais de 200 milhões de euros que, supostamente, não se sabe para onde é que foram. E portanto, eu acho que nós temos de ter também um pouco de ponderação nestas matérias, sobre aquilo que dizemos ...

Deputado Carlos Silva (PS): Pergunte ao Eng. Bastos e Silva.

O Orador: De resto, registo que, apesar de algum incómodo, o Partido Socialista aplaude o reforço de 65 para 150 milhões de euros de transferências extraordinárias do Orçamento de Estado e que vai implicar que a Região, em vez de se endividar em 150, como estava previsto, tenha apenas de se endividar em 75. Eu acho que é um momento de satisfação para todos nós e de reconhecimento pelo trabalho do Sr. Presidente do Governo, nessa matéria.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, se assim é, e se o valor dos adiantamentos já foi abatido nos pagamentos futuros, porque é que precisa de 150 milhões de euros do Orçamento de Estado para suprir necessidades financeiras adicionais do PRR? É essa a finalidade daquilo que está inscrito no artigo do Orçamento de Estado. Isso, o Sr. Secretário não explicou.

E também não explicou — porque não é conveniente, obviamente — qual é que é, afinal, o esforço orçamental que a Região teve e o Governo Regional, no ano de 2025, com transferências, por exemplo, para a Azores Airlines, SATA Internacional. Não referiu.

Relativamente ao resto que refere de 2020, talvez tivesse sido importante na transição de pastas ter perguntado ao seu antecessor, Engenheiro Joaquim Bastos e Silva, o que é que fez com o dinheiro que recebeu na transição do Governo do Partido Socialista.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O meu tempo está a quase a esgotar-se, mas há duas questões que gostaria aqui de tentar clarificar. Em relação à SATA, de facto, nós só podemos pagar à SATA aquilo que está no âmbito das OSP (Obrigações de Serviço Público), do

reequilíbrio financeiro e da Tarifa Açores. Só que, fruto também do sucesso da Tarifa Açores, do sucesso do turismo, o reequilíbrio já representa outro tanto, quanto as OSP. E aquilo que os governos socialistas costumavam pagar à SATA, de 30 milhões, e ao final do ano, às vezes, estavam a dever mais de 30 milhões à SATA, como já aqui se comprovou, nós podemos pagar esses 30 milhões, mais 30 dos reequilíbrios e mais 15 da Tarifa Açores. São 75 milhões de euros que nós, legalmente, podemos e temos de pagar à SATA, comparado com os 30 milhões que os senhores gastavam e ainda assim não pagavam e, no final do ano, às vezes, deviam ainda mais de 30 milhões.

De resto, Sras. e Srs. Deputados, penso que temos as matérias clarificadas; em relação ao PRR é tão simples quanto isto: como é sabido, no caso do PRR, cumprem-se marcos e metas, independentemente de o custo ser maior ou não. E portanto, há muitas metas que, para serem atingidas, nós precisamos de investir mais do que estava, como sabem, os preços eram de 2019. Eu dou um exemplo: só a variante das Capelas vai custar mais 13 milhões de euros, por via de revisões de preços, do IVA, das expropriações, do que aquilo que nós vamos receber do PRR. E, por esta via, naturalmente, há um esforço da Região que fica compreendido pelo Estado para podermos executar o PRR na globalidade, que é um desígnio, aliás, não só dos Açores, mas de Portugal inteiro.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais alguma questão.

Sr. Deputado Castro Silva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Presidentes, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Será a minha última intervenção, até porque o Sr. Secretário já não tem tempo.

Sr. Secretário, eu perguntei especificamente, relativamente à SATA Internacional, à Azores Airlines, e portanto, comprovou que, efetivamente, não houve qualquer esforço orçamental, porque a Região está proibida de injetar dinheiro na companhia. A não ser, obviamente, recorrendo à SATA Air Açores, que se está a endividar sucessivamente para emprestar dinheiro à SATA Internacional. Mas, isso é outra questão.

Outro aspeto que é importante aqui realçar, Sr. Secretário, é que, desde que o atual Governo está em funções, tornou o Grupo SATA, em particular a SATA Air Açores, mais dependente das transferências do Governo Regional dos Açores e isso levou até a SATA Air Açores a integrar o perímetro da dívida da Região. Portanto, isso contraria a narrativa que tem vindo a ser apregoada, em primeiro lugar, de salvar a SATA, isso nunca aconteceu, pelo contrário, está cada vez mais, numa situação mais difícil. E, também contraria a narrativa de alguns partidos que foram iludidos com a ideia de que o Governo Regional dos Açores iria diminuir a subsidiação da companhia aérea SATA. O que os números comprovam é que temos, quer a SATA cada vez mais dependente do Governo Regional dos Açores, quer o Governo Regional dos Açores cada vez mais dependente das transferências, quer do Orçamento de Estado, quer das receitas dos fundos comunitários e isso é uma situação preocupante.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): É o que está nas OSP. Não podemos pagar mais nada!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma intervenção.

Pausa.

Creio não existir. Vamos então passar à votação deste diploma da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XIII – “Aprova o quadro plurianual de programação orçamental para o período de 2026 a 2029”.

Vamos votar na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 32/XIII foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, com 22 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 abstenções do CH e 1 da IL.

Presidente: Vamos entrar na especialidade.

O diploma tem quatro artigos. Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto.

Pausa.

Não? Um a um?

Pausa.

Vamos votar o primeiro artigo do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN, com 1 voto contra do BE, e 5 votos de abstenção do CH e 1 da IL.

Presidente: Coloco à votação o artigo 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 2.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, com 22 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos de abstenção do CH e 1 da IL.

Presidente: Coloco à votação o artigo 3.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 3.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, com 22 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 abstenções do CH e 1 da IL.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 4.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do PAN, com 1 voto contra do BE, e com 5

abstenções do CH 1 e 1 da IL.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a proposta foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, com 22 votos contra do PS, 1 do BE e 1 do PAN, e com 5 votos de abstenção do CH e 1 da IL.

Presidente: Agora sim, penso que podemos encerrar este ponto da nossa agenda. Vamos avançar para o ponto 8, **Pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XIII – “Quarta Alteração ao Regulamento de Concurso de Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário”**. É uma iniciativa do Governo Regional. Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto. Faça favor, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores vem requerer ao Parlamento açoriano urgência com redução de prazo de exame em comissão, da sua proposta de Decreto Legislativo Regional que visa alterar o regulamento do concurso dos docentes nos Açores. Este é um processo que teve início no final do ano passado e que conduziu a várias reuniões de negociação coletiva, que decorreram por 6 meses, num verdadeiro espírito de convergência e de grande exigência técnica.

Naturalmente, sendo um processo de concertação social obrigatória, entendemos que não deve ser declarada dispensa de exame em comissão, permitindo assim a audição das associações sindicais representativas do pessoal docente na Região.

Esta revisão legislativa tem em atinência as alterações de carreira e de concursos ao nível do Ministério de Educação, Ciência e Inovação, que tem vindo a introduzir melhorias significativas na condição de acesso e de carreira dos docentes.

Com a proposta legislativa que aqui apresentamos, pretendemos introduzir mecanismos que privilegiem a colocação de docentes que pretendam fixar-se nas ilhas, escolas e grupos de recrutamento carenciados, implementar regras mais rigorosas na mobilidade por condições específicas, de forma a restringir o seu uso apenas para docentes que, na sua condição pessoal ou de familiares a cargo, tenham doenças ou deficiências que exijam tratamento específico.

Pretendemos promover a estabilidade para os docentes com contratos a termo por 3 anos completos e sucessivos nas escolas da Região, criando vagas específicas em quadro para este efeito, entre outras.

Trata-se de uma matéria sensível e para a qual o Governo manifesta, desde já, a sua total disponibilidade para articular com os grupos políticos e as representações parlamentares, crendo que temos de ter o cuidado de garantir que todas as alterações que vierem a ser suscitadas em sede parlamentar tenham conformidade regulamentar num processo que é, como disse, tecnicamente muito exigente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a urgência que aqui requeremos justifica-se para que seja possível a implementação do regulamento que vier a ser aprovado por esta Câmara, já no próximo mecanismo anual de concursos, que se inicia no primeiro trimestre de cada ano civil, sendo ainda necessário proceder-se às alterações ao nível da plataforma de concursos.

Esperamos, assim, que a urgência seja aprovada.

Muito obrigada.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional. Está justificadíssima a urgência.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Não havendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Pedido de urgência da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XIII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerramos esta parte da agenda. Já foram distribuídas as urgências. Pergunto à Câmara se um intervalo de 30 minutos é suficiente para os grupos parlamentares e as representações parlamentares verem as matérias que estão em causa.

Pausa.

Fazemos então o intervalo e regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 17 horas e 1 minuto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 37 minutos.

O ponto 9 da nossa agenda já foi tratado, avançamos para o ponto 10 - **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 54/XIII – “Recomenda ao Governo**

Regional dos Açores a implementação urgente de medidas de combate à vespa-das-galhas-do-castanheiro”. É uma iniciativa do Grupo Parlamentar do CHEGA. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA apresenta a urgência porque, de facto, estamos perante uma praga que tem consequências muito graves, que põe em causa a produção da castanha. A Universidade dos Açores, por acaso, fez esses estudos para a Madeira. A consequência disso é a aplicação de uma medida que permita a introdução de um parasitoide que combate realmente esta praga. E, neste sentido, o que a gente quer é agilizar o processo, dispensando aqui alguns estudos que já foram feitos.

E é urgente porque, senão, de facto, os nossos agricultores e os consumidores açorianos vão deixar de ter castanhas e isso é uma coisa bastante urgente, porque é um prejuízo enorme.

É nesse sentido que nós apresentamos a urgência e esperemos que os outros partidos nos acompanhem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está justificado o pedido de urgência.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN vai votar contra, porque o PAN gosta da ciência e, obviamente, gosta de técnicos especializados que nos digam realmente o que se está a passar ...

Deputado Francisco Lima (CH): Já disseram.

O Orador: ... e, como já há uma discussão com a universidade, eu não vejo o porquê desta urgência e gosto de ver o CHEGA a atropelar estas situações, porque não gosta da ciência, não gosta dos factos, relativamente a esta parte do parasita.

Poderão ter razão, poderão não ter, mas vamos ter de aguardar e não é preciso meter o seu *burro à frente dos bois*.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Soares, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós percebemos que existe um problema com os castanheiros, que estão a ser afetados pela vespa-das-galhas-do-castanheiro.

Comprendemos que, se calhar, este poderá ser o método mais eficaz, até mais amigo do ambiente, para o combate desta vespa que afeta os castanheiros, no entanto, nós não vamos acompanhar esta urgência, até porque o Plano e Orçamento está aí, os deputados com certeza vão estar empenhados nestas audições do Plano de Orçamento, e não vai ser possível, com a quantidade de urgências que têm entrado em comissão, — e é preciso que se tenha em atenção que as comissões têm muitas urgências — não cremos que possamos aqui dispensar, até porque vamos introduzir um organismo vivo, vamos introduzir um ser vivo no nosso ecossistema. Não é o ecossistema da Madeira, nem nenhum dos outros sítios onde foi testado esta fórmula.

Portanto, nós entendemos que esta medida deve ser estudada, deve ser analisada em comissão, não deve ser perpetuada, obviamente, para nós não perdermos os castanheiros.

Agora, não concordamos que tenha esta urgência, porque a urgência pode ser inimiga da perfeição e nós podemos estar, daqui a uns anos, a sofrer com as

consequências, como acontece com outras que aconteceram na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós reconhecemos, evidentemente, a importância da matéria em discussão e o problema que existe e que afeta a produção de castanha na Região Autónoma dos Açores, um problema que existe não só nos Açores, mas também em todo o território nacional.

Todavia, uma matéria destas, da delicadeza da introdução de organismos vivos numa região, principalmente em ilhas, exige a maior das prudências. E os Açores, não são a Madeira, para quem não sabe, não é a mesma coisa. Não é a mesma coisa do ponto de vista geográfico, não é a mesma coisa do ponto de vista biológico.

Mas, há outro motivo que nos leva a não aprovar o pedido de urgência em comissão desta proposta, deste projeto de resolução, e esse motivo é muito importante. É que tem sido utilizado este mecanismo, de forma abusiva, pelo Grupo Parlamentar do CHEGA. E esse é um dos motivos pelo qual a agenda deste plenário, por exemplo, foi difícil de fazer com muitos pontos. Porque aquilo que acontece é que, quando todos os assuntos são deliberados com pedido de urgência em comissão, o que acontece é que nada passa a ser urgente. Porque fica tudo lá emperrado nas comissões e o trabalho não anda.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor não tem uma urgência?

O Orador: E eu estou em várias comissões e participo nelas todas. E aquilo que acontece é que, sucessivamente, os presidentes das comissões são obrigados, em iniciativas que foram deliberadas com pedido de urgência em comissão, a pedir prorrogações de prazo, e o Sr. Presidente não me deixará mentir.

E dou o exemplo do Projeto de Resolução n.º 46/XIII, que recomenda ao Governo Regional a abertura do concurso público internacional para a prestação de serviço público de transporte marítimo de mercadorias. Foi deliberada a urgência a 11 de julho e ainda não subiu a plenário, quando era suposto subir em setembro. E não vai subir em novembro, que é o orçamento, e provavelmente não subirá em dezembro.

Isto é ultrapassar as iniciativas dos outros partidos. E, de facto, é um abuso do mecanismo, que tem utilidade, é importante, mas não pode ser utilizado desta forma.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA hoje traz aqui a debate uma situação que não é nova, que não começou ontem. É uma situação que já ocorre nos Açores, desde 2021, e o estranho é que só agora é que o CHEGA apresenta a urgência.

Protestos dos Deputados da bancada do CH.

A verdade é que os prejuízos já acontecem, os agricultores já se queixam e, de facto, há estudos que decorrem, há indicações geográficas, nomeadamente a

Madeira e o continente, que já aplicam as suas medidas. Numa matéria deste género, é preciso ouvir aqueles que mais sabem do assunto, é preciso pedir explicações também ao Governo, saber o que, de facto, é que está o Governo a fazer sobre esta matéria, porque, como disse, não foi uma situação que apareceu ontem, já ocorre desde 2021. Por isso, nessa situação, acho que todos nós devemos ter uma posição mais responsável, mais proativa também.

A verdade também é que o CHEGA se esqueceu de dizer que a urgência vai muito mais além do que aquela que foi referida e que não é só o passar à frente a estudos, porque passar à frente a estudos não nos diz nada, mas sim porque, por exemplo, os parasitoides têm de ser aplicados e lançados na primavera. Nós estamos numa altura em que vamos entrar também, já como foi dito ali pelo Sr. Deputado Luís Soares, no Plano e Orçamento, portanto, aqui a questão que também se coloca é, de facto, o que é que o CHEGA pretende com este pedido de urgência?

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição para o pedido de urgência.

Pausa.

Não havendo, vamos votar este Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 54/XIII, que recomenda ao Governo Regional dos Açores a implementação urgente de medidas de combate à vespa-das-galhas-do-castanheiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 54/XIII foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do

BE e 1 do PAN, e com 5 votos a favor do CH e 1 da IL.

Presidente: Passamos para o ponto 11 da nossa agenda, **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 55/XIII – “Pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o reforço do efetivo da polícia de segurança pública na Região Autónoma dos Açores”**.

É uma iniciativa da Representação Parlamentar da Iniciativa Liberal. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência da análise desta resolução prende-se com o facto de existirem 140 agentes da PSP oriundos dos Açores que estão a desempenhar funções no continente português e que têm pedidos de transferência feitos para a Região Autónoma dos Açores.

A análise desses processos de transferência — provavelmente o Sr. Deputado Luís Soares pode corroborar a minha intervenção — são normalmente despachados entre janeiro e fevereiro de cada ano.

É nesse sentido que solicitamos a urgência da análise do diploma, sem no entanto que seja feita a análise em comissão.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição para este pedido de urgência.

Pausa.

Creio não existir. Vamos avançar para a sua votação.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de sentar.

Secretária: O pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 55/XIII foi aprovado com 22 votos do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN, e com 1 voto de abstenção do BE.

Presidente: Avançamos para o ponto 12 da nossa agenda – **Pedido de urgência da Anteposta de Lei n.º 14/XIII – “Regime de Arrendamento Seguro”**.

É uma iniciativa do CHEGA e, para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Justifica-se a sua urgência porque a gente está, até, numa emergência da habitação.

Não vai haver tempo para construir habitação, até porque não há empreiteiros, não há mão de obra, a burocracia é enorme, há um conjunto de regras que têm de ser cumpridas, e, portanto, a forma de a gente colocar habitações no arrendamento é dar segurança jurídica aos proprietários das casas. E sabemos que há muita gente que prefere casas devolutas, do que arrendar a pessoas sem segurança jurídica. E isso é um dos maiores problemas devido à inércia da nossa Justiça e, muitas vezes, a leis permissivas com quem não paga rendas e, portanto, a incapacidade de cobrar essas mesmas rendas.

E, portanto, é urgente criarmos aqui uma certa dinâmica, que na República se concretize em leis concretas para alterar esse estado de coisas, que é quase um estado de calamidade, um incumprimento constitucional de um direito que existe e que toda a gente sabe que se não se colocar no mercado habitações que já existem, nós nunca chegaremos a resolver este problema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN concorda, plenamente, com o CHEGA, relativamente à emergência e urgência do problema que nós temos da habitação, só que vai votar contra. E vai votar contra por uma coisa muito simples: é fazer as contas, olhar para o calendário e ver que o Orçamento de Estado já foi apresentado e, neste momento, temos uma urgência que é uma anteproposta que tem de ir para a Assembleia da República, perde logo o propósito de ser uma urgência, por isso vamos votar contra.

Se fosse uns meses antes do Orçamento de Estado, aí se calhar tínhamos aqui uma oportunidade, mas também tinha de reunir com os partidos para nós usarmos outra ferramenta regimental, para que entrasse mais rapidamente para a Assembleia da República, que não é esta figura regimental que foi usada.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição para este ponto.

Pausa.

Creio não existir. Vamos votar este Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 14/XIII – “Regime de Arrendamento Seguro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Pedido de urgência da Anteproposta de Lei n.º 14/XIII foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1

da IL, com 1 voto contra do PAN e 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Encerramos este ponto da agenda. Avançamos para o ponto 13, **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 56/XIII – “Recomenda a realização de esforços diplomáticos para regularização dos salários dos trabalhadores das USFORAZORES”**.

É uma iniciativa do Bloco de Esquerda. Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A urgência deste Projeto de Resolução justifica-se pelo facto de ter sido noticiado ainda esta semana, no passado dia 10 de outubro, através de um comunicado da Comissão de Trabalhadores que representa os trabalhadores portugueses da Base das Lajes, que existem três dias de salários em atraso, para além de outra questão já conhecida, que diz respeito a atualizações salariais.

Ora, naturalmente, ainda esta manhã, os trabalhadores — segundo aquilo que pudemos confirmar — ainda não tinham recebido esse salário em atraso e há preocupação expressa pela Comissão de Trabalhadores e, naturalmente, a preocupação dos próprios, de que poderá não existir o pagamento do salário devido, brevemente. Ou seja, esses três dias poderão aumentar relativamente àquilo que já não foi pago.

Essa situação parece ser devido à situação orçamental nos Estados Unidos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Parece, mas o senhor já sabe.

O Orador: Eventualmente, há um impasse, segundo aquilo que é referido pela Comissão de Trabalhadores, um impasse orçamental nos Estados Unidos, mas, de facto, essa questão não diz respeito aos trabalhadores, e nós não estamos nos Estados Unidos e a legislação portuguesa impõe que os vencimentos sejam efetivamente regularizados.

Por isso, e sendo essa uma questão urgente, porque diz respeito aos

vencimentos dos trabalhadores, às suas atualizações salariais, consideramos que esta matéria é devida e é necessário que seja debatida, discutida e votada durante esta sessão plenária.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça a favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal vai acompanhar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, do projeto de resolução do Bloco de Esquerda, até porque ele vem ao encontro de um projeto de resolução que foi por nós apresentado, aqui há algum tempo, e que foi aprovado por esta Casa e que acabou em *saco roto*, como diz, e bem, o nosso povo.

Quero lembrar que o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, na Assembleia da República, já apresentou um requerimento sobre essa mesma matéria, no início da semana, ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e não é de todo despiciendo esta Casa a reforçar a sua posição, relativamente a este assunto, dando assim respaldo ao Governo Regional para, mais uma vez, ter força para pressionar as autoridades portuguesas e norte-americanas na solução deste problema.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA também irá acompanhar esta urgência e até porque nós temos falado imenso nisso — já foi amplamente debatido aqui — apesar de sabermos que vai cair em *saco roto*, como dizia o nosso colega há pouco. Mas é importante que o

Governo Regional também tenha aqui uma posição de força, por isso, acho que é urgente tratarmos, novamente, deste problema.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição, no âmbito do pedido de urgência.

Pausa.

Creio não existir, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com o pedido de urgência façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução nº 56/XIII foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 5 do CH, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para a apresentação da iniciativa. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Segundo a Comissão Representativa dos Trabalhadores Portugueses na Base das Lajes, os trabalhadores portugueses que desempenham funções para as Forças dos Estados Unidos da América, presentes na Base das Lajes, estão sob o *furlough*, uma norma prevista na legislação dos Estados Unidos que interrompe o pagamento aos trabalhadores por falta de aprovação orçamental e que não tem qualquer enquadramento legal em Portugal.

No passado dia 10 de outubro, e segundo a Comissão Representativa dos Trabalhadores, os trabalhadores portugueses da Base das Lajes foram

confrontados com a falta de pagamento no seu vencimento, relativo aos primeiros três dias do corrente mês. Recorde-se que estes trabalhadores auferem um salário de 15 em 15 dias e nada fazia prever tal cenário, ainda para mais, quando esta norma não é permitida em Portugal e deveria estar protegida pelo atual acordo bilateral.

Segundo a Presidente da Comissão de Trabalhadores, não existe qualquer previsão de quando é que estes dias de salário em atraso serão, efetivamente, pagos e se existirão mais implicações no vencimento deste mês.

Apesar deste cenário, estes trabalhadores têm de se apresentar ao serviço, porque não há forma de justificar a sua ausência devido a esta situação.

A ausência de pagamento de dias de trabalho aos trabalhadores da Base das Lajes, por parte dos Estados Unidos da América, é atentatória aos direitos destes trabalhadores e não tem qualquer fundamento legal.

É, por isso, urgente que o Governo Regional e o Governo da República exijam, de forma assertiva e imperativa, o pagamento aos trabalhadores portugueses da Base das Lajes e que os seus direitos sejam sempre garantidos, recorrendo aos mecanismos legais previstos, no âmbito do acordo bilateral entre Portugal e os Estados Unidos e recorrendo à via diplomática.

Acresce a esse problema a falta de atualização salarial dos trabalhadores portugueses e a incerteza quanto ao futuro dos trabalhadores precários, também denunciadas pela Comissão de Trabalhadores.

A Comissão de Trabalhadores denunciou, recentemente, a grave situação laboral, marcada pela falta de aumento salarial, paralisação da Comissão Laboral e incerteza sobre o futuro dos trabalhadores temporários, acrescentando ainda a sua preocupação pela ausência de reuniões da Comissão Laboral e da Comissão Bilateral Permanente, da qual não há notícias públicas, desde maio de 2024, aquando da sua 51.^a reunião, reuniões estas que são previstas no Acordo de Cooperação e Defesa, entre Portugal e os Estados Unidos.

Estas comissões, tanto a Comissão Bilateral, como a Comissão Laboral, são fundamentais na resolução de matérias laborais e diplomáticas entre Portugal e os Estados Unidos.

Segundo a Comissão de Trabalhadores, deveria ter tido lugar uma reunião da Comissão Laboral, agendada e não realizada, a 29 de setembro de 2025, onde a falta de atualização salarial dos trabalhadores era um dos temas.

Pela primeira vez, em vários anos, mais de 420 trabalhadores em regime permanente não recebem qualquer aumento, segundo os representantes dos trabalhadores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que resolva recomendar ao Governo Regional que interceda, urgentemente, junto do Governo da República, para que este desenvolva os necessários esforços diplomáticos junto da Administração dos Estados Unidos, com vista à regularização imediata dos salários em atraso aos trabalhadores portugueses, assim como as devidas atualizações salariais.

Propomos ainda recomendar ao Governo da República o desenvolvimento, no imediato, dos necessários esforços diplomáticos, junto da Administração dos Estados Unidos, com vista à regularização imediata dos salários em atraso aos trabalhadores portugueses, assim como a regularização das devidas atualizações salariais e a retoma das reuniões da Comissão Laboral.

Propomos ainda dar conhecimento da presente resolução à Comissão Representativa dos Trabalhadores Portugueses na Base das Lajes, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, à Assembleia da República e aos diversos grupos e representações parlamentares nela representados.

Muito obrigado.

Neste momento, o Deputado Joaquim Machado substituiu o Deputado Luís

Garcia na Mesa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira questão que é relevante aqui referenciar é que o responsável do Governo por esta matéria, o Sr. Vice-Presidente do Governo, já tomou as devidas condições, já tomou um conjunto de iniciativas nesta matéria que são essenciais, nomeadamente, dirigindo também uma carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, para que o Governo português possa atuar diplomaticamente, de acordo com os canais diplomáticos disponíveis.

É evidente que esta é uma matéria que preocupa o Governo Regional e o Governo já atuou no âmbito desta matéria. Por isso, esta resolução é claramente extemporânea, porque pretende recomendar ao Governo Regional algo que este já fez.

Depois, veja-se bem, o que é aqui recomendado e o texto que nós temos aqui, o projeto de resolução referencia que devem ser tomadas medidas de carácter diplomático. Ora, carácter diplomático é o que falta neste projeto de resolução do Bloco de Esquerda. Porquê? Porque, como se sabe, para os Estados Unidos, a interrupção do pagamento aos funcionários da administração, tendo em conta a não aprovação do orçamento, é algo que, na Europa, surpreende os europeus. Aqui, nos Açores, ou muitos países europeus — para não dizer a totalidade dos países europeus — não se interrompe o pagamento à administração, pelo facto de um orçamento não ser aprovado. Mas esta é a legislação dos Estados Unidos e referente aos Estados Unidos, que não se aplica aos trabalhadores. Mas esta é a mentalidade, este é o uso, no âmbito dos Estados Unidos.

Agora, o problema que se coloca aqui é que, tendo o Bloco de Esquerda a

preocupação de fazer diplomacia, o texto é tudo menos diplomático, porque o que diz é que é uma situação, por exemplo, vergonhosa.

Deputado António Lima (BE): E é!

O Orador: Ora, não me parece que este tipo de linguagem seja diplomática e que consiga alcançar os seus objetivos. Muito provavelmente, terá uma resposta contraproducente, uma vez que isto será enviado — de acordo com o que está aqui previsto — para a Assembleia da República, para os diversos partidos.

Deputado António Lima (BE): Não é enviado, não se preocupe!

O Orador: Portanto, o efeito que V. Ex.^a pretende na administração norte-americana, na administração Trump, tenho a certeza que é contraproducente, em relação àqueles que são os objetivos e os resultados que se querem alcançar. Se é assim que o senhor fala diplomaticamente com outro país, com esse tipo de adjetivação, não terá bons resultados.

Mas eu percebo que a adjetivação que é utilizada pelo Bloco de Esquerda tem, sobretudo, um conteúdo ideológico. O senhor, no seu voto, não conseguiu ser assertivo. O senhor não deixou a sua carga ideológica fora deste debate. Por isso, é que tem esta adjetivação, que é tudo menos diplomática e é tudo menos útil na resolução desta questão. É tudo menos diplomática e útil. E, por isso, falar com a administração Trump assim não vai resolver coisa nenhuma.

Evidentemente, como vê, o Secretário-Geral da NATO não fala com a administração Trump desta forma, porque sabe que não consegue obter estes resultados. Falar com a administração Trump com esta terminologia é, à partida, condenar estes trabalhadores, Sr. Deputado. Se tinha preocupação sobre esta matéria, o senhor devia ter tirado a mochila ideológica e tê-la deixado lá fora.

Deputado Pedro Neves (PAN): E fazer vassalagem!

O Orador: Não é fazer vassalagem.

Deputado António Lima (BE): O senhor percebe bem de vassalagem!

O Orador: Pura e simplesmente, se quer discutir o assunto, do ponto de vista diplomático, pode utilizar outro tipo de adjetivação.

E, portanto, a adjetivação do Bloco de Esquerda é, claramente, uma adjetivação de esquerda; é, claramente, uma adjetivação anti Trump; é, claramente, uma adjetivação contra os Estados Unidos; é uma adjetivação contra a administração norte-americana.

Deputado António Lima (BE): Isso não tem lógica nenhuma!

O Orador: E nós, aqui, o que temos de fazer é uma adjetivação a favor da resolução das questões, a favor de uma boa relação entre os Estados Unidos e Portugal, entre os Estados Unidos e os Açores, onde nós temos uma comunidade muito importante.

Por isso, o que lhe digo, Sr. Deputado, da parte do Governo dos Açores, é que esta iniciativa é extemporânea, porque o Governo dos Açores, com outra terminologia adequada, diplomática, já fez o que lhe competia fazer na defesa dos trabalhadores dos Açores, que trabalham na Base das Lajes. E, portanto, já o fez. Este contributo do Bloco de Esquerda é tudo menos útil. É, absolutamente, contraproducente, porque vai propor uma coisa que já foi feita e vai propô-lo, nos termos ideológicos, com uma mochila ideológica às costas e que irá prejudicar a negociação, irá prejudicar os esforços diplomáticos. Esta é a interpretação do Governo Regional, em relação à sua iniciativa, que é tudo menos útil.

Diz V. Ex.^a: “Mas, isso é uma vassalagem em relação aos Estados Unidos, em relação ...”. Não, os esforços diplomáticos...

Aparte impercetível do Deputado António Lima (BE).

Foi V. Ex.^a e também o seu companheiro do lado direito.

O que lhe quero dizer é que os esforços diplomáticos não se alcançam com

ofensas mútuas. Não é necessário adjetivar e pôr esta carga ideológica no voto. O que era necessário era ser assertivo. E foi isso que o Governo dos Açores fez antes de V. Ex.^a. E foi isso que o Governo Regional dos Açores fez.

E, se foram alcançados bons resultados, é por causa da intervenção que teve o Sr. Vice-Presidente e não por causa da iniciativa que o Bloco de Esquerda aqui apresenta, que é tudo menos positiva para a resolução desta questão.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos que acompanham este debate devem estar intrigados por que razão é que votámos contra a urgência deste assunto. Mas é fácil de explicar.

Nós, obviamente, estamos solidários com os trabalhadores, com a sua situação, estamos preocupados com esta situação e estamos a acompanhar a evolução da mesma, mas não podemos estar a favor desta urgência, porque se é invocada a urgência para dar poder negocial ao Governo para poder exigir junto da República, tal não se alcança com um debate rápido, ao abrigo de uma urgência, muito menos nos termos em que a iniciativa está redigida.

A urgência impunha-se, caso ainda nada tivesse sido feito em relação a esta situação. Mas, o Governo já atuou em defesa dos interesses dos trabalhadores, enviando ao Ministério competente — que é o Ministério dos Negócios Estrangeiros — uma carta onde manifesta a preocupação do Governo Regional, relativamente à falta do pagamento das remunerações, mas também

relativamente à falta da atualização salarial. E esta é — porque já ocorreu, no passado, outras situações de *shutdown* no Governo americano — uma situação inédita e inaceitável aqui em Portugal e aqui nos Açores.

E, portanto, isto fere princípios que são básicos de justiça laboral e que, no passado, jamais ocorreu a interrupção de pagamentos. Foi isto que foi manifestado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para que, pela via diplomática, interceda junto das autoridades americanas, para que seja reposta a justiça, a justa retribuição dos salários e também a atualização salarial a que os trabalhadores têm direito.

Esta situação obviamente coloca em causa a dignidade dos trabalhadores e, desta forma, o Governo Regional solicita ao Governo da República que defenda os interesses dos nossos trabalhadores, pelas vias diplomáticas, junto do Governo americano.

E, portanto, o Governo já atuou e solicita ainda mais. O Governo solicita que sejam obtidos os esclarecimentos possíveis, para se perceber por que razão é que as reuniões, quer da Comissão Bilateral, quer da Comissão Laboral, têm estado atrasadas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Como é que ele sabe isso?

Deputado Pedro Neves (PAN): Onde é que isso está?

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Está no Portal do Governo!

O Orador: Está no Portal do Governo. Eu estou a ler o que está no Portal do Governo. A nota.

E, portanto, é pedido ao Governo da República que obtenha os esclarecimentos necessários para se perceber, porque é que as reuniões destas comissões estão atrasadas e que sejam diligenciados todos os canais diplomáticos, para assegurar o cumprimento das obrigações que decorrem dos acordos estabelecidos entre o Estado português e o Estado americano no que à Base das

Lajes diz respeito.

No que concerne à circunstância do Governo dos Açores já ter atuado, ...

Deputado António Lima (BE): Há 1 hora!

O Orador: ... para nós não é urgente este debate e, aliás, será até útil aprofundá-lo em comissão, poderemos ouvir os trabalhadores para, aí sim, dar mais força à posição açoriana na reclamação dos direitos dos trabalhadores da Base das Lajes.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Desta forma, está esclarecida a razão pela qual votámos contra esta urgência. Não é porque não achamos que o assunto não mereça debate. Merece, mas merece um debate aprofundado, alargado e com a participação dos trabalhadores.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta proposta de resolução do Bloco de Esquerda, por incrível que pareça ou que possa parecer estranho, nós acompanhamos na totalidade.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): É mesmo estranho!

O Orador: Até digo mais, Sr. Secretário, quando fala na linguagem do Sr. Trump, que se vai ofender, parece que não tem ouvido televisão. Quer dizer, parece que não há televisão no Corvo. O que o Sr. Trump diz é que está a ser

roubado pelo mundo inteiro. Roubado, o Sr. Trump diz que é roubado.

Portanto, se a gente disser que é uma vergonha os nossos trabalhadores não receberem, ele vai achar que isso é uma linguagem até muito suave. Ele vai dizer: “*yeah, yeah, yeah, no problem*. Não vou pagar.”

Deputada Andreia Cardoso (PS): *Sure!*

Risos dos Deputados da bancada do PS e do BE.

O Orador: E, portanto, isto é perfeitamente normal. Aliás, eu acho que o Bloco de Esquerda, neste caso, usou uma linguagem muito suave. Devia ter dito era que os trabalhadores estão a ser roubados, porque trabalham e não recebem e talvez isso chamasse a atenção.

O Sr. Trump não se vai ofender e nós até somos um partido que tem defendido o Sr. Trump e a administração norte-americana, muitas vezes, contra alguns ataques ideológicos que eu acho que não é o caso.

E mais, agora vamos explicar aos trabalhadores, que já não recebem há 3 dias ou 1 semana, que nós temos de ir para a Comissão, ouvir pessoas. E eles: “está bem, mas o ordenado não está na conta”. Portanto, isto é uma urgência. Eu não sei qual é a parte da equação que não percebem. Eu acho que até se fossem os deputados sem receber, todos iam achar que era urgente receber. E, portanto, eu não acredito naquilo que tenho ouvido aqui, nomeadamente da bancada do lado direito e da própria parte do Governo. A linguagem excessiva ao Sr. Trump?! A linguagem que o Sr. Trump usa todos os dias é muito pior, em *soundbites* e todo o tipo ... Não há adjetivos para descrever o que o Sr. Trump diz na comunicação social, diz aos países, diz a toda a gente. Se a gente não usar uma linguagem parecida com aquela que ele usa, é possível que ele não perceba.

E, portanto, nesse sentido, nós acompanhamos, completamente, a proposta do Bloco de Esquerda e acho que até é muito suave, Sr. Deputado António Lima.

Podia ter posto aqui mais alguma linguagem que ele entendesse, nomeadamente *ser roubado, que os trabalhadores não recebem*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Neste momento, o Deputado Luís Garcia retomou o seu lugar na Mesa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata:** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não querendo ser repetitivo com aquilo que disse no debate da urgência, queria apenas acrescentar duas ou três notas àquilo que disse.

De facto, — e vou usar palavras do Sr. Vice-Presidente, na altura em que debatemos o projeto de resolução da Iniciativa Liberal e que foi aprovado por esta Câmara — o Sr. Vice-Presidente do Governo disse, daquela bancada, que a nossa iniciativa dava respaldo ao Governo, ajudava o Governo neste processo. E eu até acredito... eu sou daquelas pessoas, talvez seja um defeito de fabrico, que não vejo mal naquilo que os outros dizem e fazem. Não estou sempre à procura de *bodes respiratórios*. Mas, custa-me acreditar que o Governo Regional dos Açores tenha feito, de facto, aquilo que diz que fez. Porque essa informação sobre a tomada de posição do Governo Regional chegou ao Portal do Governo há coisa de 1 hora e 20 minutos. E chegou à coisa de 1 hora e 20 depois da proposta do Bloco ter entrado esta manhã.

Mas há aqui uma situação muito mais grave, é que se o Governo Regional tomou as medidas, há muito mais tempo, há um indicador de que o Governo dos Estados Unidos fez *ouvidos de mercador* das diligências do Governo

Regional. É que a reunião da Bilateral, que estava marcada para o dia 29 de setembro, foi adiada.

Deputado António Lima (BE): E o Governo ficou caladinho.

O Orador: E, portanto, ou o Governo não fez e é grave porque meteram, em veto de gaveta, a resolução que disse que era muito importante e que foi aqui apresentada pela Iniciativa Liberal. Ou o Governo fez e os norte-americanos disseram: “ah, vocês querem discutir isso? Então vamos adiar já a reuniãozinha que é para a gente não discutir isso.”

Mas, como eu sou uma pessoa que acredito que as coisas não acontecem por acaso, mas também não ando à procura de bodes expiatórios — agora sim, bodes expiatórios — eu acho que, de facto, foi isso que aconteceu.

O que eu acho que aconteceu foi que o Governo Regional se tinha esquecido desse assunto e quando o Bloco o lembrou, ou quando os trabalhadores começaram a reclamar, ou quando a Iniciativa Liberal, no dia 10, apresentou o requerimento ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Governo Regional disse que: “Xii, que trapalhada, alguém descobriu que a gente não fez nada” e toca a fazer. E esta é que é a questão no meio disto tudo.

E, portanto, a Iniciativa Liberal vai acompanhar a iniciativa do Bloco, porque ela dá respaldo ao Governo, independentemente da linguagem, até porque ia estar lá alguma coisa ainda mais ideológica e fazer um ataque à administração Trump. A administração de Trump todos os dias faz ataques a toda a gente, — como já aqui foi lembrado — todos os dias a administração de Trump trata, destrata o resto do mundo inteiro. Portanto, se nós a destratarmos agora, também se calhar chegou a altura de nós dizermos aos americanos: “Basta! Chega! Parou! Está na hora!”

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Porque é esta a linguagem que os norte-americanos sabem escutar. Os norte-americanos, por mais força que tenham, só escutam... Aliás, o Sr. Secretário Regional, que é um homem que estudou História e que gosta muito de História, sabe perfeitamente que a administração norte-americana foi várias vezes, ao longo da História, confrontada com problemas dessa natureza e que só reagiu quando, de facto, alguém disse: “Eh pá, para o jogo.”

Corremos o risco de serem invadidos pelas Forças Aéreas dos Estados Unidos? Ó, Sr. Secretário, eu dou-lhe uma novidade: nós já estamos ocupados na Base das Lajes, pelas forças aéreas norte-americanas que nem pagam aos nossos trabalhadores. Vejam só.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Escravidão!

O Orador: Ó, Sr. Secretário, diplomacia, *real politique*, vá V. Exa. estudar para aprender como é que se lida com os americanos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O problema da urgência do debate é exatamente aquilo a que acabámos de assistir por parte da bancada do CHEGA e por parte da bancada da Iniciativa Liberal.

Este debate merece ser feito, mas exatamente de uma forma serena, de uma forma construtiva, porque todos nós sabemos que a linguagem diplomática está nos antípodas da linguagem de uma taberna, por exemplo. E, portanto, somos um Parlamento, representamos o povo açoriano, representamos uma região autónoma, região essa, que tem uma infraestrutura militar que dá emprego e

tem uma importância e um impacto muito grande, numa das ilhas do nosso arquipélago, na ilha Terceira.

Lidar com este assunto — e perdoem-me a expressão — com os pés, não é prestar um bom serviço aos nossos eleitores que trabalham na Base das Lajes. Por isso é que eu disse que estávamos contra a urgência, ...

Deputado José Miguel Toste (PS): E sobre a iniciativa?

O Orador: ... porque o Governo já atuou. E, portanto, estamos aqui a debater uma iniciativa para recomendar ao Governo, com toda a urgência possível, que faça aquilo que já fez...

Deputado António Lima (BE): Há 1 hora.

O Orador: ... e, usando uma linguagem que Trump irá perceber, isto é um *nonsense*.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A propósito desta iniciativa agora aqui em discussão e porque já se falou da adequação ou inadequação dos considerandos da resolução, é sempre bom lembrar que o que é publicado e o que é público são as conclusões, ou seja, as recomendações efetivas e não, propriamente, a nota preambular desta resolução. E, quanto àquilo que são os pontos resolutivos, propriamente ditos, e é importante que todos tenhamos consciência, aqueles que possam não estar tão atentos ao que aqui está em discussão, é que o ponto 1 faz, exatamente, uma

recomendação ao Governo Regional que interceda urgentemente junto do Governo da República para que este desenvolva os esforços necessários ou os esforços diplomáticos junto da administração dos Estados Unidos, com vista à regularização imediata dos salários.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já foi feito.

A Oradora: Numa apreciação deste ponto, é preciso avaliar: há ou não há salários em atraso? Há sim, senhor. Já todos aqui confirmaram que há salários em atraso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Governo Regional já fez ou não fez?

A Oradora: Depois, também todos sabemos que não foi uma situação pontual, é uma situação que eventualmente vai perdurar, na próxima quinzena, se ficaram três dias em atraso da anterior, agora é provável que fiquem os próximos 15, todos eles em atraso. E, portanto, estamos a falar de famílias, centenas de famílias na ilha Terceira que ficam sem ser ressarcidas pelo seu devido trabalho. Pronto, este é um aspeto.

Portanto, todos concordamos que, havendo salários em atraso, é normal, é desejável que o Governo Regional interceda junto do Governo da República para que, em termos da sua diplomacia, interceda junto do Governo dos Estados Unidos, no sentido de que os trabalhadores sejam pagos pelo seu trabalho.

Ponto primeiro: diz o Governo Regional que já elaborou uma carta, há 1 hora e meia. Eu espero que não tenha sido enviada pelos CTT, o meu desejo é que tenham utilizado outras formas mais rápidas de chegar ao Governo da República e que, em paralelo com a carta, tenha sido efetuado um contacto por telefone, diligências efetivas, rápidas e urgentes, que até, em boa verdade, já deviam ter sido feitas, porque o problema não é novo, já está identificado e é do conhecimento de todos. Portanto, agora é importante que o Governo Regional, perante esta oportunidade que tem de esclarecer, nos diga quando é que foi enviada a carta. Foi há 1 hora e meia? Os serviços já estavam fechados,

portanto não seguiu ainda hoje; deve seguir talvez amanhã. Mas foi pelos CTT ou enviou um *e-mail*? Já contactou telefonicamente o Sr. Ministro Paulo Rangel ou não?

É porque é assim, o que estamos a falar, isto é que parece uma... A gente já se riu aqui todos um bocadinho disto, ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Esse é que é o drama, já nos termos rido disso.

A Oradora: ... nós estamos a falar de trabalhadores que não foram ressarcidos dos seus vencimentos e isto é um aspeto determinante. Logo, eu espero que não tenha sido uma carta enviada pelos CTT e que o Governo Regional esteja à espera de receber a resposta, via CTT, talvez, em janeiro do próximo ano. Espero que não seja isto que está aqui em causa.

E depois, a propósito de linguagem diz-se ainda: “nos termos regimentais aplicáveis...”, com toda a invocação legal recomendar que o Governo da República desenvolva de imediato.

Ou seja, o que o Bloco de Esquerda propõe aqui é que o Governo Regional e o Governo da República sejam ágeis, que intercedam junto do Governo dos Estados Unidos, para que os trabalhadores da Base das Lajes recebam.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas se já fez, que maior agilidade quer?

A Oradora: Honestamente, eu acho que é importante que o Governo esclareça se esta carta se foi escrita há 1 hora e meia. Porque isso, por si só, é revelador da postura do Governo Regional, ou seja, da negligência perante uma situação que é, de facto, urgente.

Ou seja, foi preciso o Bloco de Esquerda dar entrada de uma urgência para o Governo Regional fazer qualquer coisa, tipo *mandar uma cartinha*. Ou já fez mais diligências? Não, o que importa é que se perceba, efetivamente, o que é que o Governo Regional fez.

Vamos lá à substância, aos factos. Para além da nota, que foi publicada no

Portal, o que é que fez o Governo Regional? Mas fez há uma semana, fez agora de manhã, fez há 1 hora e 20.

Isto é um assunto muito sério ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): É tão sério que se estavam a rir!

A Oradora: ... e peço que o Sr. Presidente do Governo Regional que nos presenteou, hoje, com a sua presença, também, se calhar, nos pode dizer qualquer coisa a este respeito. Ou seja: Sr. Presidente, foi hoje, há 1 hora e 20? Ou já efetuaram outras diligências e que diligências? E, se assim foi, eu estou aqui para parabenizar o Governo Regional pela sua eficiência e pela sua ação.

Agora, penso que é insuficiente a informação que foi prestada pelo Sr. Secretário Regional e espero que possam concretizar um pouco melhor.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como tive oportunidade de dizer na primeira intervenção, nesta questão, o Governo já tomou a sua posição, em relação a esta matéria.

Portanto, não sendo competência do Governo Regional, sendo competência do Governo da República, o que o Governo dos Açores fez foi defender os interesses dos Açores junto do Governo da República, porque o Governo da República é o interlocutor que o estado norte americano reconhece para a resolução desta questão.

Aquilo que o Bloco de Esquerda está a propor, no âmbito da discussão deste

assunto, já foi feito e, por isso, é que eu tive a oportunidade de dizer que é uma posição extemporânea.

Depois, queria dizer, também, ao Sr. Deputado Francisco Lima que, quando se refere aqui à linguagem diplomática, não está à espera, com certeza, de tornar-se um interlocutor privilegiado com ... Já estou a ver V. Exa. a negociar com o Trump e a dizer: “ O senhor é ladrão! O senhor é mais ladrão ainda!”.

Isso não vai ser, com certeza, assim.

Deputado Francisco Lima (CH): Ninguém sabe!

O Orador: Sr. Deputado, o que eu aqui referenciava é que quando se pede uma intervenção diplomática, evidentemente, a terminologia que está a ser utilizada pelo Bloco de Esquerda, aquilo que contém o projeto de resolução tem uma mochila ideológica. Aliás, estou a utilizar a expressão que V. Exa., penso eu, já utilizou aqui, ou se não foi V. Exa., foi algum dos deputados do CHEGA, já utilizaram aqui neste plenário, em relação àquelas que são as posições do Bloco de Esquerda, que vem sempre carregada de uma ideologia contra os Estados Unidos, uma ideologia contra a administração americana.

Ora, a nós não nos compete escolher a Administração norte-americana, se é republicana ou se é democrata. A nós o que nos compete é defender os interesses dos Açores, junto das autoridades norte-americanas que foram democraticamente eleitas. Portanto, nós não temos de fazer uma apreciação sobre as autoridades norte-americanas e à administração norte americana. O que nós temos de fazer é defender os interesses dos Açores, no âmbito da administração norte-americana, seja ela qual for, e através do Estado Português, que é o interlocutor que é conhecido, em relação a esta matéria.

Deputado Carlos Silva (PS): E a carta? Esqueceu-se de dizer quando é que enviaram a carta.

O Orador: E, como tive a oportunidade de dizer, isso já foi feito, por parte do Governo dos Açores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, congratulo-me com o efeito deste projeto de resolução. Teve um efeito e esse é inegável. Foi o Governo Regional ter ido a correr fazer uma nota de imprensa no Portal do Governo. Esse efeito, ninguém o nega, é o de ato e consequência. Foi o Governo fazer uma nota de imprensa.

Resta saber, se a carta já está feita e, se já está feita, se já foi enviada. E nós requeremos, e o Sr. Secretário requer formalmente essa carta e peço que seja entregue ao Parlamento, que certamente terá a carta em seu poder com a data e a data de envio, já agora, porque é fundamental.

Mesmo que essa carta tenha sido feita há três ou quatro dias, quando esse assunto foi noticiado, eu estranho que, perante o alarme público que uma situação dessas gera, o Governo Regional tenha optado por ficar mudo, sem abrir a boca, sem dar nota pública daquilo que estava a fazer, para procurar tranquilizar, em primeiro lugar, os trabalhadores e as suas famílias, para perceberem que as autoridades da Região estavam a fazer aquilo que estava ao seu alcance. Mas não, decidiu ficar calado e, só depois desta iniciativa de dar entrada e ser distribuída, aparece uma nota pública no Portal do Governo. Mas essa é uma consequência deste projeto de resolução.

Sobre a questão da linguagem, como já foi dito, o Sr. Secretário, hoje em dia, acha que qualquer palavra mais forte é excessiva. Então, quando se trata de

situações diplomáticas, é excessiva. Em primeiro lugar, como sabe muito bem o Sr. Secretário, o preâmbulo não é publicado. São publicadas as resoluções e elas são perfeitamente aceitáveis na linguagem diplomática.

E, já agora, elas não são entregues ao Governo dos Estados Unidos, são entregues à Assembleia da República. A Assembleia da República ainda não é o Congresso dos Estados Unidos, é o nosso órgão de soberania. Infelizmente, ouvi dali daquela bancada do PSD que, pelos vistos, querem entregar o país aos Estados Unidos.

E sobre a linguagem, eu recordo outros tempos do Sr. Secretário, 2018. Aquando, de uma visita do Sr. Presidente da República aos Açores, dizia o Sr. Secretário Regional, à data, deputado regional: “Não gostei da forma como foram tratados os símbolos dos Açores”, lamentou Paulo Estêvão, referindo-se à atitude como “colonialista e vergonhosa”. A tal frase vergonhosa que ele acha que é ideológica. Ele acha que é ideológica e vergonhosa. Mas, referiu-se ao Presidente da República do seu país, dizendo que era colonialista e vergonhoso. Aí, a diplomacia não interessava para nada, absolutamente nada.

Neste diploma, de facto, eu dou-lhe razão, Sr. Secretário, porque talvez a atitude colonialista e vergonhosa devia estar no diploma, porque, de facto, nós não somos uma colónia dos Estados Unidos, aqui cumpre-se a lei portuguesa.

E, Sr. Secretário, se essa é uma questão ideológica, pagar os salários a quem trabalhou, bem, eu tenho muito orgulho dessa ideologia, porque quem trabalhou tem de receber o salário que é devido. Se o Sr. Secretário acha que não, bem, estamos do lado oposto da barricada. Aqui, quem trabalha em Portugal tem de receber o seu salário.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso não está em causa. Se isso estivesse em causa, o Governo não tinha feito nada.

O Orador: Mas há duas ou três questões que eu gostava de colocar e que são fundamentais para esclarecer o estado das relações, até relativamente ao acordo

bilateral.

A Comissão de Trabalhadores referiu num comunicado que a Comissão Laboral tinha uma reunião prevista a 29 de setembro e que foi desmarcada. E eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, ou ao Presidente do Governo, porque é que essa Comissão Laboral foi desmarcada e por quem? Em segundo lugar, gostaria de perguntar qual foi a última vez que reuniu a Comissão Bilateral, em que data e em que ano?

Estas questões são importantes para saber de que forma é que estão a ser tratadas as questões ligadas ao normal procedimento e funcionamento relativo ao acordo bilateral e às questões laborais que têm de ser dirimidas na Comissão Laboral ou, noutra nível, relativamente à Comissão Bilateral nas questões que dizem respeito, por exemplo, à descontaminação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É só para informar a Mesa e a Câmara que eu poderei disponibilizar o meu intervalo de 15 minutos para dar tempo ao Governo para que partilhe à Mesa a carta, que foi enviada para o Governo da República.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu ouvi, aqui há pouco, de uma forma quase exaltada e, ao mesmo tempo, emotiva, que isto é um assunto sério, que diz respeito a algo muito sério, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): E não é?

O Orador: ... quer para os trabalhadores da Base das Lajes, quer para os Açores, quer para a ilha Terceira, em especial, quer para Portugal e para as suas relações com os Estados Unidos da América, mas eu até agora não ouvi este assunto ser tratado de forma séria, porque, convenhamos, ...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o Sr. Deputado António Lima, ontem mesmo, não tinha nenhuma urgência para apresentar neste Parlamento.

Deputado António Lima (BE): Isso não é verdade. Isso não é verdade.

O Orador: Não tinha nenhuma urgência que quisesse ter dispensa de exame em comissão. Hoje, lembrou-se de apresentar a urgência com dispensa de exame em comissão.

E, portanto, aquilo que, aparentemente, o senhor acha que tem de seguir um determinado percurso do correio para ter algum efeito útil, — e é isto que devia ser a preocupação do Bloco de Esquerda, era o efeito útil, verdadeiro, deste tipo de iniciativas — aquilo que o senhor quer hoje, foi explicado pela Sra. Deputada Andreia Cardoso. Porque é que os senhores não tratam isto de forma séria? Porque, depois de serem informados que o Governo Regional está a diligenciar...

Deputado José Miguel Toste (PS): Está ou já fez?

Deputado António Lima (BE): É para isso que serve o debate.

O Orador: Sim, é para isso que serve o debate. Não é para isso que serve o debate? É para os senhores saberem sobre aquilo que exigem explicações, nomeadamente o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda.

Ele quer sair daqui, no último dia, no último ponto de agenda para esta sessão plenária, como que tendo resolvido aqui um problema, que é o Deputado António Lima é um bocadinho à semelhança da flotilha.

Ruído na Câmara.

Iam fazer uma flotilha para paz em Gaza e saiu-lhes o tiro pela culatra, que foi, afinal, quem fez paz em Gaza, foi as pessoas que eles achavam que queriam a guerra no mundo, e foi o Presidente, por acaso, o mesmo que o Sr. Deputado Nuno Barata... infelizmente, confesso que não esperava de si, esse tipo de afirmação sobre o Presidente da Nação Livre, com quem nós nos orgulhamos de ter uma aliança atlântica. E é isso que, independentemente de nós gostarmos mais ou menos do Presidente dos Estados Unidos, a verdade é que ele, pelo menos, tirou qualquer utilidade — se é que havia, mas não havia — que podia haver à flotilha em Gaza, e não é este comportamento, nem esta atitude, nem esta agenda política do Bloco de Esquerda que vai resolver problema absolutamente nenhum aos trabalhadores da Base das Lajes, como nunca resolveu.

O que eu estranho é o Partido Socialista, que sempre percebeu que não era o Bloco de Esquerda que os ajudava a resolver problema nenhum, agora andam de braço dado com o Bloco de Esquerda, até contra aqueles que são os nossos maiores aliados, que são os Estados Unidos da América e isso eu não compreendo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Sr. Presidente, peço um esclarecimento à Mesa, se, na Conferência de Líderes de segunda-feira, não informei o Sr. Presidente e os restantes líderes parlamentares que havia a hipótese, ainda não decidida, de ter uma urgência durante este plenário. E, já agora, se permitir, se é

obrigatório essa informação? Se não dar essa informação, impede qualquer partido de apresentar alguma urgência dentro do período que está acordado?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Eu confirmo que V. Ex.^a deixou aberta essa possibilidade e também em relação à segunda questão, já não é a primeira vez que não se anunciam urgências e que elas aparecem no plenário. Aliás, aconteceu este plenário.

Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares, está inscrito, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, eu quero aqui dizer, em relação a esta matéria, o seguinte: o Governo informou que foi remetida uma carta para o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Governo dos Açores é um Governo que cumpre a sua palavra, não diz algo que não seja verdade. E, portanto, em relação a esta matéria, eu tenho conhecimento que a carta foi remetida, conforme é hoje referência também no Portal do Governo, e sobre esta matéria o que eu posso fazer, não tendo aqui a carta, porque o Sr. Vice-Presidente não está aqui, é dar aqui a minha palavra de honra, que a carta foi remetida e que terei toda a disposição para mostrar, efetivamente, as provas factuais, como a carta foi efetivamente remetida, e que deixo aqui a minha palavra de honra — se ainda vale alguma coisa nos nossos dias, a palavra de honra de um homem. E é isso que eu aqui deixo, palavra de honra que a carta foi remetida para o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Quando?

O Orador: E, portanto, é isso que eu vos posso dizer, não tendo aqui o documento; posso-vos assegurar que a carta foi remetida e dou aqui a minha palavra de honra, em relação a essa matéria.

Deputado António Lima (BE): Quando?

O Orador: Porque parece que existiria uma desconfiança.

Depois, sobre o seu conteúdo, já aqui foi descrito que é a preocupação que o Governo português possa exercer, pelos canais diplomáticos existentes, que possa exercer a sua influência para a resolução desta questão.

Nós temos bem consciência que a legislação norte-americana não permite que aos funcionários públicos norte-americanos sejam pagos os respetivos salários, enquanto o orçamento não é aprovado — e não são todos, há algumas exceções — mas, na Base das Lajes, o acordo prevê que se pague, e, portanto, o que prevalece é a legislação portuguesa. E foi isso mesmo que nós dissemos, para não existir nenhuma confusão, em relação a esta matéria.

Quero dizer também que, em relação ao conteúdo ideológico do Bloco de Esquerda, vê-se bem quando aqui diz que os Açores são uma colónia dos Estados Unidos. E, portanto, aí, ...

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso.

O Orador: Disse, disse! Entusiasmou-se e disse e eu peço, desde já, que me seja facultado esse trecho, como V. Ex.^a aqui o referenciou.

Deputado Pedro Neves (PAN): Disse o contrário, Sr. Secretário.

O Orador: E se não disse, e se provar que não disse, eu irei pedir desculpas a V. Ex.^a, porque percebi mal, mas essa não foi a minha perceção.

Mas, o que eu quero dizer sobre matéria é que, evidentemente, Portugal e os Açores têm uma relação especial com os Estados Unidos, são o nosso aliado. Portugal é um dos primeiros países a reconhecer a independência dos Estados Unidos. Nós temos aqui o consulado mais antigo em permanência dos Estados Unidos no mundo, e, por isso, é evidente que temos uma relação extraordinariamente fluida, extraordinariamente importante. Temos, entre açorianos e descendentes de açorianos que estão devidamente registados, quase um milhão e meio de açorianos e descendentes de açorianos a viverem nos Estados Unidos, temos uma relação especial com os Estados Unidos. E, por

isso, como é evidente, em relação à terminologia utilizada pelo Bloco de Esquerda neste voto, ela não ajuda nada. Pelo contrário, prejudica a relação entre os Açores e entre os Estados Unidos.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas isso não obriga à subserviência.

O Orador: Portanto, a informação que lhe posso dizer, em relação ao seu voto, é que chegou tarde; o Governo dos Açores já tomou a medida de remeter para o Governo de Portugal essa matéria.

E também lhe posso dizer e acrescentar mais um dado, é que o Governo dos Açores já teve oportunidade também de discutir esta matéria com a representação diplomática dos Estados Unidos na Região, há mais de 10 dias. Esta discussão foi feita com o Cônsul dos Estados Unidos nos Açores e, portanto, o Governo dos Açores já utilizou os diversos mecanismos, entre eles a representação diplomática dos Estados Unidos nos Açores.

O Governo dos Açores há muito tempo que está preocupado com esta questão e há muito tempo que colocou esta questão em cima da mesa. E, portanto, fez esta iniciativa junto do Governo português, mas também, antes disso, uma iniciativa junto do Consulado dos Estados Unidos nos Açores.

E, como tal, em relação a esta matéria, o que posso dizer é que o Governo dos Açores fez o seu trabalho e estará sempre, sempre, na defesa da legalidade e do cumprimento do Acordo da Base das Lajes.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que ficou demonstrado, se necessidade houvesse, de que isto é mesmo

apenas uma atitude daquelas bancadas que estão à minha frente, do Bloco de Esquerda e, em especial, do PS, (pela responsabilidade que têm, agrava a sua atitude) no debate que estão a pretender fazer com este assunto da recomendação ao Governo, porque, na verdade, o que é que estamos aqui a discutir?

Deputado António Lima (BE): O senhor ainda não percebeu que está em minoria!

O Orador: A questão da minoria... Para falar de minorias, Sr. Deputado António Lima, eu tenho de lhe dizer, talvez domingo passado explique muita coisa sobre esse tipo de atitude da sua parte.

Mas, para dizer, o senhor esteve aí de pé, exaltado e infligido, em relação ao Governo, para dizer: “Mostrem-me a hora da carta, a data da carta, qual é a carta? A carta que eu estou aqui a recomendar que os senhores vão escrever a seguir.” Eu não percebo. O Governo diz que já comunicou. O senhor está a recomendar que o Governo interceda, junto do Governo de Portugal, para urgentemente resolver este problema. O Governo está a dizer que está a fazer esse trabalho e que já o fez e que é um assunto urgente, do qual o senhor se lembrou ontem, ou hoje. Na verdade, isso demonstra que o que o senhor pretende é que fazer a habitual agenda de... É estranho, não veio falar das escalas dos aviões ou de outra coisa qualquer que tenha a ver com a Base das Lajes e com a relação de Portugal com os Estados Unidos, dentro da Aliança Atlântica e dentro da NATO. O que o senhor pretende é fazer essa sua agenda ideológica e política antiamericana, conforme se viu hoje pela sua abstenção no voto de saudação à líder da oposição na Venezuela, pelo recebimento do Nobel da Paz. É essa sua agenda, que eu continuo a dizer, não compreendo o alinhamento do PS ao seu lado nesse sentido, de querer dizer ao Governo: “mostrem a carta que eu estou a dizer que os senhores têm de fazer daqui a bocadinho” e dizer que isso vai atrasar alguma coisa.

Não conte connosco, Sr. Deputado, para fazer esse papel de estar ao seu lado, de forma alguma ao seu lado, nunca contra os nossos aliados que são os Estados Unidos da América, nessa sua agenda ideológica e política de antiamericanismo.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado António Lima (BE): Nunca contra os aliados, mesmo que seja contra os trabalhadores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado João Bruto da Costa terminou a intervenção dizendo tudo. Resume a posição do PSD, da coligação e do Governo. Nunca contra os aliados, — e essa parte é minha — mesmo que isso signifique estar contra os trabalhadores portugueses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nunca ao seu lado.

O orador: Nunca contra os aliados, mesmo que isso signifique que os aliados não paguem aquilo que devem aos trabalhadores.

Isso resume a posição do PSD, da coligação e do Governo. Nada contra os aliados, mesmo que isso signifique prejudicar os trabalhadores portugueses.

E a posição que o Governo publicou no site do Governo vai no mesmo sentido, tem um pormenor que é lapidar e que não poderia estar numa comunicação do Governo. Diz o Sr. Vice-Presidente citado nesta nota de imprensa:

“Reconhecendo que o recente *shutdown* do Governo norte-americano possa ter impactos temporários, o Vice-Presidente do Governo sublinha, contudo, que em situações semelhantes nunca ocorreu qualquer interrupção nos pagamentos”.

Ora, o Vice-Presidente do Governo, o Governo, presidido pelo Sr. Presidente do Governo, José Manuel Bolieiro, não pode dizer que o *shutdown* pode ter consequências nos Açores, ao nível dos salários. Não pode reconhecer isso. É um erro brutal. Nunca aconteceu isso. Dizem que nunca aconteceu, porque *shutdowns* já houve vários com governos republicanos, democratas, e nunca aconteceu. E agora está a acontecer. E o Governo Regional o que é que diz? “Bem, nós reconhecemos que isto é uma chatice, que pode ter impactos.” Não pode ter impactos nos Açores e é disso que estamos a tratar.

E o Governo Regional — como já disse — se quisesse ter dado nota pública das suas ações, já tinha dado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O problema é a nota pública?

O Orador: Sr. Secretário Regional, o senhor diz que eu chamei colonialista aos Estados Unidos. Eu disse exatamente o contrário.

O senhor disse que eu tinha dito que os Açores são uma colónia dos Estados Unidos. Disse exatamente o contrário. E cito: “Os Açores não são uma colónia dos Estados Unidos, aqui cumpre-se a lei portuguesa”.

E o Sr. Secretário exige que eu prove aquilo que disse.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não exige nada.

O Orador: Sr. Secretário, convenhamos, eu já provei aquilo que disse. O senhor prove então qual foi a carta que enviou e quando é que enviou a carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros. Se o senhor exige que eu prove aquilo que disse, há meia hora ou há 15 minutos, eu exijo que o senhor prove aquilo que escreveu ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e a que horas é que escreveu.

Porque aquilo que eu disse aqui, o senhor estava a ouvir. A carta que o senhor

diz que enviou ao Ministro, eu não a vi. Há uma diferença muito grande.

E Sr. Secretário e Sr. Presidente, eu reitero a pergunta: porque é que não reuniu a Comissão Laboral, a 29 de setembro? Quem é que a desconvocou e porquê? E reitero a pergunta: Quando é que reuniu a Comissão Bilateral pela última vez? Foi a 51.ª Comissão Bilateral ou houve alguma reunião da qual não há nota pública? E se não houve essa reunião, porquê é que não houve? É porque a Comissão Bilateral já deveria ter reunido, pelo menos, duas vezes. E eu gostaria de saber porquê é que não reúne.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça a favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que tenho alguma dificuldade em entender a indignação que alguns partidos manifestaram, em relação às intervenções que aqui foram feitas a propósito deste tema.

Em março deste mesmo ano, já era Presidente dos Estados Unidos quem é hoje, já era Presidente do Governo Regional quem é hoje e Ministro do Governo da República quem é hoje, nós fizemos aprovar aqui na Assembleia, por iniciativa do Partido Iniciativa Liberal, uma resolução que tinha propósitos de natureza, exatamente, idênticas, ou seja, instar o Governo Regional a que intercedesse junto da República, desta feita, para que o Ministro dos Negócios Estrangeiros exercesse a sua influência e o Governo dos Estados Unidos desse início à correção e atualização das tabelas salariais dos trabalhadores portugueses ao serviço do destacamento americano estacionado na Base das Lajes.

Agora, o que aqui estamos a apreciar, também no ponto 1 desta resolução, é recomendar ao Governo Regional que interceda junto do Governo da República, para que desenvolva os necessários esforços diplomáticos, junto da

Administração dos Estados Unidos da América, com vista à regularização imediata dos salários em atraso.

A situação de março era grave. Esta agora não é menos grave. E, portanto, agora o que diverge aqui é que antes foi a Iniciativa Liberal a fazer a proposta e agora é o Bloco de Esquerda. É a diferença e os assuntos são de natureza, no fundo, idêntica.

Perante estas circunstâncias, é fundamental, acho eu, que nós percebamos exatamente o que é que o Governo Regional fez e é, no fundo, o que está aqui a ser pedido, porque foi o próprio Governo Regional que anunciou, há 1 hora e 20, que tinha feito diligências. Queremos que concretize essas diligências. Não deixa de não ser curioso que o Sr. Deputado João Bruto da Costa acha que foi tardia a iniciativa do Bloco de Esquerda que deu entrada esta manhã, mas acha que o Governo Regional vai muito a tempo de anunciar a carta, há 1 hora e meia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não estou a dizer que foi tardia.

A Oradora: Aliás, também é bom que se diga que já segunda-feira, e corrigindo o Sr. Deputado João Bruto da Costa, (bem sei que não estava presente, mas estava presente a Sra. Deputada Délia Melo) na Conferência de Líderes de segunda-feira, onde o Bloco de Esquerda não disse, antes pelo contrário, que tinha urgências a apresentar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Disse ontem ali quando acabou os trabalhos, seja séria!

A Oradora: E, portanto, Sr. Deputado João Bruto da Costa, parece-me que o Bloco de Esquerda deu a entrada da proposta em devido tempo, estamos a apreciá-la em devido tempo, portanto, o que interessa agora é efetivamente ajuizar se faz ou não faz sentido, que se prossiga esta iniciativa e, portanto, que o Governo Regional faça as diligências que fez, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Acabou que dizer que já fez!

A Oradora: ... acrescente outras e que, efetivamente, começamos aquilo que importa conhecer, que é o que é que o Governo Regional fez ou ainda vai fazer a este propósito.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais alguma inscrição para esta matéria.

Pausa.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não vou acrescentar muito mais do que aquilo que foi dito. Tinha pedido a palavra, retirei a palavra porque foi dito pelos meus colegas e não gosto de repetir, mas eu gostaria de fazer aqui, pelo menos, a parte temporal que é importante. Temos aqui um parlamentar, neste caso do Bloco de Esquerda, que tomou uma decisão, porque viu um problema. Um problema que foi lhe informado, provavelmente, por algum trabalhador e fez o seu trabalho, e o seu trabalho é, neste caso, arranjar soluções para os representantes dos Açores, que são os nossos cidadãos. Depois, chega aqui e é vilipendiado pela coligação, a dizer que isto é extemporâneo, que mais valia estar quieto, porque nós já enviámos a carta.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ah? O senhor ouviu o que eu disse?

O Orador: É melhor, então, o Sr. Deputado António Lima mandar abaixo este diploma.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ninguém disse isso!

O Orador: Contudo, nenhum parlamentar aqui, exceto a coligação, tinha acesso à informação de que tinha sido enviado uma carta, e eu não estou aqui sequer a dizer se foi enviado ou não, mas não havia informação a dizer que tinha sido enviada antes da entrada da iniciativa como urgência aqui nesta Câmara.

Eu não sei qual é o problema. Podem votar contra, por causa do vernáculo que foi usado, consigo compreender, consigo até respeitar, apesar de ser um vernáculo que a administração Trump está muito confortável em receber.

Mas isto não é um problema, isto não é ideológico sequer. Não estamos aqui a dizer que o António Lima vai agora meter uma flotilha e vai ter com o Trump a dizer: “ai, ai, ai, ai!”. Isso não vai acontecer. O que vai acontecer é a forma como esqueceram-se de fazer o comunicado — não falo da carta. O comunicado foi feito apenas por causa do logotipo que é do Bloco de Esquerda, “vamos fazer um comunicado a correr, antes que seja apresentado aqui”, mas depois da urgência de ter dado entrada na Mesa, viram que fizeram o erro, não admitem o erro e tentam mudar completamente a narrativa neste Parlamento. Isso é que está errado.

Ao invés de, como foi do IL, neste caso, consegue este diploma respaldar aquilo que o Sr. Vice-Presidente fez, e assim talvez a gente ajude aos trabalhadores. Porque os trabalhadores, supostamente, deviam estar à frente dos aliados, Sr. Deputado Bruto da Costa.

A mim, custa-me ouvir certos deputados a dizer a um parlamentar que não tem acesso a informação privilegiada, como o Sr. Deputado Pedro Pinto, que teve acesso, porque faz parte obviamente do partido do CDS-PP, e achar, à partida, que não pode fazer o trabalho dele.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Está no site do Governo!

O Orador: Nós estamos aqui a representar os açorianos.

Mais, há outra coisa, além de representar os açorianos: nós fiscalizamos o Governo e, por isso, é que nós estamos a pedir ao Governo que nos faculte a carta, se faz favor, com jeitinho e com um pacote de açúcar. Estamos a fiscalizar o Governo e o Governo não nos quer dar essa informação. Neste caso, era um facto do qual nós até podíamos dizer: “Pedimos desculpa, então a carta foi enviada”.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades** (Paulo Estêvão): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeira questão: a questão da carta. Vai mudar alguma coisa do ponto de vista daquela que é a sua atitude?

Vozes dos Deputados das bancadas do PS, CH e BE: Vai!

O Orador: Vai retirar a sua iniciativa? Não vai. O senhor tem uma desconfiança de que a carta não existe ou que não foi enviada. Eu já lhe dei tudo o que um homem tem de mais importante, já lhe dei a minha palavra de honra que essa carta existe e que essa carta foi enviada e, portanto, eu não sou o titular desta pasta. O que lhe posso assegurar é que lhe dei a minha palavra de honra e que lhe mostro comprovativo conforme a carta foi enviada. Em relação a esta matéria, estamos, penso eu, conversados.

Depois, em relação ao Governo dos Açores, o Governo dos Açores teve a oportunidade, junto da representação diplomática dos Estados Unidos nos Açores, há mais de 10 dias, de colocar esta questão. Dizem-me os senhores: “Porque é que não fez um comunicado das *démarches* que estão a fazer?” Não é assim que a diplomacia se faz. Cada vez que se faz uma coisa, manda-se uma carta a dizer que falámos com este, falámos com aquele.

E, portanto, a questão é que o Governo dos Açores, junto do Consulado dos Estados Unidos, já mostrou a sua preocupação, teve a oportunidade de referenciar este assunto como um assunto importante, em que a interpretação podia não estar a ser e não está a ser correta, por parte da administração norte-americana. E esse esforço foi feito por parte do Governo dos Açores. Portanto, os senhores têm aqui a informação da carta que foi enviada ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e, dentro daquilo que é a representação diplomática dos Estados Unidos nos Açores, há mais de 10 dias que essa *démarche* foi feita. Portanto, da parte dos Açores, foi feito aquilo que tinha de ser feito: a defesa dos interesses dos Açores e dos trabalhadores. Sobre essa matéria, estamos conversados.

Depois eu ouvi também uma referência — não sei quem é que a disse, portanto não vou apontar — à escravatura da Base das Lajes. Eu confesso, fui professor próximo da Base das Lajes, fui professor de História nos Biscoitos e, que eu saiba, toda a gente, na Terceira, queria ser trabalhador da Base das Lajes.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Menos o Bloco de Esquerda.

O Orador: E agora, de acordo com algumas opiniões que chegam aqui, aquilo é uma escravatura. É curioso, e o Sr. Deputado, que não me deixa mentir, é curioso porque o sonho de muita gente era trabalhar na Base das Lajes, na Terceira.

Deputado Francisco Lima (CH): O sonho agora é trabalhar no Corvo!

Deputada Inês Sá (PS): Isso responde mesmo às famílias que estão sem receber.

O Orador: E agora, para alguma esquerda, trabalhar na Base das Lajes é a escravatura. Se é a escravatura, existem muitos voluntários para essa escravatura.

Por isso, em relação a esta matéria, o que vos tenho a dizer é que o Governo dos Açores fez o que tinha de fazer e a atitude do Bloco de Esquerda está carregada

de ideologia, tem uma mochila ideológica, é contraproducente, não ajuda os interesses dos Açores e, sobretudo, não ajuda os interesses dos trabalhadores dos Açores.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição, sobre esta matéria.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho, eventualmente, uma última vez, para dizer o seguinte: em primeiro lugar, na era digital, não há um *e-mail* que permita fazer chegar uma carta aos nossos telemóveis. A digitalização do Governo Regional está pela hora da morte. A transição digital não chegou ao Governo Regional.

Aquilo que se conclui é que o Governo Regional escreveu uma carta, com uma pena, com tinta permanente, enviou, eventualmente, por navio para chegar ao Terreiro do Paço. Eventualmente, para chegar ao Terreiro do Paço para a semana ou daqui a duas semanas, e não há ninguém que tenha tirado uma cópia da tal carta. É incrível o atraso digital do Governo Regional, é isso que se conclui.

Eu lamento a brincadeira, mas, de facto, o assunto é sério ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Pois é.

O Orador: ... e eu não consigo perceber esta recusa — porque é disso que se trata, uma recusa — em disponibilizar um documento ao Parlamento.

Em segundo lugar, gostaria de dizer o seguinte: eu fiz duas perguntas ao Governo Regional sobre as reuniões da Comissão Laboral e da Comissão Bilateral, por duas vezes. Insisti, o Sr. Presidente do Governo Regional está aqui – o responsável máximo – está ali, calado, a ver o debate e não é capaz de explicar o que é que se está a passar com as reuniões, no âmbito do acordo bilateral. Não é capaz de explicar! Eu não acredito que o Sr. Presidente do Governo, estando ali, sabendo, certamente que não ignora o que é que se passa na Comissão Bilateral, não é capaz de se levantar e explicar aos deputados e deputadas e açorianos o que é que se passa. Eu não compreendo, Sr. Presidente, desculpe, mas a sua passividade total, perante estas perguntas, é incompreensível. Não sei o que é que está a fazer aí, não sei, peço desculpa.

Deputado Flávio Soares (PSD): Se não está, é porque não está. Se está, é porque está.

O Orador: E, em terceiro lugar, quero dizer o seguinte: este projeto de resolução é um projeto de resolução ideológico e a ideia de que quem trabalha tem de receber o seu vencimento, é um ponto central naquilo que é a nossa Constituição e os direitos mais básicos. Dessa ideologia, eu não abduco.

Se o Governo abdica, se a coligação abdica, eu lamento imenso, porque julgava que, na defesa dos interesses das pessoas, dos mais básicos interesses, estaríamos todos do mesmo lado, mas infelizmente, pelos vistos, não estamos.

Felizmente, parece que há uma maioria neste Parlamento que está nesta situação e espero que todos mantenham a sua posição e que este projeto de resolução seja aprovado, que é uma posição política corajosa e importante deste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho de referir, novamente, que o que acabámos de assistir é precisamente isto: isto em nada ajuda, em nada é a favor dos trabalhadores. O senhor não tem preocupação nenhuma com os trabalhadores.

Deputado António Lima (BE): É o senhor que tem.

O Orador: O senhor quer fazer uma invetiva contra o Governo e aquilo que eu quero perguntar é se o senhor retira esta proposta se houver a carta que o senhor quer ver.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Quando não é a carta que o senhor quer ver, é a hora que foi a carta que o senhor quer que se mande — como eu já expliquei há pouco — que é um bocadinho incrédulo, da sua parte, continuar a insistir nisso.

O senhor também quer saber a cor do papel, provavelmente. Mas, agora já não, agora já quer saber o que é que é discutido na Comissão Bilateral. O senhor quer tudo aquilo que possa prejudicar, eventualmente, o normal funcionamento de uma relação com um Estado Estrangeiro e entre o Estado Português, com a importância que tem o acordo, por exemplo, da Base das Lajes e aquilo que significa para esses trabalhadores que o senhor diz que quer defender, mas que o Bloco nunca há de defender, porque nunca foi capaz de defender trabalhador nenhum neste país, ou fazer alguma coisa por eles.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições.

Pausa.

Vamos votar o projeto de resolução n.º 56/XIII, Recomenda a realização de esforços diplomáticos para a regularização dos salários dos trabalhadores portugueses que desempenham funções para as Forças Armadas dos Estados Unidos nos Açores.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O projeto de resolução n.º 56/XIII foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 5 do CH, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos contra do PSD, 2 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Encerramos assim este ponto da nossa agenda.

Passamos para o ponto 15, **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade Parlamentar para que o Deputado José Eduardo da Cunha Pacheco possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito de um processo judicial.** Como é habitual, este pedido foi à comissão competente, que reuniu e emitiu por unanimidade o parecer, no sentido de autorizar o Sr. Deputado José Pacheco a prestar depoimento na qualidade de arguido.

Pergunto à Câmara se há intervenções.

Pausa.

Não havendo, vamos pôr este relatório à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, encerramos os nossos trabalhos, por hoje. Continuamos amanhã, às 10 horas, com o PTAP.

Eram 19 horas e 15 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto Costa Machado da Costa

Luís Miguel Teixeira Raposo

Partido Socialista (PS)

Carlos Emanuel Rego Silva

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata

XIII Legislatura

Número: 63

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 15 de outubro de 2025

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Partido Socialista (PS)

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Os Serviços de Redação.